

RELATÓRIO

II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais

Consultora: Liza Uema

Rio de Janeiro – 2010

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Evento: II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais

Data da realização: 09 e 10 de setembro de 2010.

Local: Centro de Documentação e Disseminação de Informações CDDI/IBGE – R. General Canabarro, 706 – Maracanã, Rio de Janeiro – RJ.

Organização: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

2. OBJETIVOS

Os objetivos do seminário consistiram em promover uma nova rodada de discussões sobre diferentes metodologias de uso do tempo aplicadas na América Latina pelos integrantes da Associação Internacional de Pesquisadores de Uso do Tempo, apresentar e discutir a experiência brasileira e discutir as aplicações das pesquisas para as políticas públicas. Como resultado, espera-se aprimorar este piloto para incluir o módulo de uso do tempo no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares dos países.

3. PÚBLICO PARTICIPANTE

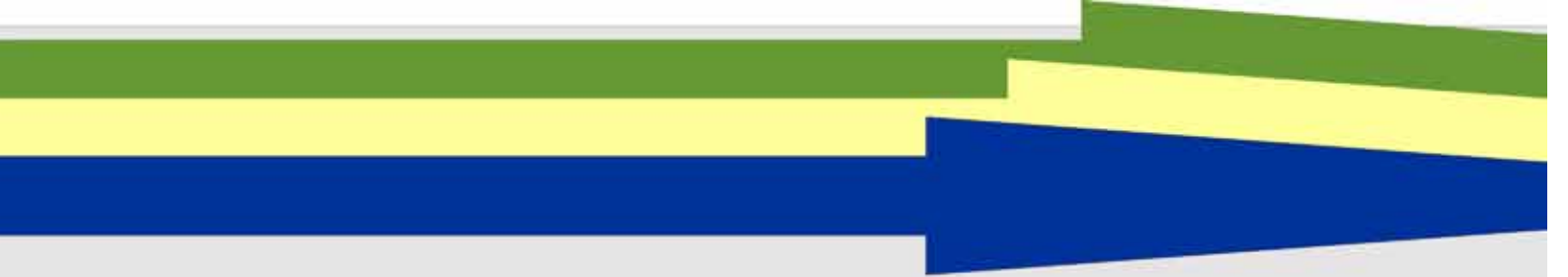
O II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo contou com a participação de representantes e gestores de institutos nacionais de estatísticas e instituições de pesquisa do Brasil, Bolívia, Uruguai, Canadá, Equador, México, Cabo Verde, Argentina, Espanha, Paraguai, França, além de especialistas de organismos internacionais e representantes de organizações da sociedade civil brasileira. Estiveram presentes aproximadamente 100 pessoas.

4. ABERTURA OFICIAL

O Senhor Presidente do IBGE/Brasil Eduardo Nunes desejou um bom trabalho e avanços na reflexão sobre as pesquisas de uso do tempo, tema de especial interesse para as mulheres, reafirmando também o comprometimento dos homens com esta questão. Ressaltou que a realização deste evento é um marco no compromisso do IBGE com o tema, e lembra o primeiro seminário, em que houve uma rica troca de experiência que contribuiu para o IBGE delinear as formas de medir o uso do tempo. O IBGE já tem uma experiência de pesquisa de uso do tempo realizada no último trimestre de 2009 em mais de 11 mil municípios. É também uma forma de testar o novo sistema que será implementado na próxima década sob forma da PNAD, feita de uma forma integrada. Para a realização da pesquisa piloto, destacou que o IBGE contou com a contribuição da SEPM, sobretudo pelo apoio da ministra Nilcéa Freire, que hoje nos cobra a continuidade deste trabalho, e o IBGE procura oferecer uma resposta positiva para levar a pesquisa adiante. Mencionou a participação de representantes do IBGE nos comitês de discussão sobre pesquisas de uso do tempo, e o apoio do IPEA, OIT e UNIFEM. Lembrou que o Comitê de Uso do Tempo foi instituído por meio de portaria em setembro de 2008, e esses dois anos de trabalho conjunto trazem a certeza de que grandes conquistas foram realizadas, e que alguns desses resultados serão divulgados em dezembro deste ano. Enfatizou a importância dessas informações para a reflexão de questões importantes, como o tema da violência doméstica, assunto que requer um procedimento metodológico adequado para ser tratado, requerendo novas formas de abordagens não tradicionais. Afirmou que no âmbito internacional, os objetivos deste seminário são mostrar as experiências e conhecer outras produções desta natureza que estão sendo desenvolvidas em outros países. Informou que o IBGE tem a proposta de realizar a pesquisa em 10 mil domicílios no PR, SP, RS e DF e cerca de 1800 domicílios na região metropolitana do Rio de Janeiro. Explicou que o tema deste seminário foi preparado a partir de uma série de discussões metodológicas provenientes dos testes realizados e de algumas análises dos resultados pelo comitê técnico. Realçou que neste seminário, serão abordadas as classificações, metodologias, os modelos alternativos de realização da coleta e o tratamento dos dados e dos resultados. Esse debate permitirá trazer novidades para a convergência de idéias, no sentido de propor uma comparabilidade de informações produzidas pelos países para ampliar as políticas públicas e assim contribuir para sua eficácia. Concluindo, afirmou que o maior desafio é realizar a pesquisa e integrá-la às pesquisas que o IBGE já vem desenvolvendo, e mencionou a importância da parceria a contribuição do IPEA, SEPM e os organismos internacionais para a troca de experiências.

A Senhora Diretora de Pesquisas do IBGE Wasmália Bivar mencionou parcerias estabelecidas entre as instituições, que tem sido um trabalho de aprendizagem para o IBGE. Esclareceu que o tema do uso do tempo tem sido levantado pelas mulheres, mas que possui importâncias diferenciadas no caso dos cuidados com a saúde, idosos e crianças. O tema do uso do tempo vem sendo tratado com bastante importância pelo IBGE, de modo que foi inserido com uma abordagem mais completa no censo, atualmente sendo realizado em campo. Tradicionalmente, o Brasil já desenvolvia pesquisas sobre horas trabalhadas, mas desta vez está sendo possível inserir informações censitárias sobre o tempo de deslocamento para o trabalho. Estamos trabalhando neste teste, bastante amplo que nos permitirá fazer uma pesquisa brasileira regular do uso do tempo. Certificou-se de que este Seminário irá contribuir para a definição das bases regulares das pesquisas de uso do tempo para a sua reprodução e inserção no sistema de pesquisas domiciliares do IBGE, considerando as políticas públicas necessárias e as reivindicações das mulheres.

A Senhora Coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho do Escritório da OIT/Brasil Marcia Vasconcelos enfatizou que a discussão sobre uso do tempo é um tema central para a OIT porque nos leva à discussão sobre a tensão entre



trabalho produtivo e os trabalhos de cuidado e, dessa forma, nos leva a pensar as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Este tema possui um aspecto fundamental para a sociedade e as economias dos países, e é a partir deste enfoque que a OIT está presente no Comitê de Uso do Tempo procurando, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que tratem essa tensão, as desigualdades e as discriminações observada na forma pela qual se organiza o mercado de trabalho. Nesse sentido, a OIT tem realizado uma série de discussões sobre a importância das políticas conciliatórias entre trabalho e vida familiar disseminando os princípios presentes na Convenção 156, sobre trabalhadoras e trabalhadores com responsabilidades familiares. Esta Convenção, ainda não ratificada pelo Brasil, mas já ratificada por todos os outros países do Cone Sul, traz um aspecto central para essa reflexão, ao colocar que nenhum trabalhador e nenhuma trabalhadora com responsabilidades familiares devem sofrer qualquer tipo de discriminação no mercado de trabalho em razão dessas responsabilidades, e a importância das políticas conciliatórias para que a igualdade de gênero efetivamente se estabeleça no mercado de trabalho.

A Senhora Representante do Unifem Brasil e Cone Sul Rebecca Tavares lembrou o primeiro seminário como uma das atividades previstas em um projeto sobre uso do tempo que o Unifem realizou com o apoio da comunidade de Madrid e o IBGE, em que ao final do evento, havia sido proposta a formação de um comitê para dar seguimento às discussões realizadas. Nesse sentido, estávamos num contexto bastante favorável e este encontro é o resultado direto do esforço coletivo da discussão iniciada anteriormente. Como representante do Unifem, reforça o compromisso de apoiar as iniciativas e as mulheres, considerando o tratamento dado às desigualdades visíveis por meio de indicadores. Mencionou o reconhecimento da liderança comprometida do escritório do Unifem no México na realização de encontros sobre estatísticas e gênero. Afirmou que o tempo é central na vida dos seres humanos, seja para pensar as políticas de transporte, saúde, entre outras, além da importância para a implementação das políticas de igualdade de gênero, na medida em que o uso do tempo produz essas desigualdades.

Sustentou que a participação das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando significativamente, mas que a maior participação delas no desenvolvimento de tarefas consideradas não econômicas tem um peso muito grande, pois o tempo dedicado ao trabalho não remunerado está diretamente relacionado com a condição social das mulheres. Enfatizou que as mulheres não têm tempo livre para decidirem sobre suas vidas, e passam a maior parte de seu tempo se dedicando aos cuidados, e a sociedade sai perdendo por não aproveitar seu potencial produtivo. Ressaltou a importância do reconhecimento do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, e da responsabilidade das famílias e do mercado, o que nos leva à necessidade de aprofundar a discussão da contribuição das mulheres para a manutenção do bem estar social. Atribuiu-se grande importância para a infra-estrutura econômica, mas a infra-estrutura social tem o seu valor e importância, e o esforço de mensurar o trabalho doméstico não remunerado representa um potencial transformador e um desafio para o combate das desigualdades de gênero. Neste momento, o grande desafio é continuar esse trabalho exaustivo que vai nos ajudar a reformular os paradigmas e conceitos para reforçar as ações de promoção da igualdade de gênero e raça.

O Senhor Diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA/Brasil Jorge Abrahão informou que o IPEA tem um grupo que estuda especificamente as questões de gênero e ressaltou a importância de dar continuidade e permanência deste tema ao longo das pesquisas que o IBGE já vem desenvolvendo, no sentido de construir as formas analíticas e de interpretação desses dados. Mencionou uma pesquisa realizada pelo IPEA sobre uso do tempo pela juventude, que colabora para a importância de haver essa representação do uso do tempo em outros elementos que permitam uma reestruturação das políticas públicas, sobretudo as políticas educacionais. Essa pesquisa permitiu levantar al-

gumas questões, como, por exemplo: de que forma os jovens utilizam seu tempo e como isso é visto com relação à escola? Nesse sentido, mencionou o uso do tempo pelas mulheres e as desigualdades existentes, enfatizando que a questão do uso do tempo tem uma importância bastante relevante para se pensar nas políticas sociais e em algumas questões relevantes: de fato, o Brasil avançou bastante na construção de políticas sociais, mas como é possível avançar no sentido de promover a igualdade de gênero? Que políticas serão necessárias para atender essa nova família que está se constituindo?

A Excelentíssima Senhora Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Brasil Nilcéa Freire afirmou que este seminário é resultado de uma série de esforços empreendidos de maneira contínua por diferentes instituições, e lembrou a primeira parceria realizada com o IBGE, ao tratar os indicadores do censo de 2000 na construção do sistema nacional de indicadores de gênero e na discussão sobre a inserção da perspectiva de gênero nas pesquisas domiciliares. Esse processo de discussão resultou na decisão de trabalhar a pesquisa sobre uso do tempo a partir do diário e a partir de um módulo da PNAD que seja contínuo e que garanta um método de olhar a sociedade por meio deste revelador das relações sociais que é o uso do tempo. Como resultado do primeiro seminário, foi criado o Comitê Permanente sobre Uso do Tempo, que tem vários resultados muito importantes para a sociedade brasileira, entre os quais um estudo sobre o impacto da crise na vida das mulheres, e uma análise sobre as estruturas de representação feminina nos níveis municipal e estadual. Além desses resultados e produtos concretos, a existência do Comitê como um processo de se traçar um olhar sobre os indicadores é, em si, um resultado para avançar na definição e na redefinição das políticas sociais. Efetivamente, ver de que maneira as pessoas usam seu tempo é um revelador das relações sociais não apenas na visão de gênero, mas também para vermos onde estão alguns núcleos de resistência que fazem com que as políticas sociais não consigam atingir sua eficácia. Com relação às mulheres especificamente, quando falamos de igualdade de oportunidades e de tratamento, é cada vez mais necessário qualificar e significar a igualdade que nós queremos. Não queremos ser iguais na informalidade, no desemprego, no trabalho desvalorizado, mas ser iguais nas melhores condições em que a sociedade pode estabelecer para cada cidadão e cidadã. Nesse sentido, o tema do uso do tempo é vital para a redefinição das políticas de emprego e de igualdade de remuneração entre homens e mulheres, que certamente têm a ver com os afazeres domésticos, desempenhados quase que exclusivamente pelas mulheres. A igualdade pode estar expressa nas formas de acesso, mas não do ponto de vista histórico. Por fim, mencionou a divulgação da PNAD 2009, em que os indicadores devem ser olhados com muita cautela e atenção, no sentido de que reconhecer que temos muito a fazer nessa luta constante contra as desigualdades no Brasil e na região da ALC.

Em seguida, foi realizada uma apresentação sobre a história do IBGE e dos Censos realizados, com informações sociais, econômicas e territoriais sobre a população brasileira, as metodologias empregadas e a importância do instituto na produção das estatísticas nacionais.

5. CONFERÊNCIA DE ABERTURA

O Tempo nas Sociedades Modernas
Conferencista: Maria Ángeles Duran – Professora de Pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais/Espanha

Iniciou a conferência de abertura lembrando de sua primeira vinda ao Rio de Janeiro, há 40 anos, quando foi convocada pela PUC e pela UNESCO para falar da situação das mulheres, mencionando, dessa forma, os 40 anos de relação estabelecida junto a pesquisadores e instituições latino-americanas. Iniciou sua fala trazendo ao presente a lembrança do grego Euclides e a abordagem de tempo e espaço por meio de outras perspectivas. O espaço e o tempo infinitos, situados sem sabermos como e nem onde, mas de qualquer forma alheio a nós. Afirmou que há dimensões do tempo e do espaço que não são humanas, ressaltando o esforço de pensamento humanista por situar a humanidade num lugar do espaço e do tempo que a arranca do puro conceito intelectual desse tempo que está aí, indiferente a nós. Há um espaço infinito em que nós somos apenas um ponto, mas também há um tempo infinito em que nós somos apenas nada. Os gregos empregavam duas palavras para se referirem ao tempo. Uma é cronos e a outra kairos. Cronos tem uma velha representação na pintura, na escultura, e é também, na mitologia grega, um deus que devora seus próprios filhos. É um deus que tem medo do tempo que está por vir, dos filhos do próprio cronos, matando cada filho novo que nasce. Entretanto, segundo as lendas e os mitos, a mulher de Cronos chega a um ponto em que está cansada de ver como o tempo devora o tempo – os filhos do tempo, e esconde um dos filhos, dando uma pedra envolta com vestimentas de criança a Chronos, e esse tempo, enfurecido com a chegada de um novo filho que destronaria, engole a pedra e o filho se salva. O filho cresce fora da influência do pai, volta e o destrona. E dessa forma, os novos tempos sucedem aos velhos tempos.

Perguntou se temos a sensação de que os tempos novos devem destruir os tempos velhos, e se temos a sensação de que quem não se sente bem com os tempos presentes está impedindo a chegada dos tempos novos, do futuro, mas que, apesar de tudo, o futuro devorará, matará o tempo presente. Na mitologia grega, é a mulher de Cronos que força a mudança. As lendas são modos que inventamos para dar forma aos nossos sentimentos, temores e esperanças, e é curioso que na mitologia grega, foi a esposa do deus do tempo que permitiu a grande inovação no tempo, que é a chegada dos filhos do tempo. Cronos é uma dimensão do tempo relativamente fácil de entender e de ver porque é o tempo desposuído de conteúdo humano. E fazemos uso dessa palavra constantemente, como cronômetro, cronologia, incorporadas na nossa linguagem cotidiana. Cronos é o tempo sem complicações, é o tempo fácil, porque é o tempo visto a partir de fora. É o tempo fácil de observar, um tempo para medir e feito para cronometrar, a união de cronos e de metro. Mas kairos é muito diferente. Se vocês forem ao dicionário, encontrarão significados muito similares de cronos, poucos sinônimos, fácil de trabalhar com seus conceitos. Mas se tentarem encontrar kairos, encontrarão muitos conceitos. É muito difícil medir o que é kairos, porque kairos é o tempo humano. É o tempo feito de sentido, e esse tempo se converte em oportunidade. Assim, kairos é o tempo visto a partir de dentro, e cronos é o tempo visto a partir de fora, e nesse sentido, qual é o cronos e qual é o kairos para cada um de vocês?

Afirmou que o título da conferência de abertura é um desafio intelectual, e questionou o que é uma sociedade contemporânea. Uma sociedade contemporânea é uma sociedade coetânea ou não é o mesmo? Imaginem a linha de cronos, imaginem um tempo sem sentido. São contemporâneos aqueles que podem ser situados no mesmo ponto de um plano, por exemplo, numa representação gráfica? São sociedades contemporâneas aquelas que coincidem no eixo do tempo, em um determinado cronos? Ou então devem ter um sentido de tempo similar?

São contemporâneas todas as sociedades que agora mesmo existem? Os sentidos do tempo estão distintos em uma sociedade e em outras. Se vocês fizerem uma viagem para algum lugar muito distante, encontrarão sociedades que têm um sentido de tempo muito diferente. Podemos definir uma sociedade contemporânea como uma sociedade de Estado? Toda a sociedade brasileira tem o mesmo sentido de tempo? Dentro da sociedade brasileira, assim como dentro da sociedade espanhola, há muitas sub-sociedades, pequenas sociedades que vivem o tempo de maneira distinta. Os pequenos grupos rurais e grandes grupos urbanos, pobres e ricos, religiosos e ateus, vivem o tempo de forma igual? Que relações temos com o tempo? Homens e mulheres têm a mesma relação com o tempo?

Destacou que por um lado, há visões do tempo muito circulares e, por outro, visões que são planas, projetivas, de um tempo melhor, e também visões desesperadas do tempo, como ruína, destruição e desaparecimento. Vocês, na sociedade da qual fazem parte, como vivem o tempo, em seu grande sentido? Um país jovem e um país velho não têm o mesmo sentido de tempo. Quando pensamos num país jovem, em que a maior parte das pessoas tem todo o tempo pela frente, e num país velho, como em grande parte na Europa, onde a maioria da população é velha, estamos pensando no final e não no princípio.

Apontou sua preocupação com a confusão existente entre sociedade e Estado, sobretudo Estado Nacional porque quando fazemos pesquisas e falamos de pesquisa comparada, com muita frequência comparamos agregados nacionais que entrelaçam agregados estatais, e dentro de cada Estado cabem muitas diferenças internas. O que estamos fazendo são médias, e estas não fazem muito sentido a menos que façamos uma pesquisa muito mais detalhada e complexa. Nesse sentido, que grau de diversidade interna nós temos que aceitar para sermos conscientes dessas limitações? Nos últimos anos, houve um grande aumento de pesquisas sobre uso do tempo. As razões pelas quais está havendo esse crescimento são definidas em três movimentos: 1) Movimento sócio-político, que não é moderno

e nem recente. Na época de Cristo já se faziam censos porque se necessitava saber a quantidade da população para poder prever tanto a disponibilidade para os exércitos como as necessidades de alimentos. Outra análise do uso do tempo muito antiga é a duração da jornada de trabalho remunerada. 2) Orientação humanística, filosófica, antropológica, histórica, ética e inclusive artística. A filosofia é sempre o princípio de tudo, são idéias, conceitos que revolucionam o mundo, e deve-se fazer muita reflexão conceitual: o que é isso que estamos buscando? Que modelos de sociedade estamos buscando? E por trás disso há uma reflexão sociológica, filosófica e antropológica não apenas pela análise qualitativa na precisão dos dados, mas como vanguarda de idéias, como algo que sublinha os temas para depois realizar uma pesquisa aplicada sobre os dados. 3) Orientação empírica: a idade moderna é a idade da pesquisa empírica, inclusive experimental. Nas ciências sociais é possível fazer muitas investigações empíricas, e essa contribuição tem sido decisiva para os estudos realizados por meio da observação extensiva de seus resultados.

Destacou que as duas grandes instituições que produzem estudos sobre uso do tempo são as universidades e os institutos nacionais de estatística. Os grandes institutos de estatística apostaram nas pesquisas de uso do tempo, e isso é bastante positivo para firmar alianças e somar forças. Se me perguntarem qual é a melhor pesquisa, eu responderia que é aquela que se pode fazer. Isso exigirá toda a inteligência que deverá ser trabalhada à margem desse processo, como firmar convênios, parcerias, e seguir trabalhando e pensando a partir daquilo que é possível fazer. E se não for possível fazer grandes pesquisas, todavia, é possível fazer inúmeras coisas a serem trabalhadas, como fontes documentais (jornais), história oral, entrevistas qualitativas de grupos pequenos, e até mesmo a arte. O que diz a arte sobre o conceito de tempo? Se vocês apreciam a arte, entrem em uma das igrejas brasileiras ou em qualquer outra da América Latina, e busquem os quadros da Anunciação, de Da Vinci. Se são especialistas na análise do tempo, pouco a pouco, se darão conta de que toda simbologia desse quadro é uma simbologia do tempo. Se visitarem a Itália

ou o Museu do Prado, na Espanha, encontrarão belíssimos quadros da Anunciação de Fra Angélic. Esse quadro não é nada mais do que a síntese pictórica de toda uma representação do mundo sobre qual é o sentido do tempo. Na época em que Fra Angelico pintava, no século XV, o mundo estava condenado à destruição, ao fracasso, à ruína, e que deveria acontecer algo que levantasse o mundo desse desespero, e esse “algo” era a chegada de um anjo que comunicava aos planos do divino e do humano através de uma mulher virgem que desconhecia seu papel nesta tarefa de anunciação. E se vocês forem a Lima, Quito, Buenos Aires, México ou a vários outros lugares da América Latina, encontrarão os quadros na anunciação, ou seja: o modo que os nossos antepassados encontraram para refletir essa relação com o tempo de resumir a esperança no tempo. Uma esperança que também pode ser encontrada em outras linguagens, como nos quadros de Lênin, em Moscou, e em Paris, nos quadros da revolução francesa. Em muitos casos a mitologia põe uma mulher na frente da esperança da mudança, da revolução no sentido do tempo.

Mencionou a Conferência de Beijing, em que se propôs a inclusão do trabalho não remunerado na contabilidade nacional. Essa Conferência contou com encontros prévios nos quais já se estava lutando para conseguir essa mudança. Nesse processo de discussão, houve uma resistência na realização de pesquisas de uso do tempo, e é possível dizer que nesses 15 anos após a CEDAW houve certo avanço. Entretanto, o tempo de quinze anos, em que se espera uma conta satélite e a mudança na análise macro econômica em que seja incluído o trabalho não remunerado, parece muito tempo. Mas, todavia, por que não seguimos mais rápidos? Porque há muito medo de mudar o marco macroeconômico, de aceitar que as políticas públicas são basicamente monetárias e que, no entanto, a sociedade tem muitos recursos que não são monetários. Há uma enorme rigidez na fabricação do pensamento econômico, há muitos poderes estabelecidos que dizem que “esta é a análise correta, as demais são aventuras perigosas e como vamos nos meter nisso?”. É o mesmo que dizer que as contas

satélites são algo que está longe para que não seja molestado, para que fique distante, como as torres albarrãs. Em quinze anos, ainda não foi possível inserir o trabalho não remunerado nas contas nacionais, em que se inclui apenas o trabalho informal. Na Espanha, reconheceu-se a existência de 25% a 30% de economia informal no total do PIB. A Itália possui percentual maior que o da Espanha. Quando comparamos a economia brasileira com a espanhola ou com a italiana, o que estamos comparando? Em comparação realizada entre a economia da Dinamarca e a da Itália, verificou-se que ambos os países tinham o mesmo PIB per capita, mas qual era a diferença? A Itália tinha 30% a mais de trabalho doméstico não incluído na contabilidade que a Dinamarca. Nesse sentido, qual país é mais rico, se ambos possuem o mesmo PIB per capita? Aquele que põe todos os recursos no mercado ou aquele que além daquilo que põe no mercado possui uma reserva de 30% para produzir bens domesticamente? Se dois países com proporções muito distintas de tempo inseridos no mercado possuem os mesmos objetivos de conseguir certa renda per capita, isso não significa que são iguais. Em alguns lugares, as estatísticas são muito bem medidas, mas a proporção de trabalho não medido é extraordinária porque sequer é conceitualizada como trabalho. Uma mulher que põe todo o seu tempo no mercado é considerada como se tivesse uma renda alta, e aquela que não põe seu tempo no mercado e está aposentada, mas continua cuidando dos netos e de seu marido, que está doente, é considerada como inativa, produzindo nada para o país. Na realidade, esta mulher está produzindo em dobro ou triplamente a mais do que uma pessoa que está no mercado. O desafio das pesquisas de uso do tempo é muito grave porque rompe e destroça os grandes conceitos que são vinculados com o mercado. Há uma economia que está além do mercado, antes do mercado, à frente do mercado e simultaneamente ao mercado, e se quisermos realmente implementar políticas públicas e políticas sociais adequadas, temos que reconhecer que o mercado é uma parte pequena do total do conjunto da economia. Nesse sentido, há uma grande quantidade do trabalho das mulheres

que não é produzida no mercado, como o tempo de trabalho não remunerado dedicado à saúde e ao transporte. É necessário, também, implementar políticas educativas, pois o consumo do tempo dedicado a ensinar os filhos basicamente recai também sobre as mulheres. Com referência às políticas de pensões, é importante considerar que as mulheres vivem mais que os homens e que, futuramente, eles terão suas cuidadoras, ao passo que as mulheres não terão seus cuidadores por razões demográficas, além das culturais. Assim, os estudos de uso do tempo são necessários porque as estruturas produtiva e demográfica têm se transformado em todas as partes. Como exemplo, mencionou a emergência de um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de sindicato, em que os trabalhadores compõem de dois tipos: os que vendem seu tempo e os que não vendem seu tempo. Se pensarmos em termos de toda a sociedade, é necessário pensar na grande parte de trabalhadores que estará doente e com idades entre 65 a 70 anos. É importante pensar que os velhos estão atualmente trabalhando muito mais do que quando eram jovens, desempenhando um trabalho não remunerado que se não fosse realizado pelos velhos, as crianças não estariam indo para a escola. E isso faz com que todo o sistema fiscal seja reduzido porque são as velhas que cuidam dos velhos: se as velhas não cuidarem de si mesmas, dos velhos e das crianças, provavelmente teríamos que aumentar os impostos em 60 ou 70%. Assim, se pode manter um sistema fiscal reduzido porque os serviços públicos de cuidados são enfraquecidos, pobres, baratos e deficientes, o que faz com que esses trabalhos recaiam sobre as mulheres em idade avançada.

Não é casualidade que os estudos de uso do tempo têm conseguido a atração, a devoção e a paixão, sobretudo de mulheres. O maior parte desses estudos está sendo feito em grande parte por mulheres porque a sua insatisfação com os indicadores usuais monetários é muito mais forte que entre os homens. Os setores de lazer e dos meios de comunicação se expandiram bastante em detrimento de uma grande quantidade de população que não é medida através do mercado (pensionistas e estudantes pré-incorporados ao mercado de trabalho). As outras razões são:

o tempo dedicado ao transporte e a questões burocráticas é proporcionalmente cada vez maior; o conceito de produção deve mudar; o mundo se globalizou e necessitamos de instrumentos que permitam realizar uma comparação. Além disso, há inovações importantes nos hardwares e softwares, e seria impossível realizar análises com grandes pesquisas de uso do tempo se não fossem os ordenadores e programas informáticos, que permitem fazer uso de milhões de dados.

Concluiu ressaltando que, como cidadã de um país e como uma cidadã que se sente pessoalmente bastante vinculada com a América Latina, espera que a nossa velocidade de interpretação do mundo em que vivemos ganhe pontos e velocidade, e que as pesquisas de uso do tempo respondam àquilo que são as suas raízes. Por uma parte, é necessário haver compromisso científico com a clareza, a observação e o rigor, e por outra parte, um compromisso político necessário para a transformação social, para melhorar a situação daqueles que são expropriados de seu tempo, roubados desse capital que é o seu próprio tempo. Assim, é necessário oferecer a todo o mundo a oportunidade de viver o seu tempo como se queira viver.

6. A PESQUISA PILOTO SOBRE USO DO TEMPO NO BRASIL: METODOLOGIA E DESAFIOS

Painel 1 – A pesquisa piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010

Expositora: Lara Gama – Analista do IBGE/Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão federal que coordena o Sistema Estatístico Nacional e o Sistema Cartográfico Nacional, e está presente nas 26 Unidades de Federação e no Distrito Federal, com mais de 500 agências espalhadas em todo o território nacional. Essas agências trabalham em conjunto com os 5.565 municípios do país. As pesquisas de uso do tempo no Brasil têm como antecedentes as pesquisas de Neuma Aguiar, realizadas nas cidades de Belo Horizonte (2002) e Campos (1986). No âmbito da Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios (PNAD), desde 1992 algumas questões sobre a realização de afazeres domésticos passaram a ser incluídas, e desde 2001, sobre o tempo gasto na realização dessas atividades. Essas questões também foram tratadas na Pesquisa de Padrões de Vida (1996/1997), no Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (2001), e discutidas no I Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo (2007). Em setembro de 2008, foi instituído o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que consiste numa aliança interinstitucional envolvendo a Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPM), o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Como instituições convidadas permanentes para compor o Comitê, estão a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

A pesquisa piloto de Uso do Tempo 2009/2010 consiste no primeiro teste de grandes dimensões de uma pesquisa de uso do tempo no Brasil, e foi parte do teste do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares que está sendo desenvolvido pelo IBGE, com o objetivo de incluir todas as pesquisas domiciliares do IBGE e incorporar o tópico “Uso do Tempo” no calendário regular de pesquisas domiciliares na próxima década. O principal objetivo da pesquisa foi testar a metodologia para aplicação em uma futura pesquisa de Uso do Tempo. A coleta foi realizada nos períodos de outubro a dezembro de 2009, em cinco estados, e de outubro a setembro de 2010 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A população de referência são as pessoas com 10 anos ou mais de idade, sendo 1 pessoa o número de entrevistados por domicílio, e todos os dias da semana foram representados igualmente. Os primeiros resultados da pesquisa deverão ser apresentados no final de 2010, apenas para fins de estudos. A amostra do teste na PNAD Contínua engloba 50 mil domicílios em 801 municípios em 5 estados selecionados (1 para cada Grande Região): Distrito Federal, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, e a sub-amostra da pesquisa de Uso do Tempo conta com 11.940 domicílios em 672 municípios nos

cinco estados, representando 25% da amostra total. A partir do teste, serão avaliados o desenho da amostra (tamanho, distribuição dos dias da semana, número de entrevistados por domicílio, limite de idade), os instrumentos de pesquisa (diário de papel e computador de mão), a operação de campo, a classificação de atividades e os resultados e indicadores. Na operação de campo, foram realizadas 5.582 entrevistas sobre uso do tempo (55,31% do total da amostra), exceto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A classificação de atividades foi definida com base na ICATUS (International Classification of Activities for Time-Use Statistics), da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. Foi necessário adaptar essa classificação de atividades ao contexto brasileiro, como, por exemplo, criar um subgrupo específico para atividades cívicas (como votar), que são classificadas como trabalho voluntário na ICATUS; a inclusão de atividades típicas brasileiras, como “ir à praia”, no subgrupo de atividades ao ar livre; e a eliminação de atividades não praticadas no Brasil, como esportes de inverno. Para a coleta de dados, foi realizado um treinamento com cerca de 40 técnicos de seis estados, em setembro de 2009. As informações foram repassadas a 616 entrevistadores e supervisores de todas as agências envolvidas na operação de campo. Antes de visitar os domicílios, os entrevistadores sabiam previamente quais domicílios foram selecionados para responder à Pesquisa de Uso do Tempo e o dia da semana especificado para cada um. Na primeira visita, o entrevistador realiza a entrevista da PNAD Contínua usando um computador de mão. O computador de mão seleciona um dos membros do domicílio, com 10 anos ou mais de idade, para responder à pesquisa. O morador selecionado recebe um diário de papel para preencher durante um dia da semana específico, e uma segunda visita é agendada com o entrevistado. Na segunda visita, o entrevistador realiza uma revisão do diário de papel e transmite as informações para o computador de mão, e é feito um questionário sobre a percepção do entrevistado a respeito de seu próprio tempo.

A supervisão da operação de campo é realizada por meio de visitas técnicas às unidades estaduais, treinamentos locais, videoconferências, netmeetings e também pelo sistema gerencial via web, (relatórios de produtividade). Os principais desafios da operação de campo são: as particularidades de cada região visitada (dificuldade de acesso, necessidade de estratégias especiais para visitar áreas perigosas; áreas indígenas); altas taxas de analfabetismo em algumas regiões; novo modelo de amostra sendo testado, com maior número de agências envolvidas; a segunda visita.

Os próximos passos da consolidação da Pesquisa de Uso do Tempo consistem na definição de como esta será inserida no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – PNAD Contínua, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e na Pesquisa independente, bem como na definição da periodicidade e dos instrumentos de pesquisa (questões: diário de papel apenas? entrevista recordatória com computador de mão apenas? criação de sistema no desktop para inserir os dados do diário?).

Painel 2 – Debate

Debatedora: Paz López – Unifem/México

Na América Latina e Caribe, efetivamente está havendo uma grande quantidade de iniciativas de pesquisas sobre uso do tempo, impulsionadas por muitos países da região, para que seja possível obter mais informações sobre o trabalho não remunerado. Com um enfoque inovador, essas pesquisas adotam instrumentos que já são utilizados há muitos anos na Europa, a partir da perspectiva de gênero. Nos países da região, essa idéia está centralizada na Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), sobretudo, nas Recomendações Gerais 16 (Mulheres que trabalham sem remuneração em empresas familiares rurais e urbanas) e 17 (Medição e quantificação do trabalho doméstico não remunerado da mulher e seu reconhecimento no produto nacional bruto), adotadas pelo Comitê da CEDAW, que exorta os países a levantarem informações e dados estatísticos sobre o trabalho não remunerado desem-

penhado pelas mulheres. Nesse sentido, a idéia central deste trabalho é coletar e reunir dados estatísticos que permitam, de alguma maneira, mostrar a contribuição das mulheres à economia e assegurar que esse reconhecimento seja incluído nos cálculos do produto nacional bruto, por meio de uma conta satélite do trabalho não remunerado. Na recomendação da CEDAW, o emprego do tempo das mulheres deve ser parte das pesquisas nacionais sobre os domicílios, e devem se converter num instrumento oficial de medição que possa ser útil para as políticas públicas e os seus distintos fins. Há quase uma década, o Brasil dispõe de informação sobre o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico, e isso é um avanço na região e também algo que vem sendo utilizado como referência em muitas ocasiões. Entretanto, no momento atual, deve-se ter um instrumento mais acabado que possibilite um indicador que aponte a carga total do trabalho, tanto o trabalho doméstico não remunerado, realizado nas unidades domésticas, como o trabalho que se utiliza ou que se realiza no mercado.

Na região da América Latina, as pesquisas sobre uso do tempo têm sido impulsionadas pela demanda da inserção da perspectiva de gênero no delineamento das políticas públicas. A coleta de dados que vêm sendo aplicada em quase 16 países é realizada basicamente por meio de pesquisas nos domicílios, seja com a utilização de um questionário com uma lista de atividades predefinidas ou por meio de um grupo de perguntas que se introduz dentro das pesquisas já existentes. Por exemplo, no caso mexicano, há uma série de perguntas nas pesquisas de emprego, e no caso hondurenho, também se introduzem algumas classificações e perguntas concretas sobre trabalho e mercado. Em ambos os casos, incluem-se perguntas concretas dentro de um questionário ou um módulo adicionado à pesquisa de domicílios e, dessa forma, essas informações têm sido utilizadas para averiguar a quantificação do trabalho não remunerado. As coletas são bastante heterogêneas e baseiam-se em marcos conceituais que, em alguns casos, não são comparáveis. Os aspectos metodológicos também costumam ser heterogêneos, e muitas vezes se realizam de maneira independente, o que dificulta a compa-

rabilidade regional. Nesse sentido, o desafio que se impõe para a região é justamente harmonizar as pesquisas e os dados de maneira que seja possível realizar uma contabilização e uma medição deste trabalho para as contas satélites domiciliares. Assim, o trabalho exige uma reflexão sobre o próprio levantamento de dados e sobre como as experiências internacionais podem contribuir para a harmonização dessas pesquisas. Trata-se de criar bases informativas para a definição de políticas públicas com a perspectiva de gênero, tanto no âmbito social como econômico.

A coleta das informações está relacionada à forma pela qual elas também são desagregadas. No contexto do questionário brasileiro, grandes possibilidades se abrem quando se maneja um diário, e a existência de atividades desmembradas no diário permite abrir um panorama bastante valioso para a coleta de informações e, dessa forma, para sua agregação. No entanto, quando não se tomam algumas precauções, podem suscitar alguns problemas e riscos, no que se refere à operacionalização de campo, capacitação, treinamentos, e aos manuais do entrevistador. No trabalho de preenchimento do diário, o questionário brasileiro permite a existência não somente das atividades desmembradas, mas também de informações de contexto, daquilo que se busca em colunas adicionais do diário, como, por exemplo: com quem se realizam essas atividades, onde se realizam essas atividades, etc. Dada à existência de um desmembramento muito específico, o levantamento de informações por meio do diário tem a pretensão de ajudar a formular políticas de conciliação da vida laboral com a vida familiar, ao permitir que se identifiquem as causas e os efeitos da carga do trabalho das mulheres com os cuidados. Sob a ótica de gênero, é interessante obter informações sobre o que acontece com as crianças e os cuidados com as mesmas, e isso também está relacionado ao componente demográfico. Por outro lado, nos interessa também observar o tempo dedicado aos cuidados com a população doente e idosa, e todos esses cuidados abrangem tipos de trabalhos distintos e que de alguma maneira devem estar separados quando se pretende implemen-

tar políticas públicas diferenciadas. Além disso, como podemos diferenciar os dados valorativos correspondentes a cada um desses três tipos de trabalho? O diário permite desagregar informações de maneira suficiente e, por sua vez, os exemplos colocados para o preenchimento do questionário podem ser agregados às informações, o que permite identificar a demanda dos cuidados com crianças, pessoas idosas ou doentes. Citando o exemplo do México, um dos riscos que se corria na aplicação do questionário da pesquisa de uso do tempo consistia no fato de que todos esses tipos de cuidado eram agregados à atividade de cuidados. Considerando o setor da saúde, quando é possível distinguir os trabalhos realizados com os cuidados de saúde, é possível construir também uma conta satélite relativa a esses cuidados. Assim, é muito importante haver exemplos concretos do tipo de informação que queremos registrar, e como esta pode ser registrada no diário. Este é um dos aspectos centrais dos riscos corridos, principalmente porque estamos frente a uma transição demográfica e a uma transição epidemiológica que nos obriga a pensar muito mais sobre o tipo de trabalho de cuidados que queremos registrar no intuito de implementar políticas públicas diferenciadas.

Ao possibilitar uma classificação detalhada que pode estar vinculada ao ICATUS, o diário permite, ainda, todas as desagregações e as agregações de informações para os distintos setores. O enfoque sobre os resultados para esse tipo de informação coletada pode ser diverso, e podemos abordá-lo a partir da perspectiva do bem estar da população e de aspectos culturais para observar aspectos sobre recreação, lazer, ou saúde. Entretanto, é importante também considerar exemplos mais concretos, como aquilo que ocorre em termos da vida familiar, trabalho, habitação, etc. Assim, é necessário delinear um novo olhar na definição de trabalho, e essa nova perspectiva deve ser ajustada não apenas à forma pela qual a informação foi levantada no momento da coleta, mas também à forma pela qual essa informação é desagregada para ser transformada em indicadores. Nesse sentido, a riqueza das informações que são possíveis de

serem levantadas com o diário não pode ser observada paralelamente ao tipo de levantamento realizado por meio de perguntas concretas de uma classificação já agregada. A experiência brasileira abre brechas para a utilização da tecnologia na pesquisa de campo com o diário junto ao restante dos países da América Latina. Além disso, é importante exercitar uma reflexão sobre os resultados da pesquisa no que tange ao limite de idade da pessoa que foi selecionada no domicílio (quando se trata de crianças), ou no caso de haver revisitas para complementar o diário. No que diz respeito às perguntas que tratam do contexto, os exemplos das atividades “ajudando pessoas” e “cuidado de crianças, jovens, adultos ou doentes” deveriam ser vistos com bastante atenção para então se observar os resultados. Interessamos distinguir claramente essa subpopulação em termos dos cuidados, e como recomendação, é sugestivo selecionar os verbos utilizados cuidadosamente para servirem de exemplos, como: cuidar, ajudar, cooperar, assistir, entre outros. Dessa forma, é importante buscar verbos adequados que permitam uma melhor reflexão sobre aquilo que se está buscando.

Outra questão que traz uma reflexão para ser revisada diz respeito ao desenho amostral com relação à distribuição dos dias da semana, à representatividade do número de pessoas que respondem ao questionário e ao limite de idade. Os procedimentos de campo e os manuais também devem ser revisados porque em muitas ocasiões todo o esforço feito para a definição dos classificadores não estão refletidos necessariamente nos manuais, e isso é um grande desafio para este tipo de levantamento. Da mesma forma, a discussão sobre a heterogeneidade da população que responde ao questionário sem dúvida trará luzes sobre o tipo de levantamento pelo qual irá se optar, na medida em que a utilização do diário requer um tipo de compreensão de leitura e de níveis de alfabetismo da população.

No México, estamos trabalhando a idéia de realizar uma pesquisa adicional à do uso do tempo, em que sejam selecionados os domicílios em que já se realizaram pesquisas sobre uso do tempo para ter mais informações de contexto,

como, por exemplo, não somente sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, mas também sobre a sua participação política e comunitária. Essa pesquisa tem o propósito de identificar os obstáculos que impedem as mulheres de participarem mais plenamente da vida política. As taxas de atividades das mulheres em populações como a do México e do Brasil, por exemplo, são influenciadas por essa restrição do tempo que as mulheres dispõem para participarem da vida política e comunitária. As mulheres pobres são as que menos participam no mercado de trabalho, e isso permite fazer uma reflexão sobre os obstáculos que se apresentam às mulheres para que elas possam ter maior participação. Uma explicação do senso comum é a carga de trabalho, desde a dupla ou a tripla jornada que elas realizam. Nesse sentido, estamos diante de desentranhar os núcleos dessa dura carga de trabalho para poder definir políticas apropriadas que permitam identificar melhores alternativas a essas mulheres.

Bloco de Perguntas – Painéis 1 e 2

Coordenação da Mesa: Luana Pinheiro – SPM/Brasil

A pesquisadora docente da Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina Valéria Esquivel destacou que um tema que parece crucial nas pesquisas e para a preocupação com o tema de gênero é a possibilidade de captar as atividades simultâneas no diário que são muito difíceis de serem captadas em qualquer outro instrumento. Nesse sentido, com relação às atividades primárias, perguntou como se está pensando em tabular a segunda coluna de atividades.

A representante do IPEA Natália Fontoura mencionou o fato de haver apenas uma pessoa respondendo no domicílio, e questionou como está sendo avaliada a possibilidade de outras pessoas da família também responderem. Na medida em que a segunda visita se apresentou como dificuldade no desenho da PNAD continua, perguntou, indagou se a solução seria inserir a pesquisa de uso do tempo na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

A representante do IPEA Maria Aparecida Abreu apontou a possibilidade de fazer uma diferenciação entre instituição pública e privada no que tange à classificação do local, enfatizando a importância dessa diferenciação do ponto de vista da implementação das políticas públicas. Destacou que talvez fosse interessante incluir outras atividades de lazer, como, por exemplo, as atividades de estudo e de leitura, que possuem um significado muito específico e um valor muito importante para as políticas de educação. Por fim, mencionou que a utilização da internet permite que se realize uma série de atividades, e sugeriu que o uso da internet fosse colocado como atividade principal para depois discriminar quais seriam essas atividades de uso da internet.

A representante do Instituto Nacional de Geografia e Estatística do México Maria Eugenia Gómez Luna afirmou que estamos assistindo a uma inovação em matéria do uso do tempo a partir da utilização de um mini computador na realização das entrevistas. Informou que o México também acabou de realizar a experiência de uma pesquisa nacional sobre uso do tempo, em que se desenvolveu um sistema informatizado com um questionário, o que permite encurtar o tempo das entrevistas. Assim, a qualidade da informação validada mediante deste apoio será melhorada. A coleta das distintas frases utilizadas pelas pessoas na definição das atividades também deve ser ordenada e codificada porque o classificador tem que se converter numa coluna vertebral que dê estabilidade ao longo do tempo e em qualquer lugar na coleta de dados sobre uso do tempo.

Respostas e Comentários da Mesa – Painéis 1 e 2

A analista do IBGE Lara Gama, se referindo aos comentários da Sra. Paz Lopez esclareceu que o debate entre o uso do diário e do questionário já estava sendo feito no momento de planejamento da pesquisa, e que cada modelo possui suas vantagens e desvantagens. O questionário permite fazer perguntas mais específicas por abordar certos temas de interesse, e o diário é mais abrangente, permitindo um

espectro que cobre as atividades possíveis que as pessoas realizam ao longo de um dia. Destacou que o diário nos daria uma possibilidade de análise mais detalhada. Com relação à questão do cuidado, esse tema chama atenção para a importância de separar e tornar bastante visível o cuidado de crianças e o de idosos. A classificação exibida mostra apenas os grandes grupos da classificação da ICATUS, que consiste na base de referência, mas dentro desses grandes grupos há subgrupos que separam as categorias dos cuidados de crianças e de idosos, permitindo o acesso a informações desagregadas. Esclareceu, ainda, que tanto nos treinamentos como no próprio instrumento (diário), deve estar claro para o entrevistador o que se precisa pontuar, ou seja: aquilo que estamos interessados em saber, como as atividades de cuidados. É importante que os cuidados sejam bem definidos como atividades primárias ou secundárias. Sabemos que muitas vezes as atividades são simultâneas, e por isso se optou por manter uma opção para captar essas atividades no diário. Muitas vezes as pessoas fazem várias coisas ao mesmo tempo, e o diário traz mais essa vantagem de captar as atividades secundárias. Ressaltou que há duas coisas que devem ser levadas em conta no teste: por tudo ser novo, não era possível complexificar muito por conta do teste do instrumento e pelo fato dos respondentes serem apenas uma pessoa da família. Não podíamos interferir muito no funcionamento do campo da PNAD contínua, mas sabemos da importância de captar informações sobre todos os membros da família, o que já está sendo considerado para o futuro na PNAD contínua. Mas nesse primeiro momento, espera-se suprir essa lacuna fazendo análise de gênero, considerando que uma mulher possa representar várias outras mulheres e outros domicílios, assim como um homem, e dessa forma possibilitar realizar a análise de gênero comparando as atividades através da representatividade amostral dos entrevistados. Por sua vez, a variável de contexto “com quem” foi eliminada por questões de tempo e de praticidade do instrumento, mas se pensa no próprio PDA em apontar a quem se refere às atividades realizadas pelos membros da família. No que se refere à inserção da pesquisa

de uso do tempo na POF ou na PNAD, esclareceu que a POF traz a vantagem da previsão de volta, e tem uma aceitação ampla, as pessoas se envolvem na pesquisa, e talvez fosse um bom momento para inserir a pesquisa de uso do tempo. Por outro lado, talvez fosse mais interessante permanecer na PNAD contínua para a análise do diálogo com outras questões, como trabalho, remunerado e não remunerado, o trabalho das mulheres e o mercado de trabalho, e sua relação com as atividades das mulheres ao longo do dia. Nesse sentido, informou que o IBGE está na fase de examinar o debate sobre a inserção do uso do tempo nas duas pesquisas. Esclareceu que a definição do local (público e privado) também é algo que pode ser detalhado, tendo em vista que, de acordo com os objetivos da pesquisa, esta pode chegar num nível de detalhamento muito grande, e por isso é importante ouvir as contribuições apontadas para saber o que iremos utilizar em relação às variáveis de contexto e os dados sobre as atividades que poderão ser úteis para as políticas públicas. Esclareceu, ainda, que há uma diferenciação na classificação das atividades de estudo e de leitura, e que não se considerou a internet como uma atividade em si perguntando se a pessoa utilizou a internet durante a atividade informada como principal (ex: compras). Com relação às frases utilizadas, foi possível pré-codificar 75% no momento da coleta, e a classificação já era associada no momento da entrevista. O trabalho futuro é avaliar a necessidade de uma lista extensiva ou não de frases.

A Professora de Pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais/Espanha Maria Angeles Durán assinalou as dificuldades apontadas, como os tempos simultâneos e os cuidados, basicamente feitos ao mesmo tempo de outras atividades. A conceitualização da categoria leitura é muito difícil de se trabalhar porque essa atividade pode significar várias coisas ao mesmo tempo. Outra questão se refere ao tempo que se passa na cama (idosos que ficam na cama ou o tempo de dormir), que também é um tempo bastante difícil de se trabalhar. Ressaltou a importância das pesquisas qualitativas lingüísticas para o alcance do uso do tempo, e citou

as pesquisas realizadas sobre metodologia de pesquisas de uso do tempo que apresentam alguns resultados sobre a América Latina e Caribe.

7. PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Painel 3 – International Classification of Activities for Time Use Surveys – ICATUS

Erlinda Go, Estatística – Departamento de Estatística das Nações Unidas (UNSD) / EUA

Os objetivos analíticos da utilização de dados sobre uso do tempo giram em torno de temas centrais, tais como: a medição e análise da qualidade de vida ou bem-estar geral; a medição e valoração do trabalho não remunerado e o desenvolvimento de contas sobre produção doméstica; o aperfeiçoamento dos cálculos do trabalho remunerado e não remunerado; e as análises das implicações políticas no processo de planejamento. A nomenclatura e a classificação de atividades consistem numa parte importante do processo de planejamento, coleta e análises de dados sobre uso do tempo na medida em podem servir como base de complementação de outras atividades, orientar o desenho dos instrumentos de pesquisa e a seleção de métodos a serem empregados, servir como guia para o entrevistador extrair os detalhes exigidos pelos objetivos da pesquisa, e também como base para o desenvolvimento de códigos de normas e indicadores. Além disso, a classificação de atividades também define a estrutura da análise dos dados sobre uso do tempo, e pode se constituir numa base para a definição analítica e a tabulação das categorias de atividades. Muitas classificações têm focalizado listas detalhadas de atividades não econômicas, como afazeres domésticos, cuidados, socialização, recreação, aprendizagem, uso de meios de comunicação de massa. Interessa-nos medir as mudanças existentes no uso do tempo, realizar comparações entre os países e harmonizar a classificação de atividades.

Na Europa, as atividades de uso do tempo são orientadas pela classificação do Eurostat, e no âmbito mundial, a classificação de atividades tem como referência a Classificação

Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo das Nações Unidas (International Classification of Activities for Time Use Statistics – ICATUS). A ICATUS é um padrão de classificação de todas as atividades que uma população geral pode realizar durante o tempo de 24 horas. É aplicável tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos, e se assenta nas classificações regionais e nacionais, considerando as experiências desses países. Seu principal objetivo consiste em oferecer um delineamento mais preciso dos limites das atividades econômicas e não econômicas, produtivas e não produtivas, assim como medir todas as formas de trabalho, incluindo o trabalho não remunerado. A ICATUS coaduna-se com os padrões de classificação das estatísticas de trabalho e economia, e o conjunto de categorias de atividades produtivas é definido com base nos conceitos de emprego, atividade econômica e ocupação. Utiliza definições e categorias empregadas pelo sistema de classificação das Nações Unidas, como System of National Accounts (SNA), International Classification of Status in Employment (ICSE), International Standard Industrial Classification (ISIC) e International Standard Classification of Occupations (ISCO).

Estabelece uma diferenciação entre a produção de bens e a renda, entre a produção de bens e produção final para próprio consumo, e também entre a produção de serviços e a renda, oferecendo uma clara definição das atividades consideradas importantes pelos países em desenvolvimento, no âmbito de uma classificação que permite cobrir os contextos existentes tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Os princípios utilizados para a construção da ICATUS procuram ser flexíveis e aplicáveis à identificação dos objetivos analíticos e outras utilizações estatísticas potenciais para os estudos de uso do tempo. Também devem cobrir de forma equilibrada todos os grupos de atividades realizadas pela população geral, possibilitando detalhar suficientemente as atividades relevantes que são desempenhadas por subpopulações (mulheres, crianças, pessoas idosas, etc.).

O critério de caracterização das ativida-

des da ICATUS é definido a partir de três categorias principais: 1) Atividades produtivas abrangidas pelo SNA; 2) Atividades produtivas fora da abrangência do SNA e 3) Atividades consideradas como não produtivas (atividades pessoais). As atividades produtivas abrangidas pelo SNA são caracterizadas com base na unidade institucional em que se realiza a produção: a) Setor Formal (corporações e semi-corporações), instituições sem fins lucrativos, governamentais (principal divisão) e b) Domicílios. As atividades laborais relacionadas à produção domiciliar são delineadas com base no caráter de bens e serviços que são produzidos com as atividades desempenhadas. As atividades produtivas fora da abrangência do SNA são delineadas no sentido de verificar se são realizadas para os membros do domicílio (duas principais divisões) ou para membros de outros domicílios da comunidade (uma divisão principal).

Porsuavez, as atividades pessoais são caracterizadas de acordo com a sua natureza (ex: estudo, socialização, visitas, necessidades fisiológicas) e de acordo com a participação de outras pessoas.

As atividades dentro das 15 categorias gerais estão, ainda, alocadas em divisões e em grupos dentro das divisões. Na definição de grupos específicos abaixo das divisões, o critério básico é a universalidade e a regularidade de ocorrências (ex: as atividades conhecidas como típicas e prevalentes na maioria dos países estão especificados num nível mais detalhado). Nem todas as divisões possuem grupos definidos específicos, e vale considerar a importância que um conjunto particular de atividades possui para a compreensão da medição do trabalho. Dessa forma, as atividades de trabalho para o próprio domicílio da SNA que estão dentro da divisão da ICATUS enfatizam aquelas que são tipicamente parte da produção para o próprio domicílio e aquelas associadas ao setor informal.

A ICATUS possui uma estrutura hierárquica, e seu sistema de codificação conta com um esquema de codificação de seis dígitos, com 15 divisões principais, 54 divisões, 92 grupos, 200

classes e 363 subclasses. No que tange à adaptação aos contextos nacionais, a ICATOS permite orientar os países no desenvolvimento da classificação de atividades ou na revisão daquela já existente; fornecer um sistema para a comparação internacional das estatísticas nacionais; ser expandida ou contraída, conforme o contexto social, cultural e econômico de cada país; possibilitar a conversão da classificação de atividade nacional e descrever atividades singulares. Ao aplicarem a ICATUS, os países devem determinar como as atividades simultâneas são gravadas e codificadas. No âmbito das aplicações para tabulação, as 15 principais divisões podem ser agregadas para análises, bem como focalizadas em indicadores de tempo livre, em atividades abrangidas ou não pelo SNA, entre outros.

No sentido de delinear observações mais conclusivas, os próximos passos do Departamento de Estatística das Nações Unidas (UNSD) são: a) revisar as experiências da ICATUS e, em última instância, propor que essa classificação seja adotada como um padrão internacional; b) reunir mais experiências dos países que utilizam a ICATUS em suas pesquisas; c) realizar revisões consistentes com novos padrões de classificação (incluindo SNA 2008, ISCO-08, ISIC Rev. 4); d) realizar uma análise técnica das classificações revisadas da ICATUS; e e) promover medidas para a implementação da ICATUS a nível internacional.

Painel 4 – Clasificador de Actividades de Uso del Tiempo para la América Latina – CAUTAL
Maria Eugenia Gómez Luna, Diretora Geral Adjunta de Assistência Técnica ao Subsistema Nacional de Informação Econômica do México – INEGI/México

A CAUTAL é um esquema analítico que integra todas as atividades que uma pessoa pode realizar durante um período determinado (dia, semana), e tem como eixo central o trabalho total, remunerado e não remunerado. É uma resposta à demanda expressada pelos países da região, de disporem de um marco conceitual e também de uma classificação de atividades de uso do tempo com a perspectiva de gênero para melhorar a qualidade da informação e pos-

sibilitar a utilização de conceitos e categorias analíticas que fortaleçam suas análises e as políticas públicas. A base conceitual da CAUTAL é o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN), e sua estrutura tem como referência a ICATUS, estando, também, alinhada às estatísticas de trabalho da OIT. É comparável à ICATUS, à lista de atividades do EUROSTAT e a diversas classificações nacionais, com um sistema de codificação de dois dígitos. Seu desenvolvimento é parte do programa de atividades do Grupo de Estatísticas de Gênero da Conferência Estatística das Américas e da CEPAL. Foi apresentada e discutida no marco das Reuniões Internacionais sobre Estatísticas de Uso do Tempo e dos Encontros Internacionais de Estatísticas de Gênero, que ocorre anualmente no México.

A CAUTAL é parte do documento “Diretrizes e referências conceituais para harmonizar as pesquisas sobre uso do tempo na América Latina e Caribe. Documento para Discussão”, entregue à CEA. O projeto se complementa com o desenvolvimento de uma metodologia para computar a conta satélite de produção e consumo dos serviços domésticos não remunerados. UNIFEM, CEPAL, GTEG da CEA, assim como o INMUJERES e o INEGI do México tem sido instituições promotoras relevantes deste projeto, que também conta com a colaboração das especialistas da ALC e de outras regiões. A CAUTAL tem como propósito estatístico oferecer aos países da região uma infra-estrutura conceitual articulada ao SCN para planejar, processar e apresentar resultados de pesquisas de uso do tempo levantadas por meio de um questionário que permite: Harmonizar a coleta de dados sobre uso do tempo; Obter informação de melhor qualidade; Fortalecer a comparação nacional, regional e internacional, a dois dígitos; Padronizar as estatísticas e os indicadores sobre uso do tempo; Dar respostas a requerimentos de informações nacionais e internacionais, como os do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe e atualizar os esquemas analíticos e as políticas públicas no âmbito econômico, social, do trabalho e de gênero.

Os objetivos analíticos da CAUTAL são: a)

Proporcionar um esquema analítico sobre o comportamento das pessoas a partir do ordenamento de todas as atividades que podem realizar e os tempos que se dedicam ao longo das 24 horas de um dia ou 168 horas da semana, tendo como eixo central o trabalho total (remunerado e não remunerado), por ser uma atividade substantiva na vida das mulheres e homens; b) dimensionar a relevância e a distribuição dos tempos que mulheres e homens dedicam ao trabalho remunerado e não remunerado, assim como as atividades pessoais; e c) fornecer informações estatísticas necessárias para desenvolver uma metodologia de valorização do trabalho não remunerado e elaborar as contas satélites dos domicílios sobre serviços não remunerados. A CAUTAL distingue 3 categorias principais de atividades que podem ser realizadas em um período (dia, semana): 1) atividades produtivas abrangidas pelo SCN; 2) atividades produtivas fora da abrangência do SCN e 3) atividades pessoais.

No âmbito de um marco conceitual, trabalho remunerado é aquele que se incorpora à produção de bens e serviços incluída dentro da abrangência da produção do SCN. Também está alinhado às estatísticas laborais da OIT e segue a Recomendação sobre Medição do Tempo de Trabalho (CIET 2008). Inclui o trabalho assalariado, independente e de trabalhadores contribuintes, familiares ou não familiares. Por sua vez, trabalho não remunerado é aquele incorporado à produção de serviços dos domicílios e para os domicílios, assim como o trabalho voluntário não remunerado que se presta em instituições sem fins lucrativos. A produção e o trabalho não remunerado obtido por meio da mesma estão excluídos das contas nacionais, mas se encontram na abrangência geral do SCN. Ao responder a um marco conceitual, a CAUTAL dispõe de critérios claros e precisos para identificar as atividades, seguindo uma lógica que vai do geral ao particular a partir do nível Divisão (dois dígitos) e passa ao nível Grupo (três dígitos), com um critério que identifica conjuntos de atividades que têm um fim específico. Com dois dígitos é possível encontrar o conjunto de atividades com o que se obtém um resultado previsto ou o pro-

pósito geral da atividade. Sua taxonomia permite a comparabilidade com outros esquemas de classificação como a própria ICATUS. Em cada grupo se inclui uma categoria de “outras atividades”, a qual se identifica com um zero como último dígito, permitindo que seja um código que dá flexibilidade a cada conjunto. A CAUTAL tem uma dimensão mais delimitada que a ICATUS, e está especialmente orientada para a coleta de dados sobre uso de tempo mediante pesquisas por amostragem. Sua linguagem é mais simplificada, e dispõe de uma estrutura mais sintética e versátil. Conforme já apontado, a CAUTAL constitui o ponto de partida para disponibilizar um classificador à região da ALC que sirva para harmonizar as pesquisas e também para obter uma comparabilidade entre pesquisas, estatísticas e indicadores-chave. Além disso, a CAUTAL busca dar resposta a qualquer tipo de coleta de dados sobre uso do tempo (pesquisa específica, módulo ou bateria de perguntas).

Bloco de Perguntas – Painéis 3 e 4
Coordenadora da Mesa: Marcia Quintlser, representante do IBGE/Brasil

A representante do IBGE e coordenadora da mesa Marcia Quintlser comentou sobre a importância das diversas experiências de classificações que são pertinentes neste contexto, em que a ICATUS oferece aos países um padrão com vários aspectos a serem contemplados e a CAUTAL agrega a experiência acumulada na América Latina e a própria experiência brasileira na experiência piloto. Mencionou a importância de assegurar a comparabilidade entre os países, pois o tema do uso do tempo é relevante para a especificidade de cada país e de cada região, mas muito relevante no contexto da comparabilidade internacional.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Vera Soares apontou que nos serviços públicos atuais da América latina, acompanhar uma pessoa idosa a uma consulta médica muitas vezes leva o tempo de um dia inteiro, e dessa forma, perguntou onde entraria a medi-

da do tempo na questão de levar os idosos e as crianças para a escola, creche, serviço de saúde, já que não se trata apenas do traslado, mas da importância dessas pesquisas para o subsídio das políticas públicas. Perguntou, ainda como CAUTAL e ICATUS levam em conta o contexto (econômico, social, cultural, etc.). Mencionou a contribuição do feminismo para as ciências, no sentido de ter possibilitado uma re-definição do conceito de trabalho ampliado e do conjunto desse trabalho. Por outro lado, afirmou que essas questões foram introduzidas no debate, mas vêm sendo tratadas de maneira convencional, em que esse trabalho e esse cuidado são considerados do mesmo modo em que se fazia a pesquisa do tempo, no início do processo industrial. Destacou que as pesquisas de uso do tempo têm trazido novas formas de se repensar e redimensionar os indicadores e as formas de medida.

A representante do IBGE, Marcia Quintis solicitou que a relação entre traslado e tempo de espera fosse explorada um pouco mais, e perguntou se há alguma dificuldade na comparação e no cotejamento dessas duas classificações. Perguntou, ainda, se a denominação de trabalho remunerado e não remunerado utilizada na CAUTAL coincide com a classificação dentro do setor produtivo e não produtivo do SNA.

Uma participante não identificada perguntou por que o classificador da ICATUS leva um nome de classificador experimental (trial).

Respostas e Comentários da Mesa – Painéis 3 e 4

A Sra. Maria Eugenia Gómez Luna destacou a importância de não se perder de vista que a conceitualização do trabalho na economia feminista e na própria economia trouxe uma importante revolução que refletiu no trabalho, sobretudo na reflexão sobre o trabalho precário que no marco da flexibilização se converteu na mercadoria mais maltratada de um sistema econômico. Destacou que a denominação de trabalho dentro da classificação teve uma conotação que corresponderia a uma visão socioeconômica, e

que o trabalho remunerado poderia ser chamado como trabalho de mercado, trabalho pago ou trabalho do SCN, mas a idéia de colocar “trabalho remunerado” é precisamente no sentido de começar a avançar numa direção de uma situação de um trabalho que não está apagado, não está mal tratado para quem o faz. O que estamos buscando é uma condição sócio-econômica em que quem desempenha trabalho remunerado é tratado como uma cidadã e um cidadão. Enfatizou que as pessoas que passam a sua vida se dedicando ao trabalho não remunerado são aquelas que terão uma velhice absolutamente desprotegida. Escolheu-se a denominação de trabalho remunerado e não remunerado porque se considera que uma reivindicação importante para o trabalho não remunerado é que este seja tratado como trabalho. Nesse sentido, essa denominação expressa uma condição em que um e outro trabalho tem características diferentes e recompensas diferentes. No que diz respeito aos serviços públicos, salientou que essa condição de não proteção a esse tipo de trabalho torna as políticas contra a pobreza e de desenvolvimento vulneráveis porque essas pessoas não serão recompensadas pelo seu trabalho realizado. Observou a existência de uma aceitação deste assunto pelos contadores nacionais e a importância de haver uma análise das categorias que necessariamente nos obrigam a passar os olhos por essa questão para não se correr o risco de ver de forma distorcida aquilo que está ocorrendo na sociedade. Além disso, mencionou uma recomendação da OIT, de dezembro de 2008, que exorta os países-membros a investigarem as formas pelas quais a população participa da atividade econômica e a distribuição desses resultados, recomendando que se esforcem para medir os tempos de trabalho de maneira integral. Trata-se de um grande passo na medida em que, tendo em vista a composição tripartite da OIT, o setor dos empregadores poderia não reconhecer a situação do trabalho não remunerado. Nesse sentido, enfatizou que o apoio dos organismos internacionais é muito importante e deve ser aproveitado.

A Sra. Erlinda Go esclareceu que dentro da classificação da ICATUS, há, temos aqueles dentro do SNA e fora do SNA porque o trabalho

é contabilizado tanto no SNA como no Labour Force Statistics, em que se considera o trabalho familiar não remunerado. Enfatizou a importância dessa definição de trabalho ser mais clara. Concordou que a questão do tempo de espera no consultório médico ou no hospital tem grande importância para os governos, que oferecem os serviços e as políticas públicas, afirmando que este assunto deve ser tratado separadamente da questão do tempo de traslado. Entretanto, deve ser medida juntamente como tempo de cuidado, pois se não fosse essa atividade de cuidado, não haveria esse tempo de espera. A ICATUS é uma experiência (teste) porque se por um lado a ICATUS traz a conceitualização das atividades, por outro, faz-se necessário conhecer as diversas experiências dos países que realizaram a pesquisa. Uma vez conhecendo e registrando essas experiências, o debate se amplia assim é possível chegar a conclusões comuns sobre sua adaptação aos diversos contextos.

A Sra. Maria Eugenia Gómez Luna informou que no caso do México, há estudos específicos sobre o tempo de traslado que são realizados com o propósito de medir o tempo de espera, e do traslado para vários destinos. Esclareceu que na pesquisa de uso do tempo, o enfoque de traslado é feito de forma distinta.

A coordenadora da mesa Marcia Quintlser, do IBGE, concluiu que nas duas apresentações existem distintas concepções de inserir o trabalho não remunerado no conjunto de atividades ligadas às contas nacionais, mas que, no entanto, não impedem a intensificação do diálogo entre as duas classificações.

Painel 5 – Time Use Surveys in Canada
Jodi-Anne Brzozowski, Chief of the General Social Survey – Statistics Canada

Os dados das pesquisas canadenses de Uso do Tempo têm sido utilizados para estudar alguns fenômenos, como a falta de tempo (time crunch), as dinâmicas familiares, o estres-

se, atividades de esportes e lazer, a organização do trabalho e os padrões de traslado (commuting patterns). A pesquisa é repetida a cada 5-7 anos (1986, 1992, 1998, 2005, 2010), e a de 2010 atualmente encontra-se em fase de operação de campo. As pessoas são selecionadas aleatoriamente a partir de domicílios selecionados também de forma aleatória, e a amostra é dirigida a 22.000 indivíduos de uma população de domicílios privados em 10 estados, com 15 anos ou mais de idade. O método de coleta de dados compreende: entrevistas por telefone assistidas por computador, coleta de dados a cada dia ao longo do período de coleta de 12 meses (janeiro-dezembro); e realização da coleta duas séries mensais (seis séries no total) [Collection takes place in two-month waves (six waves in total)]. O conteúdo das pesquisas de Uso do Tempo no âmbito do Diário de Uso do Tempo compreende os seguintes itens: 1) Composição familiar do domicílio; 2) Percepção do tempo; 3) Trabalho não remunerado; 4) Saúde e Bem-Estar; 5) Trabalho e Educação; 6) Atividades culturais e práticas esportivas; 7) Transporte e 8) Características sócio-demográficas e econômicas.

O Diário de Uso do Tempo fornece uma lista completa de participação e do tempo gasto em uma ampla variedade de atividades cotidianas. Os dados são coletados de janeiro a dezembro, e é atribuído um dia de referência específico a cada respondente sistematicamente. O dia de referência é o dia em que o entrevistado deve registrar as suas atividades diárias, e pode ser um ou dois dias antes do dia da entrevista (para que as atividades sejam lembradas).

No Diário de Atividades, a pesquisa pergunta ao entrevistado sobre a sua atividade principal: O que você estava fazendo, e quanto tempo você gasta com esta atividade? Pela primeira vez em 2010, a pesquisa está coletando, também, informações sobre atividades simultâneas, por meio das perguntas: você estava fazendo outra coisa ao mesmo tempo? O que você estava fazendo? (até 3 atividades) Quanto tempo durou esta atividade? (até 3 atividades), com outras questões

sobre a atividade principal: Onde você estava? Quem estava com você? E então o que você fez?

A lista de codificação de atividades baseia-se na classificação das Pesquisas Europeias Harmonizadas de Uso do Tempo (HETUS), mas é mais detalhada e inclui os próprios códigos nacionais. Ao longo do tempo, tem sido ampliada e aperfeiçoada para obter melhor comparabilidade e coletar informações em áreas consideradas emergentes. Possui três níveis e um sistema de quatro dígitos com 264 códigos de atividades. A coleta de atividades simultâneas permite descobrir o tipo de atividades são realizadas simultaneamente; quanto tempo se gasta com os cuidados de crianças (ativo e passivo); qual é a relação entre novas tecnologias e as multitarefas; quando são realizadas a maioria das multitarefas; e quem é a pessoa que provavelmente estará envolvida com as múltiplas atividades?

Os dados das pesquisas de uso do tempo permitem responder algumas questões investigativas, tais como: Como, onde e com quem as pessoas gastam o seu tempo? Quais atividades estão associadas com o maior tempo de estresse? Qual a relação entre os padrões de atividades, saúde e satisfação com a vida? Quais são os fatores que contribuem para a falta de tempo das pessoas (time crunch)? Qual é a relação entre atividades não remuneradas e bem-estar e qualidade de vida? Como os casais administram o trabalho remunerado e não remunerado? Quais fatores estão associados ao bem-estar das famílias com renda única versus renda dupla?

No que diz respeito aos desafios impostos pelas pesquisas de uso do tempo, destacam-se: a sobrecarga de respostas; a complexidade da pesquisa; o declínio das taxas de resposta e a diminuição da qualidade da abrangência de informações oferecidas pelo telefone *Diminishing quality of the telephone frame*; permanecer fiel às necessidades emergentes e às tendências ao longo do tempo; e manter a comparabilidade internacional. Para enfrentar esses desafios são propostas algumas estratégias, como a introdução do estilo conversacional de entrevistas para compor o diário; cartão introdutório; a flexibilidade nos pro-

cessos de coleta e a exploração de novas opções para redesenhar as pesquisas. A coleta de 2010 está prevista para ser concluída no fim deste ano, e os resultados da pesquisa devem ser lançados no verão de 2011, por meio de tabelas, séries analíticas, utilização pública de arquivos Microdata e serviços de tabulação personalizados.

Painel 6 – Producción de Información Estadística sobre el Trabajo no Remunerado del Hogar y su Valoración en las Cuentas Públicas

Martha Oviedo, Diretora Geral Executiva – INE/ Bolívia

Em consenso estabelecido entre os países latino-americanos que compõem o Programa para o Aperfeiçoamento de Pesquisas e Medição de Condições de Vida (MECOVI), a partir do ano de 2001, passou-se a introduzir um módulo específico sobre uso do tempo na Pesquisa Domiciliar de 2001 (Encuesta de Hogares – HE). Pela problemática vigente, em 2008 foi solicitada a assistência técnica da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o desenvolvimento (ASDI), e neste mesmo ano, aprovou-se o artigo 338 da Constituição Política do Estado boliviano, em que o Estado reconhece o valor econômico do trabalho doméstico como fonte de riqueza, e que este deverá ser quantificado nas Contas Públicas. Em junho de 2009, ocorreram a assinatura e o recebimento do mandato ministerial da proposta técnica de operacionalização do Projeto por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE). A preparação da proposta seguiu até setembro de 2009, e contou com reuniões de coordenação interinstitucional, no intuito de revisar os objetivos e socializar o artigo 338, com a assessoria técnica de instituições especializadas para a elaboração de propostas para a aplicação do Diário e do Questionário.

O objetivo geral do Projeto consiste em valorizar economicamente o trabalho doméstico não remunerado para sua quantificação nas contas públicas. Como objetivos específicos, destacam-se: a) conhecer a carga total de trabalho (horas de trabalho remunerado + horas de trabalho não remunerado) diferenciado por sexo, idade,

nível de educação, área urbana, rural e estadual de bolivianas e bolivianos; b) calcular o valor agregado domiciliar e seus componentes do trabalho remunerado e não remunerado; c) calcular a seqüência de contas do trabalho doméstico não remunerado; e d) medir a participação e impacto do trabalho doméstico não remunerado no PIB.

O Projeto é realizado em duas etapas: 1) Produção de informação estatística básica, com duração de 32 meses (pesquisa domiciliar de uso do tempo e estudos e pesquisas específicas para sua valoração) e 2) Produção de informação estatística derivada (construção da conta satélite do trabalho doméstico não remunerado), com duração de 4 meses.

A Pesquisa Domiciliar de Uso do Tempo (EUTH) tem como objetivo principal conhecer a carga total de trabalho das bolivianas e bolivianos (horas de trabalho remunerado + horas de trabalho não remunerado) diferenciado por sexo, idade, nível de educação, área urbana, rural e estado. Seus objetivos específicos são: identificar as características de homens e mulheres no que diz respeito à distribuição e uso do tempo em tarefas e/ou atividades domésticas necessárias ao desenvolvimento pessoal, familiar, comunitário e social; conhecer a distribuição do trabalho não remunerado dos/as bolivianos/as entre os membros do domicílio, por sexo, escolaridade, urbano, rural e estados; medir o tempo que mulheres e homens dedicam ao trabalho não-remunerado no âmbito das atividades de cuidados com crianças, idosos, pessoas com deficiência e/ou pessoas doentes; medir a participação de homens e mulheres no trabalho voluntário de apoio a outros domicílios, sociedade ou no desenvolvimento da comunidade; medir o tempo de mulheres e homens dedicado às atividades culturais, esportivas e de recreação; medir o tempo de mulheres e homens dedicado às atividades produtivas, como agropecuária, extrativistas, indústria manufatureira, comércio e outros serviços; proporcionar insumos para analisar e compreender a desigualdade de gênero a partir de sua dimensão mais ampla e não apenas instrumental; e fornecer informações para valorar economicamente o trabalho doméstico não remunerado pelas contas

nacionais, por meio da elaboração da Conta Satélite.

A definição da metodologia da EUTH é resultado da formação de um comitê interinstitucional (VIO, Ministério do Trabalho, CIDES, UNIFEM e INE), e contou também com um trabalho de coordenação com a Direção de Contas Nacionais. Por ser uma temática nova de estudo, se estabeleceu a necessidade de realizar dois Testes Piloto. A Pesquisa se realizará de forma independente, o que permite gerar informações estatísticas básicas, em que se pretende dar seguimento aos anos seguintes por meio da adição de um módulo específico nas pesquisas domiciliares realizadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística. O levantamento de informações será realizado durante um ano, de maneira contínua e compreendendo os 7 dias da semana. A representatividade será nacional (urbano-rural e estadual), com uma amostra de 12.000 domicílios. A metodologia de trabalho é realizada em três fases. A primeira compreende desde o planejamento da pesquisa até o envio de materiais aos escritórios estaduais para a execução da operacionalização do campo (incluindo os trabalhos de sensibilização da população). Os produtos resultantes são os resultados dos Testes Piloto, documentos de planejamento e instrumentos validados. A segunda fase compreende a Operacionalização do Campo, e inclui capacitação de pessoal, levantamento de informação, crítica, codificação, validação, transcrição, processamento da informação e elaboração de relatórios finais. Os produtos resultantes são: a base de dados bruta, a base de dados anual da pesquisa validada e os resultados, tabulados em tabelas resumidas que identificam os diferentes cruzamentos de variáveis. Já a terceira fase diz respeito ao cálculo dos principais indicadores e à preparação, impressão e difusão do documento final, tendo como produto o documento impresso para difusão e o relatório de execução da Pesquisa.

O primeiro teste piloto da EUTH foi realizado entre abril e setembro de 2010, e teve como população-alvo o conjunto de pessoas com sete ou mais anos de idade, com residência domiciliar em casas particulares das áreas urbana e

rural do território nacional. O método estatístico é completamente aleatório-probabilístico. Com as probabilidades de seleção das amostras, é possível construir os pesos (pesos) e, portanto, aplicar a teoria de inferência estatística teoria de la inferencia estadística em todos os sentidos. O método de amostragem possui 3 fases, com especial atenção às zonas rurais e urbanas. Na primeira etapa da amostragem complexa, é realizada uma amostragem sistemática estratificada proporcional ao tamanho da alocação de poder, considerando-se 15 estratos. Na segunda etapa, é realizada nas áreas rurais uma amostragem aleatória proporcional ao tamanho dos domicílios de cada segmento ponderador para escolher a amostra. E na terceira etapa, é realizada uma amostragem sistemática dentro da UPM ou do segmento, com arranque aleatório e intervalo fixo. No âmbito do tratamento da não-resposta, se deve ter a mesma quantidade de amostra em cada período, e para tanto, deve-se considerar a idéia de haver unidades elementares de reserva para uma possível substituição. A utilização de métodos de imputação estatística deve ser feita como um último recurso.

No processo de elaboração do questionário, foram projetados e testados dois tipos de questionários: um questionário de características gerais do domicílio e um diário de atividades de uso do tempo, no qual se anota a seqüência e a duração de todas as atividades realizadas por uma pessoa durante um determinado período (dia anterior). A logística operacional de campo considera a distribuição da combinação por semanas segundo áreas; lista de domicílios, distribuição da combinação de dias por UPM, a receptividade ao Questionário e ao Diário, tempo de entrevista e revisitas. A Classificação de Atividades de Uso do Tempo da Bolívia (CAUTBOL) tem como referencia as principais categorias utilizadas pela ICATUS e CAUTAL, e conta com 3 divisões principais, 5 divisões, 23 grupos, 98 classes e 115 subclasses.

A partir dessa avaliação, foram definidas algumas propostas: a) reduzir o número de perguntas nas características gerais do domicílio;

b) o levantamento das informações de atividade diária não será auto-abastecido (autosuministrado); c) reduzir os dias selecionados por domicílio; d) o preenchimento deverá corresponder ao dia anterior ao da pesquisa; e) incluir um plano de divulgação e sensibilização. O segundo Teste Piloto da EUTH deverá ser realizado no período entre outubro de 2010 a março de 2011, e abrangerá outros três estados bolivianos.

Painel 7 – Cuestionario de la Encuesta Nacional de Uso del Tiempo 2009 – México

Maria Eugenia Gómez Luna, Diretora Geral Adjunta de Assistência Técnica ao Subsistema Nacional de Informação Econômica México – INEGI/México

Em resposta a compromissos internacionais firmados, no México, têm-se traçado esforços com o propósito de coletar dados sobre o tempo que a população leva para realizar as diversas atividades. Nesse sentido, o Questionário da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo do México origina-se a partir da introdução do Módulo Pesquisa sobre Trabalho e Uso do Tempo no âmbito da Pesquisa Nacional de Orçamento Familiar (ENIGH) de 1996 e do Módulo Pesquisa Nacional sobre Uso do Tempo da ENIGH de 2002.

No que diz respeito a seus aspectos metodológicos, o Questionário possui como unidades de observação domicílios de habitações particulares, membros do domicílio com 12 anos ou mais de idade, e os dois ciclos semanais ou a semana completa. Em 2009, a Pesquisa Nacional sobre Uso do Tempo passou a ser realizada de maneira independente, tendo como base os conceitos oferecidos pelo SNA-ICATUS e pela Classificação Mexicana de Atividades de Uso do Tempo (CMAUT), e traz como inovação o questionário digital. O objetivo geral da pesquisa foi capturar o tempo destinado pela população mexicana com 12 anos ou mais de idade às atividades cotidianas, no intuito de contribuir para o fornecimento de informações estatísticas necessárias à medição de todas as formas de trabalho dos indivíduos, incluindo o remunerado e não remunerado.

No México, as informações estatísticas sobre o uso do tempo são utilizadas para a medição de todas as atividades produtivas, e permitem fornecer informações que evidenciem o tempo dedicado aos serviços domésticos não remunerados e, dessa forma, contribuir para o seu reconhecimento como uma atividade econômica. Além disso, ao ser valorizado, o tempo dedicado aos serviços domésticos não remunerados fornecerá as bases para a implementação de políticas destinadas à sua redistribuição – para que o seu uso seja equilibrado entre os membros do domicílio – bem como a implementação de políticas de redução das jornadas de trabalho.

Essas informações permitirão medir o tempo total de trabalho de mulheres e homens necessário à obtenção de todos os bens e serviços demandados por uma sociedade num determinado período; conhecer a distribuição do tempo de trabalho de mulheres e homens incorporado nas atividades não remuneradas dos domicílios (tarefas domésticas e cuidado de pessoas), bem como os apoios a outros domicílios, os trabalhos realizados para a comunidade e o trabalho voluntário realizado em instituições sem fins lucrativos. Possibilitarão, também, fornecer as informações pertinentes para a elaboração da conta satélite dos serviços domésticos não remunerados, assim como estatísticas e indicadores para o planejamento de programas e políticas públicas econômicas, sociais e de gênero, destacando as políticas de conciliação da esfera privada e a esfera pública e aquelas relacionadas aos cuidados de pessoas e ao bem-estar. Além disso, permitirão, conhecer o tempo dedicado pela população à educação, esporte, cultura e entretenimento, cuidados pessoais e lazer.

O primeiro questionário foi resultado de um trabalho conjunto entre o Instituto Nacional de Mulheres (INMUJERES) e o INEGI, tendo sido submetido a um teste piloto que permitiu efetuar ajustes e aprimorar o seu desenho e a coleta de dados. A estrutura do Questionário se divide em: a) Habitação (vivienda): Foram consideradas várias características da habitação para fornecer informações que permitam identificar

os tipos e níveis de privação (acesso insuficiente à água e saneamento, alojamento provisório e espaço insuficiente), que juntamente com informações geográficas podem fornecer tanto as informações da população vivendo em habitações precárias como de áreas urbanas e rurais com alta concentração de precariedade habitacional. b) Domicílio (hogar): A delimitação a partir dos membros do domicílio é fundamental para a identificação de todos os membros da família pesquisada. Também oferece a possibilidade de elaborar montantes globais por domicílios do tempo dedicado às atividades, ao acumular o tempo de todos os membros do domicílio com 12 anos ou mais de idade, assim como o tempo total de trabalho no domicílio e mostrar situações diferenciais por tamanho do domicílio, sexo e idade do/a chefe do domicílio. As características dos membros do domicílio incluem aquelas que oferecem um perfil dessa população, como parentesco, sexo e idade, acesso a serviços de saúde, escolaridade, estado civil, condição de atividade (economicamente ativa e não economicamente ativa) e renda. Também se busca identificar os membros do domicílio que demandam apoio, com destaque aos menores de 5 anos, pessoas doentes temporariamente, maiores de 60 anos e aquelas que possuem alguma limitação física ou mental. Essas informações são de interesse relevante para o setor da saúde, sobretudo no que diz respeito à realização das atividades de cuidados.

O questionário foi aplicado com atividades predefinidas em perguntas fechadas, com seis capítulos e cobrindo 97 atividades distribuídas em 21 sub-seções. Como o esquema de amostragem é probabilístico, permite generalizar os resultados de toda a população. A amostragem foi probabilística, trifásica e por aglomerados, cobrindo 1700 domicílios, ou seja, entre 400 e 800 domicílios para cada um dos estados federativos. A ENUT gerará informações com cobertura geográfica nacional e fornecerá informações desagregadas para as localidades com menos de 2500 habitantes, e com mais de 2500 habitantes para as regiões.

Painel 8 – Módulo Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado na Pesquisa Doméstica Contínua 2007 (ECH) – Uruguai
Núbia Pagnotta, Responsável pela área de indicadores de Gênero do INE, Uruguai

A ECH é aplicada desde 1968 de maneira ininterrupta, e desde 2007 cobre todo o território nacional, com amostra de 50 mil domicílios cujo desenho permite incluir pesquisas modulares sobre temas específicos. A ECH busca determinar a condição de atividade da população, estimar o nível de renda domiciliar e individual e fornecer informações sobre as características sociodemográficas da população.

A introdução do Módulo Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado na ECH 2007 tem como antecedentes a realização de eventos sobre Pesquisas de Uso do Tempo, como a Reunião Técnica Subregional sobre “Pesquisas de Uso do tempo e trabalho não remunerado” (Montevideu, 2006), a IV Reunião Internacional de Especialistas em Pesquisas de Uso do Tempo (México, 2006) e o I Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo (Brasil, 2007). No contexto nacional, o governo uruguaio passou a introduzir a perspectiva de gênero nas políticas públicas entre os anos de 2005 e 2009, considerando, também, a promulgação da Lei 18104 sobre Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades entre Homens e Mulheres, de 6 de março de 2007 e a aprovação do Plano de Igualdade de Oportunidades e de Direitos, elaborado pelo Instituto Nacional de Mulheres (INM) e aprovado por Decreto 184/007 do Poder Executivo em maio de 2007.

A pesquisa considerou o nível de detalhamento para registrar as atividades; o levantamento das atividades principais e secundárias ou das atividades simultâneas; a inclusão de informações contextuais; a escolha do período de referência para o qual as informações seriam obtidas; os dias da semana de forma separada; o limite de idade; a escolha do respondente; e o diário de tempo ou lista de atividades. Teve como Pressupostos as seguintes afirmações: a) Quanto maior o equipamento de eletrodomésti-

cos ou de trabalho doméstico remunerado, menor o tempo dedicado às tarefas domésticas. b) O número de filhos e suas idades aumentam o trabalho não remunerado das mulheres e não o dos homens. c) A presença de adultos maiores no domicílio diminui o trabalho não remunerado das mulheres. d) O trabalho extra-doméstico das mulheres aumenta a carga global de trabalho. Além disso, o Módulo buscou quantificar a carga de trabalho total (remunerado e não remunerado), visibilizar a divisão dessa carga entre homens e mulheres, identificar a divisão do trabalho doméstico e de cuidados no interior do domicílio, bem como analisar a relação entre trabalho remunerado e não remunerado.

A Pesquisa foi realizada por meio de entrevista pessoal aplicada com a ECH em setembro de 2007 com todos os membros do domicílio de 14 anos ou mais de idade. Foram entrevistados 4.200 domicílios de todo o país, com consulta pelo dia de trabalho e de descanso anterior à pesquisa, identificando um respondente qualificado (aquele que foi reconhecido como o principal responsável pela realização das tarefas no domicílio) e com previsão de uma segunda visita em todos os casos necessários. Os temas pesquisados foram: alimentação, limpeza do domicílio, compras cotidianas, criação de animais, coleta de flora e fauna, construções e reformas na habitação, administrações externas, tempo de deslocamento, tarefas não remuneradas comunitárias ou de voluntariado, cuidado de crianças, cuidado de pessoas dependentes ou doentes, ajudas recebidas, apoio a outros domicílios e a outros familiares de forma gratuita.

O Teste Piloto foi realizado no período de 25 a 29 de junho, com tempo total (ECH + Módulo) de 44 minutos (no máximo 81 minutos e mínimo 30 minutos) e tempo médio de aplicação do módulo de 12 minutos para o informante. Para tanto, recomendou-se que o mesmo definisse dia típico e atípico, lembrasse do dia de referência em que as tarefas no dia se repetiam, mencionasse os momentos em que se repetiam as tarefas no dia e identificasse as atividades simultâneas. O tratamento dos dados considerou os processos de: coleta em tempo real, dificuldades com

os entrevistadores, supervisão de 10% da carga semanal, crítica e verificação de dados, revisita em caso de ausência do informante e elaboração de programa de inserção dos dados coletados.

Foi possível avaliar que a introdução do Módulo na ECH permitiu uma boa aproximação com o tema, bem como a identificação de problemas a serem solucionados e a possibilidade de aperfeiçoar as perguntas existentes, ou incorporar outras perguntas relevantes. A pesquisa permitiu pontuar as dificuldades encontradas em cinco questões específicas: 1) Desenho do Questionário – dificuldades no âmbito da forma de registro do dia laboral / não laboral – típico / atípico; localização da pergunta de controle e sua finalidade; ausência de horas de descanso. 2) Informação coletada – dificuldades para identificar o tempo dedicado ao trabalho doméstico e aos cuidados; esquecimentos. 3) Perguntas formuladas – dificuldades encontradas no âmbito dos cuidados com pessoas dependentes /doentes do domicílio; criação de animais, cultivos, coleta de água e lenha, recreação, deslocamento e transporte. 4) Período de referência – foi distinto do período de coleta da ECH; e foram apontadas dificuldades na definição de dias laborais e não laborais e de dias típicos e atípicos (teste piloto). 5) Capacitação – dificuldades encontradas no processo de sensibilização dos entrevistadores com a temática de gênero e ausências prolongadas.

Painel 9 – A Pesquisa de Uso do Tempo Francesa 2010 e suas Inovações
Layla Ricoch, INSEE/França

A primeira pesquisa de Uso do Tempo na França foi realizada entre os anos 1966-1977, sendo repetida e progressivamente ampliada no território nacional nos anos de 1974, 1986 e 1998. A Pesquisa de 2010 tem como base de amostra todo território nacional, abrangendo 14.000 domicílios. A operação de campo cobre o período de setembro de 2009 a setembro de 2010, em 6 etapas. Os entrevistadores inserem os dados do diário de cada domicílio visitado, e as atividades são codificadas por um programa de codificação au-

tomático, e aquelas não reconhecidas pelo programa são codificadas por meio de entrevistas.

Na pesquisa de 2010, a lista de atividades codificadas está mais alinhada às orientações do Eurostat, e as amostras individuais foram coletadas junto a membros de domicílios com 11 anos ou mais de idade (ao invés de 15), e cada respondente deve preencher dois diários: 1 no dia de semana e 1 num dia de final de semana (ao invés de apenas 1), com exceção da sub-amostra que responde uma pesquisa adicional sobre as tomadas de decisões no interior do domicílio, que é realizada com 1 diário apenas.

A Pesquisa sobre Tomada Decisões entre Casais buscou esclarecer algumas questões no âmbito dos domicílios, tais como: as decisões são tomadas coletivamente? Quem decide sobre o que? As tomadas de decisões dependem da barganha de poder do casal? Como é administrado o dinheiro? Alguma fonte de renda é destinada para despesas específicas? Os temas que compuseram o Questionário da pesquisa sobre tomada de decisões entre casais foram: a) a história do casal; b) escolha do estado civil (casado, união estável, contrato de união), da residência e do número de filhos; c) história familiar, relacionamento com os pais; d) relacionamento entre o casal, autonomia, tomada de decisão e desacordos, satisfação; e) acordos financeiros (contas, transferências), gestão do dinheiro. A maioria das perguntas é feita tanto para os homens quanto para as mulheres, e os casais foram entrevistados separadamente para minimizar as interferências nas respostas. 2.000 casais responderam ao questionário, havendo uma taxa de recusa de 14%. Em 2/3 dos domicílios da amostra, os casais elegíveis eram automaticamente selecionados para a pesquisa, e cada parceiro possuía apenas um diário, sem uma tabela semanal de horas trabalhadas.

Por sua vez, o Diário de Uso do Tempo de 2010 traz de inovação a cobertura de mais de 24 horas (das 21h até 00h do dia seguinte), de forma a prevenir as pessoas para não que não se esqueçam de escrever o que fizeram antes de dormir se forem para a cama depois de meia-noite. Tam-

bém oferece um estudo mais detalhado sobre trabalho noturno e o tempo de sono, o que não foi possível realizar com a pesquisa de 1998. Além disso, oferece uma coluna mais detalhada sobre “deslocamento / meios de transporte” (Eurostat), e questões subjetivas no final do diário. O diário de 2010 também traz novos focos, como a utilização do computador/web e sua relação com o trabalho remunerado realizado no domicílio, estudos, lazer e entretenimento; e o foco do usufruto do tempo, por meio de uma coluna que pergunta se os momentos das atividades realizadas eram considerados agradáveis ou desagradáveis.

Bloco de Perguntas – Painéis 5 a 9
Coordenação da Mesa: Natália Fontoura – IPEA/
Brasil

Com referencia à apresentação da Sra. Jodie-Anne Brzozowski, a Analista do IBGE Lara Gama perguntou qual seria o principal motivo da escolha de fazer a entrevista pelo telefone, solicitando também esclarecimentos sobre as vantagens e desvantagens das entrevistas realizadas pelo telefone, o tempo que leva e como é feito o processo de codificação no momento da entrevista.

A representante da Força Sindical Vera Mota sugeriu que fosse repensada a questão da saúde no trabalho.

A representante do INMUJERES/ Uruguai Lucia Scuro sustentou que no caso do Uruguai, observa-se que existe uma divisão sexual do trabalho no próprio trabalho não remunerado, como os cuidados. A carga, em termos de tempo, como as tarefas de cuidados das crianças recaía nas mulheres e as tarefas mais recreativas quem as realizavam eram os homens do domicílio. Levantou uma reflexão para se pensar no desenho das políticas públicas que aliviem a carga dessas mulheres que vivem em distintas situações sócio-econômicas.

A representante da Comissão Executiva Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Nelita Frank destacou a importância

de se considerar os diferentes tempos de populações existentes na Bolívia, México e Canadá, como a população indígena. Perguntou às componentes da mesa se na metodologia das pesquisas foi considerada a questão do trabalho formal e do trabalho informal. Informou que no caso brasileiro há um percentual muito alto de trabalho informal, e sugeriu que se pensasse nas variações no grau de desigualdade e de categorias com maior vulnerabilidade.

Respostas e Comentários da Mesa – Painéis 5 a 9

A Sra. Jodi-Anne apontou que a primeira razão de fazer as pesquisas por telefone foi o baixo custo, pois é uma pesquisa que vem sendo feita desde 1985. A duração é de aproximadamente 45 minutos, e a pesquisa com o diário dura aproximadamente 12-15 minutos. No que diz respeito à codificação, tudo é programado dentro da aplicação do computador, e enquanto o entrevistado vai dizendo o que estava fazendo, o entrevistador já está devidamente capacitado para codificar a atividade em 1, 2 ou 3, que são classificadas automaticamente pelo programa e, dessa forma o sistema de processamento cria as saídas outputs que podem ser revistas para serem codificadas em categorias aplicáveis. Informou que no Canadá há pesquisas estatísticas que possuem bastante detalhes sobre a área da saúde, e que as questões sobre saúde abordadas na pesquisa de uso do tempo servem para expandir os tipos de atividades no intuito de melhor medir as questões relativas às deficiências e à saúde.

A Sra. María del Carmen Tapia Gemio informou que a Constituição do Estado Boliviano solicita informações de populações indígenas sobretudo para avaliar os financiamentos de uma pesquisa domiciliar tão abrangente. Até então, só havia financiamento para pesquisar a população urbana e rural, e afirmou a importância de se pensar na diversidade de cada região, considerando os diferentes costumes e modos de vida.

Com referencia à temática da saúde, a Sra. Layla Ricroch esclareceu que as pesquisas de uso do tempo permitiram obter

informações para os estudos sobre obesidade e a relação com o uso do tempo na França.

A Sra. Maria Eugenia Gómez Luna explicou que na pesquisa nacional mexicana de uso do tempo de 2009, dentro das variáveis de contexto se fez a pergunta de saber se o entrevistado falava algum dialeto indígena com o propósito de identificar a população indígena mexicana.

Coquetel de abertura

Lançamento da versão em português do livro “O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?” da Professora María Ángeles Durán.

8. PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Painel 10 – Síntese do Estudo Multinacional sobre Uso do Tempo (MTUS)
Kimberly Fisher, Pesquisadora do Centre of Time Use Research/University of Oxford/Inglaterra

O MTUS é a pesquisa mais abrangente que harmoniza dados sobre uso do tempo, e vem sendo realizado desde 1980 em 21 países da Europa, América do Norte e África. Está previsto para ser aplicado em mais 3 países da Ásia e vem se expandindo ao longo dos anos. Possui um valor agregado que abrange atividades harmonizadas, localização, meio de transporte e informações demográficas. O processamento do diário completo permite fazer plena utilização da qualidade narrativa dos diários e de todas as informações codificadas, assim como aumenta a utilização dos diários por pessoas com deficiência ou com baixos níveis de escolaridade.

Muitos problemas que foram apontados a partir da experiência do MTUS são, atualmente, possíveis de serem solucionados devido aos avanços tecnológicos. Além disso, esses problemas contribuíram para a construção da qualidade narrativa dos diários no processo de

codificação. A baixa qualidade dos diários se deveu ao esquecimento de preenchimento de mais de 91 minutos, muitas brechas e desistências, esquecimento de preenchimento da idade, sexo e do dia, bem como esquecimento de definir algumas atividades, como dormir ou descansar, comer ou beber, cuidados pessoais, viagem ou exercício. As categorias de atividades do MTUS originalmente foram coletadas de 41 atos a fim de serem ajustadas da melhor forma aos dados do Reino Unido para subsidiar algumas pesquisas. Novas 69 categorias estão condensadas ao MTUS, mantendo-se algumas características de domínio cruzado (cross-domain) (ex: trabalhar em casa, comer fora no café da manhã). Existem mais códigos para produção doméstica do que para trabalho remunerado.

O MTUS concentra sua atenção naquilo que as pessoas fazem na maioria dos dias, e acrescenta detalhes ao desempenho de atividades mais amplas, como o grau de atividade física, exposição, utilização de tecnologia da informação e comunicação (ICT), se está sozinho ou com outras pessoas, utilização de algum passatempo durante a atividade, se a atividade gera renda, assim como busca saber os níveis de felicidade e utilidade. O código estruturado permite a entrada de dados do entrevistado melhor que centenas de categorias ou categorias altamente restritas e fixas e, por sua vez, a inclusão de dados do entrevistado possibilita captar detalhes como a assistência voluntária e informal prestada a outros.

O MTUS permite ser utilizado para o estudo de diversas temáticas, como: cuidados com adultos (avaliação, custo do tempo, quem desempenha os cuidados, mas não se identifica como cuidador); cuidados com crianças (avaliação, tendências, participação dos pais, o equilíbrio entre cuidado físico e interativo); educação (padrões de deveres de casa, o envolvimento dos pais na educação dos filhos); lazer (tendências, atividade física, qualidade); trabalho remunerado (horas de trabalho, agendamento); sono (horas por semana, privação e tendências); trabalho não remunerado (contribuição econômica

total das mulheres, horas, tendências, divisão do trabalho no domicílio); voluntariado (valoração e tendências); e equilíbrio entre trabalho e vida. Pode, ainda, ser utilizado para capacitar os países em desenvolvimento na construção de pesquisas de uso do tempo, e em pesquisa contrafactual, utilizando os dados limitados de fruição para estimar como as pessoas em determinado país poderão se sentir se adotarem os padrões de diários das pessoas de outros países. Permite, ainda, compreender como a mudança nos padrões de atividades diárias pode estar relacionada com as alterações nos níveis de estresse e de saúde.

Painel 11 – A Divisão Sexual do Trabalho e seus Efeitos na Vida Cotidiana: O Uso do Tempo na Cidade de Belo Horizonte

Neuma Aguiar e Emilio Suyama, professores da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil

As atividades realizadas pelas pessoas que não produzem dinheiro são destituídas de valor nas sociedades capitalistas e isso tem consequências negativas para aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Nesse sentido, o trabalho doméstico e de cuidado de crianças não podem ser vistos separadamente das atividades que provêm rendimentos para a família. O trabalho doméstico tem sido considerado como tempo doado ou comprometido em contraponto com as atividades remuneradas, definidas como tempo contratado ou alocado ao mercado. Os cuidados domésticos e o trabalho remunerado são dimensões independentes, porém relacionadas pelo tempo de relógio, e essa mensuração do tempo tem levado alguns a buscar atribuir um valor ao trabalho doméstico, enquanto outros procuram mensurar a dificuldade do exercício cotidiano das duas modalidades de trabalho, referindo-se à luta cotidiana e à dupla jornada de trabalho.

As principais questões da pesquisa foram: Qual é o efeito do incremento da participação das mulheres no mercado de trabalho, inclusive do efetuado pelas mulheres casadas, em combinação com as atividades realizadas por elas no lar? Há um aumento da participação dos homens nas atividades domésticas não

remuneradas? Há uma redução das atividades domésticas pelas que participam do mercado de trabalho? Se olharmos para essas duas modalidades de atividade cotidiana como uma totalidade, como as duas dimensões do trabalho (remunerado e não remunerado) estão relacionadas entre si? Como as mulheres e os homens lidam com essas situações? O contrato de terceiros para o desempenho de atividades domésticas tem efeitos na vida cotidiana? E a presença de outros membros da família, como ajuda nas atividades domésticas, possui efeitos semelhantes? Como no Brasil há amplas diferenças de classe e as mulheres de classe média entraram maciçamente no mercado de trabalho, como a estratificação social afeta a vida cotidiana de homens e mulheres? Qual o efeito da idade e das etapas do ciclo vital na divisão sexual do trabalho?

A Pesquisa de Uso do Tempo na cidade de Belo Horizonte foi realizada no ano de 2001, e contou com patrocínio do CNPq. Os dados foram derivados de uma amostra probabilística sem reposição desenhada por Wilton de Oliveira Bussab e Emílio Suyama. Foram coletados diários de uso do tempo de cada membro do agregado familiar com 8 anos ou mais de idade, perfazendo um total de 371 famílias na cidade de Belo Horizonte. Os diários foram obtidos para um dia de semana e um dia de final de semana. Um dia após o preenchimento de cada diário, efetuou-se uma entrevista do dia seguinte com cada respondente. Os dias da semana e de final de semana que deveriam ser respondidos foram designados por sorteio. Foi possível obter 1124 diários para os dias de semana e 1133 diários para os dias do final de semana. As atividades obtidas pelo preenchimento dos diários foram pós-codificadas em 11 categorias de atividades. Foi empregado um número suplementar de diários pré-codificados, com o mesmo número de categorias que o dos diários pós-codificados. As atividades nos diários pré-codificados foram acompanhadas de um dicionário pictórico formando desenhos que descreviam as atividades cotidianas. Esses desenhos foram numerados de tal forma a possibilitarem a sua identificação, e relógios digitais foram fornecidos para cada família.

Os diários pré-codificados continham intervalos de minuto a minuto e foram fornecidos aos que preferiram responder dessa forma. Entendemos que deixar a população com baixo nível educacional de fora da amostra significava a impossibilidade de analisar os pobres e muito pobres. Como a apresentação dos diários a serem preenchidos pressupõe a capacidade de ler e escrever, optou-se por apresentar um diário adequado à população analfabeta. Essa estratégia é semelhante a das pesquisas efetuadas com povos com mais de uma língua oficial. Nesse sentido, a linguagem da pergunta, deve ser adaptada ao novo contexto lingüístico para que possa fazer sentido aos entrevistados.

Para os fins de semana, foram obtidos 1118 diários pós-codificados e 15 pré-codificados. Ajustes estatísticos corrigiram a amostra para igualar o peso dos diários para cada dia da semana em relação ao final de semana, e também foram introduzidas pós-estratificações para que a distribuição da amostra fosse idêntica à distribuição da população por sexo e idade comparada aos resultados do Censo do mesmo ano. Os diários foram codificados posteriormente por um pequeno grupo de estudantes universitários que trabalharam com um livro de códigos, construído com base no livro de códigos das Nações Unidas (ICATUS), em combinação com o livro de códigos construído para a pesquisa de uso do tempo dos países europeus. Para o cálculo das regressões foi empregado o modelo de seleção de Heckman, constituído de duas partes. A primeira modela a seleção da amostra, isto é: aqueles que de fato exerceram uma determinada atividade. São exemplos de tal seleção: (a) todas as pessoas que cuidaram de casa ou (b) todas que trabalharam com remuneração. A segunda regressão modela o tempo gasto em cada atividade e se parece com o modelo usual de regressão por mínimos quadrados ordinários, mas a estimação de seus parâmetros sofre a influência do modelo de seleção. Em linhas gerais, a pesquisa avaliou que os fatores explicativos da divisão do trabalho entre homens e mulheres constituem-se em fatores sócio-demográficos (idade,

estado civil, existência de crianças, existência de mulheres adultas no domicílio) e fatores sócio-econômicos (Contratação de empregada doméstica, escolaridade, renda familiar per capita, status residencial, atividades concomitantes).

Painel 12 – Pesquisas de uso do tempo nos países do sul

Valéria Esquivel: Pesquisadora Docente – Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina

Os instrumentos de pesquisas de uso do tempo que vem sendo utilizados pelos países do Sul constituem-se em: a) Pesquisas de Tarefas (curtas ou compridas), b) Pesquisas de Atividades (integral) e c) Diários de Atividades Auto-administrados.

As Pesquisas de Tarefas são bastante aplicadas na América Latina por sua simplicidade, em pesquisas do México (1996), Argentina (2001), Bolívia (2001), Montevideu (2003), Equador (2004) e mais recentemente Uruguai (2007) e El Salvador (2010). Sua característica principal é o fato de não serem integrais/abrangentes: não esgotam as 24 horas do dia ou as 168 horas da semana. Entretanto, não capta as atividades simultâneas. Já as Pesquisas de Atividades são abrangentes e cobrem todas as atividades em um dia ou semana. É realizada no México (2002 e 2010), Equador (2005) e, mais recentemente, no Peru.

Por sua vez, os Diários de Atividades Auto-administrados são instrumentos extremamente exigentes para os entrevistados, que devem “aceitar” o preenchimento do diário. Na América Latina, se complementam com a ajuda dos entrevistadores, e são aplicados em Cuba e em testes pilotos na Bolívia, Brasil e Venezuela.

E no âmbito dos Diários de Atividades Retrospectivos, se transfere o peso dos entrevistados aos entrevistadores, que devem transformar o relato em atividades suscetíveis de serem codificadas. A abordagem do diário é “de baixo para cima”, partindo do relato do entre-

vistado e então para a codificação e agregação. É o único instrumento que permite a captação de atividades simultâneas – um aspecto crucial para a perspectiva da medição do trabalho de cuidados. São utilizados em Buenos Aires (2005), Chile (2007-2008) e Rosário (2010).

As vantagens da aplicação dos Diários de Atividades Retrospectivos são: a) minimiza a carga do entrevistado (comprimento, número de diários e período de referência do diário) e, portanto, reduz a rejeição; b) sua comparabilidade internacional; c) permite analisar as “franjas horárias”; d) segue as recomendações das Nações Unidas sobre Pesquisas de Uso do Tempo; e) Captura atividades simultâneas (embora não as hierarquiza); f) permite capturar a relação entre o tempo no mercado de trabalho e o tempo no domicílio; g) permite captar as novas formas de trabalho para o mercado. Por outro lado, a sua principal desvantagem é que esse instrumento demanda mais exigência no desenho da amostra e na operação de campo. O tipo de pesquisa pode se constituir de maneira independente ou por meio de módulo numa pesquisa domiciliar. Na prática, não houve correspondência entre o tipo de pesquisa e o desenho de questionário (módulo = pesquisa de tarefas ou pesquisa independente = diário de atividades). O argumento de minimização de custos nem sempre é válido, especialmente se ele compromete a qualidade dos dados. Em linhas gerais, o estudo busca identificar as dimensões relacionadas com o bem-estar a partir de uma perspectiva de gênero, ou a medição do trabalho não remunerado com vistas à sua valorização para incorporação nas Contas Nacionais. Para além da qualidade, os aspectos “agregados” são menos potenciais para a análise das políticas públicas. O tamanho da amostra está relacionado às decisões sobre o número de questionários por respondente e sobre o número de respondentes por domicílio. Há, também, inclusão de variáveis contextuais.

Por fim, conclui-se que as pesquisas de uso do tempo trazem três tipos de tensões: 1) a “carga” do respondente versus “carga da operação de campo”; 2) o problema da unidade de análise: o indivíduo ou o domicílio. Neste caso, o indivíduo

no domicílio aparece como uma solução interessante; e 3) a inclusão de atividades simultâneas.

Painel 13 – As experiências latino-americanas de pesquisas de uso do tempo

Alba Pérez Avellaneda: Coordenadora de Planejamento e Informação Estratégica da Comissão de Transição para o Conselho para a Igualdade de Gênero/Equador

As pesquisas de Uso do Tempo na América Latina têm como marcos referenciais a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Beijing no ano de 1995, e sua Plataforma de Ação; O Consenso do México e de Quito, em que se reafirma o compromisso estabelecido pelos países latino-americanos na Plataforma de Ação; o Consenso de Brasília; a Conferência Estatística das Américas e as Constituições e Leis nacionais.

Nos anos entre 1998 e 2008, foram realizadas pesquisas sobre uso do tempo em 15 países da ALC, por meio de blocos de perguntas (Bolívia e Brasil), módulos (Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Uruguai) e pesquisas independentes (Chile, Cuba, Uruguai e Venezuela). Em alguns países, além da realização de eventos estatísticos, as pesquisas possibilitaram a concretização de projetos. Na Bolívia e no Brasil, criaram-se comitês de estudos de gênero e uso do tempo para dar seguimento à discussão do tema e o delineamento de políticas públicas. No Equador, as pesquisas contam com alianças estabelecidas com a Secretaria Nacional de Planejamento, Ministério de Inclusão Social e Econômica e o Programa de Proteção Social. No México, os recursos da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo são administrados pelo Instituto Nacional de Mulheres no Congresso Nacional. No Uruguai, as pesquisas contam com a colaboração da Universidade da República e do Instituto Nacional das Mulheres. É na Venezuela, as pesquisas são realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Banco Central da Venezuela.

Na maioria dos países observa-se que os objetivos traçados buscam proporcionar in-

formações sobre a participação em atividades não remuneradas, bem como medir e tornar visível o trabalho remunerado e não remunerado. A partir da perspectiva de gênero, busca-se uma valoração do trabalho não remunerado e a construção de contas satélites da produção e do consumo dos serviços não remunerados desempenhados pelas famílias. Na medida em que os cuidados não estão visíveis e explícitos nos objetivos, o mesmo ocorre com o debate realizado sobre a economia dos cuidados e as políticas sociais, as atividades pessoais, e o tempo livre, tempo dedicado à cultura, entre outros.

As pesquisas de uso do tempo realizadas na ALC contam com três métodos de coleta de dados: 1) Diário (Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Venezuela), 2) Questionário de Atividades (Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Uruguai) e 3) Blocos de Perguntas (Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua). No que se refere à classificação de atividades, as pesquisas têm como referência a ICATUS, adaptando-se às realidades nacionais de cada país. Um marco conceitual para harmonizar as pesquisas de uso do tempo na ALC e a classificação de atividades da CAUTAL permitirão padronizar as metodologias e também os indicadores.

No Equador, já foram realizadas 3 pesquisas nacionais de uso do tempo: a Pesquisa de Uso do Tempo 2005, a Pesquisa Nacional de Uso do Tempo 2007 e a Pesquisa Nacional de Uso do Tempo 2010. A Pesquisa de Uso do Tempo 2005 (EUT) buscou construir uma metodologia de coleta e difusão da informação estatística para a sua aplicação, considerando os instrumentos de pesquisa, o plano operacional e metodológico do trabalho de campo, os formulários e a capacitação. Além disso, procurou gerar informações sobre os funcionários públicos e a sociedade civil a partir da sua utilização para análise, bem como contar com informações que permitiram apontar diferenças étnicas: indígena, afro-equatoriana e mestiça (foram selecionados 3 domínios de estudo).

A Pesquisa Nacional de Uso do Tempo

2007 procurou implementar a Pesquisa de Uso do Tempo a nível nacional, a fim de obter informações sobre o uso do tempo, o trabalho remunerado e não remunerado realizado por mulheres e homens, possibilitando dar visibilidade e reconhecimento do seu valor, gerando ferramentas de informação e de análise para a formulação de políticas públicas de gênero. A representatividade da informação é dada a nível nacional, urbana, rural e provincial, e o tamanho da amostra é o mesmo do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIEH) do INEC (21.000 domicílios). Para obter informações complementares, anexou-se como módulo a Pesquisa de Uso do Tempo no SIEH, na medida em que as variáveis de uso do tempo podem ser cruzadas com todas as variáveis do módulo de emprego e renda do SIEH. A população pesquisada tinha 12 anos ou mais de idade, com informante direto (no caso de quem se encontrava no domicílio na primeira visita do entrevistador ou no caso em que o entrevistador tivesse que retornar até encontrar a pessoa para então realizar a entrevista). A classificação de atividades de referência foi a ICATUS, com adaptação da pesquisa realizada do México à realidade equatoriana, e o instrumento utilizado foi o Questionário de Atividades.

Por sua vez, a Pesquisa de Uso do Tempo 2010 teve os mesmos propósitos da pesquisa anterior, buscando dar seguimento ao que foi estabelecido no Plano Nacional de Desenvolvimento (PENDES). A população pesquisada foi de 12 anos ou mais de idade, com informante direto (no caso de quem se encontrava no domicílio na primeira visita do entrevistador ou no caso em que o entrevistador tivesse que retornar até encontrar a pessoa e realizar a entrevista). A classificação de atividades de referência foi a CAUTAL, a 2 dígitos, com adaptação à realidade e necessidade equatoriana, e o instrumento utilizado foi o Questionário de Atividades, anexado à Pesquisa de Emprego. A Pesquisa de Uso do Tempo 2010 demonstrou a capacidade institucional do país necessária para a implementação e análise de informações sobre esse tipo de pesquisa em conformidade com a Estratégia de Desenvolvimento Estatístico na área de Gênero do PENDES. Essas

informações foram consubstanciadas em documento de análises sobre a economia do cuidado, o trabalho remunerado e não remunerado realizado por mulheres e homens, considerando a diversidade étnica e cultural, resultando também num documento sobre a valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado. A partir dessas informações, é possível gerar indicadores e metas no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Nesse sentido, as informações vêm servindo de base para as políticas públicas por meio do reconhecimento, em 2008, do trabalho não remunerado na Constituição do país, em que se reconhece como trabalho produtivo o trabalho não remunerado para consumo próprio e os cuidados humanos realizados nos domicílios (Art. 333), e se assegura às pessoas que realizam trabalho não remunerado nos domicílios o exercício pleno do direito à seguridade social (Art. 34).

No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento, existem ações específicas delineadas com base nas informações sobre uso do tempo, como: impulsionar o reconhecimento do trabalho autônomo, de cuidado humano, de cuidado familiar e de auto-consumo, assim como a transformação integral de suas condições; quantificar e tornar visível a contribuição do trabalho de cuidados, de auto-consumo e subsistência; reconhecer, retribuir e garantir proteção social aos cuidados reprodutivos realizados nos domicílios; fornecer infra-estrutura e serviços públicos para o cuidado humano, propiciando emprego digno aos jovens que estão nessas atividades, com ênfase no cuidado de pessoas com deficiências graves.

Painel 14 – A experiência portuguesa na condução de pesquisas de uso do tempo
Sandra Ribeiro: Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego/Portugal

As discussões sobre uso do tempo, tendo como referência as questões de gênero, família e trajetórias de vida, servem de pretexto inovador para refletir sobre a persistência de fontes de de-

sigualdade social que atravessam e estruturam, diferentemente, o cotidiano das mulheres, dos homens e das famílias. A utilização do tempo que se contabiliza nas estatísticas convencionais diz respeito meramente ao trabalho remunerado, ficando as outras esferas da vida à margem de um registro que seria merecido pelo valor que também possuem. Nesse sentido, o trabalho doméstico é sistematicamente ignorado pelas estatísticas oficiais, apesar da sua inegável importância como fenômeno delineador das características fundamentais, das particularidades e do próprio funcionamento do mercado de trabalho remunerado. Esse fato leva à percepção de que toda a produção é alcançada pela via do mercado e, como a duração do trabalho remunerado realizado pela população masculina é superior à feminina, conduz falsamente à noção de que os homens trabalham mais do que as mulheres.

As pesquisas sobre o uso do tempo permitem que seja identificada a real dimensão do trabalho doméstico por meio da contabilização do tempo desempenhado por homens e mulheres às atividades domésticas. Em Portugal, em 1999, o Instituto Nacional de Estatística conduziu a primeira e única Pesquisa Piloto sobre Ocupação do Tempo, no âmbito de um projeto do Eurostat. No âmbito da metodologia utilizada na Pesquisa, a população alvo consistiu em todos os indivíduos com 6 ou mais anos de idade. A coleta de dados foi efetuada por entrevista direta, com uma amostra de aproximadamente 10.000 indivíduos. Para além de um questionário de família e um questionário individual, foi solicitado o preenchimento de um diário, no qual foram registradas, para cada período de 10 minutos, todas as atividades realizadas ao longo de um dia pré-designado.

A Pesquisa demonstrou que o tempo que as mulheres dedicam cotidianamente à execução das tarefas domésticas (num conjunto de atividades não remuneradas), é claramente contrastante com o tempo que os homens empregam e investem em horas de trabalho remunerado. Para os homens, as tarefas domésticas representam uma forma de ocupação do tempo que não se apresenta, em geral, como significativas.

A participação masculina no trabalho doméstico ou é inexistente ou pontual e sempre inferior à participação feminina. O tempo é repartido, para a maioria da população feminina, num “infindável” número de atividades, entre as quais as tarefas domésticas, os cuidados prestados aos filhos, o trabalho remunerado e a participação cívica.

Considerando não a dupla, mas a múltipla jornada de trabalho que caracteriza a maioria dos dias das mulheres, não é de estranhar que a disponibilidade que as mesmas têm para uma maior dedicação ao trabalho remunerado seja inferior à dos homens. E, atendendo a que o trabalho remunerado é socialmente privilegiado como fonte de obtenção de prestígio e poder, as mulheres seguem discriminadas neste processo. Este é um aspecto que determina diferentemente os percursos de vida masculinos e femininos e que, constantemente, delimita e restringe as expectativas e horizontes sociais (familiares, profissionais, econômicos, culturais). As atividades humanas não poderão continuar sendo analisadas somente à luz da possibilidade de existência de uma remuneração para as mesmas, o que tem levado errônea e persistentemente à consideração do trabalho remunerado como a única fonte de produção de mais valia social e econômica.

Por isso, os estudos sobre usos do tempo apresentam-se quer como instrumentos fulcrais para a análise e avaliação de determinadas situações econômicas e sociais, quer como instrumentos de apoio à decisão em diferentes domínios, nomeadamente nas políticas de igualdade de oportunidades, nas políticas de emprego e organização do trabalho, nas políticas de educação formal e informal, e ainda nos sistemas de contabilidade nacional. Sem margem para dúvida, urge conhecer e analisar criticamente os usos do tempo, sob pena de se continuar a reproduzir modelos de organização das sociedades e padrões de tempos penalizadores das mulheres, mas também dos homens, o que equivale a dizer das famílias no seu conjunto, independentemente da configuração específica que essa estrutura familiar venha a assumir.

Bloco de Perguntas – Painéis 10 a 14
Coordenação da mesa: Márcia Vasconcelos – OIT/Brasil

A representante da Rede Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos/ Brasil Juçara Portugal Santiago solicitou a Sra. Kimberly Fischer que explicasse melhor o índice de felicidade.

A Professora de Pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais/Espanha Maria Ángeles Duran assinalou que gostaria de fazer uma reflexão levantando a questão: estamos buscando a melhor maneira de pesquisar, e qual é o melhor meio para utilizar todos os recursos disponíveis na América Latina para pesquisar sobre os temas que mais preocupam esta audiência? Ressaltou a necessidade de se fazer uma reflexão sobre a diferença entre o que é a comunidade científica de pesquisas de uso do tempo e os projetos concretos de pesquisa. Mencionou que a produção de dados europeus sobre trabalho remunerado pela Labour Force Survey é realizada a cada 3 meses pelo fato de haver uma transformação constante no conjunto de atividades. Ressaltou que as pesquisas sobre uso do tempo são úteis para considerar o trabalho não remunerado como inovação. Nesse sentido, enfatizou que em todos os países são os ministérios da mulher as instituições que financiam essas pesquisas. Concluiu que se não temos muito dinheiro, tempo e pesquisadores suficientes, não podemos chegar a um acordo e uma aceitação pelos grandes institutos de estatística para encontrar, por meio de módulo e de pesquisas mais modestas, um produto que nos permita aproveitar o que há de melhor e inovador nas pesquisas de uso do tempo, se as desvantagens (que são a inércia da instituição, o tempo que transcorre, seu custo, etc.) são expostas para contestá-las?

A representante do IBGE Marcia Quintsr fez referência à PNAD (realizada desde 1967) em que desde 2001 há investigação sobre tempo dedicado ao trabalho doméstico não remune-

rado. Considerou que este pode ser um acordo mínimo a ser estabelecido, no sentido da agregação de perguntas que cubram o trabalho dentro e fora da fronteira de produção. As pesquisas sobre uso do tempo têm uma potente utilização para outras políticas, assim como para a questão de gênero na medida em que permite detalhar de forma mais adequada o trabalho não remunerado que está fora da fronteira de produção das contas nacionais, por meio de um conjunto mínimo de perguntas que cubram o trabalho não remunerado dentro e fora da fronteira. No caso brasileiro, a escuta ao usuário tem sido um elemento central nessa discussão da reformulação. Se a pesquisa do uso do tempo quer tratar as condições de vida ou o trabalho produtivo x reprodutivo, faz-se necessário que essas informações venham diretamente do usuário para que tenham um papel relevante na abordagem total das atividades e dos vários usos do uso do tempo.

A representante da Divisão Estatística de Assuntos de Gênero – Cepal/Chile Vivian Milosavljevic destacou que em muitas regiões, a percepção e a divisão do tempo não são vividas da forma usual que nós conhecemos, considerando também as diferentes línguas e culturas que demanda a necessidade de classificar as atividades, a existência de analfabetismo e a desconfiança de tratar esses temas em comunidades rurais. Nesse sentido, pediu maiores esclarecimentos sobre os processos de capacitação, tendo em vista a demanda de uma sensibilização com esses temas. Considerando a heterogeneidade dos membros da família dos domicílios, salientou a importância de considerar na entrevista a segmentação e estratificação sócio-econômica para conhecer um pouco mais da participação das crianças e dos jovens com os cuidados.

Com relação à identificação do principal responsável pelo domicílio, a representante da área de indicadores de Gênero do INE do Uruguai Núbia Pagnotta concordou com a afirmação de que se o instrumento for aplicado ao maior número de membros do domicílio, maiores serão as informações coletadas. Apontou alguns desafios que essas pesquisas colocam, como o tamanho da amostra, que não contempla todos

os territórios, o papel do entrevistador nas revisitas e os desafios segunda etapa da pesquisa, já que os domicílios são sorteados e é possível acordar uma segunda visita. Mencionou a importância de se identificar a existência de trabalho infantil nas pesquisas de uso do tempo.

A Coordenadora de Programas e Ações de Educação da SEPM/Brasil Hildete Pereira solicitou esclarecimentos sobre as bases de dados disponíveis da pesquisa apresentada pela Sra. Neuma Aguiar. Afirmou que o modelo probabilístico utilizado no trabalho faz uma projeção a respeito dos afazeres domésticos de maneira diferente daquilo que foi encontrado quando se faz a mensuração do tempo pela PNAD. Enfatizou a necessidade de melhorar a distinção do trabalho doméstico não remunerado na PNAD e o tempo que se gasta por meio de uma análise mais refinada e destacou que a pesquisa de uso do tempo é uma pesquisa estrutural da sociedade que poderia ter um intervalo de tempo maior. Ressaltou, por fim, que a realização das pesquisas de uso de tempo se deve graças ao papel fundamental do movimento político das mulheres a respeito da invisibilidade do trabalho feminino.

Respostas e Comentários da Mesa – Painéis 10 a 14

A Pesquisadora do Centre of Time Use Research/Univesity of Oxford/Inglaterra Kimberly Fisher mencionou o histórico de centenas de pesquisas coordenadas por antropólogos em comunidades da África, América do Norte e do Pacífico que já utilizavam diários na década de 1930, que mostraram que é possível categorizar o tempo de acordo com a percepção dessas comunidades. Apesar da percepção do tempo entre as comunidades não ser a mesma, ainda há a questão de que todos nós temos que distribuir o nosso tempo por um ciclo de um dia em várias atividades realizadas em proporções diferenciadas entre homens, mulheres, crianças e idosos. Dessa forma, afirmou que é possível medir o uso do tempo em atividades proporcionais. Citou o exemplo de um estudo de uso do tempo na Índia em que foi possível conceitualizar o tempo junto

às comunidades não urbanas. Em seguida, afirmou que apesar dos homens estarem na coordenação das grandes corporações, dos grandes institutos, e de não haver um reconhecimento dessas pesquisas na comunidade acadêmica e científica mundial, esse quadro está mudando, com o crescimento de pesquisas de uso do tempo. Mencionou o papel do movimento feminista e dos organismos internacionais para fazer lobby e criar a demanda de pesquisas de uso do tempo, afirmando que é necessário, ainda, mostrar ao resto do mundo, especialmente aos formuladores das políticas públicas a importância desses dados e informações. Ressaltou que para entender, persuadir, medir e negociar informações humanas e seus impactos no ecossistema, é necessário ter dados comportamentais mensurados, e uma das melhores formas de fazer isso é por meio das pesquisas de uso do tempo. Com relação ao conceito de felicidade, sustentou que grande parte dos organismos internacionais e dos governos reconhecem que dinheiro não é o único componente para medir o progresso social, visto que em muitos países em que há um PIB per capita grande, ainda há violência, problemas de saúde, etc. Há uma grande diferença entre possuir bens materiais e qualidade de vida. O modo de medir a felicidade é observar qual o grau de felicidade ou de estresse das pessoas enquanto estavam realizando determinadas atividades, e a partir desses dados, é possível comparar o grau de felicidade das pessoas entre os países, o que permite triangular as atividades, o tempo e a felicidade. Sublinhou, finalmente, que a forma pela qual o calendário tem se transformado por meio de uma mudança nos comportamentos não é simples de medir, é necessário ter a flexibilidade de ir um pouco atrás e reexaminar como o dia é estruturado. Uma forma de fazer isso é pela comparação com os diários antigos para compreender o que acontece no tempo presente.

A Pesquisadora Docente da Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina Valéria Esquivel apontou a existência de conflitos na aplicação dos modelos oferecidos e entre a qualidade dos dados (que nos induzem a uma abordagem metodológica), por um lado, e os deta-

lhes (que é um tema político na medida em que o detalhe é exigido para averiguar a carga de trabalho doméstico, os cuidados, horários escolares, pobreza, etc). Assegurou que o tema das atividades simultâneas é crucial, pois se estas não forem abordadas, perde-se a possibilidade de medir uma dimensão dos cuidados que é extremamente importante. Na se refere à diversidade da amostra (por exemplo: tamanho da cidade, e o tempo de deslocamento entre casa e trabalho), apontou a necessidade de compartilhar as experiências dos países para que este tema possa ser trabalhado da melhor forma possível.

A Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil Neuma Aguiar argumentou que na experiência de Belo Horizonte houve grande aceitação pela população no preenchimento dos diários, e isso foi também uma forma de se tomar consciência de como se estava usando o tempo. O êxito das respostas também vai depender da etapa de treinamento, elemento crucial desse processo. Alegou que também foi feito um segundo diário para ser preenchido no final de semana. No que se refere às diversas percepções sobre o tempo, sustenta que as perguntas não são suficientes para uma mensuração adequada do uso do tempo porque sabemos que as nossas sociedades possuem dimensões culturais que muitas vezes são apropriadas de maneira distorcida, sobretudo no que diz respeito a quem realiza o trabalho doméstico e em quanto tempo. Ressaltou que o diário permite que as pessoas escrevam o que estão fazendo, possibilitando mais uma forma de elaborar o levantamento para definir os detalhes dos trabalhos domésticos não remunerados desempenhados por homens e mulheres. Destacou que na pesquisa realizada houve uma preocupação com a população analfabeta, e que essa possibilidade está sendo estudada a partir de outras experiências, como a da China e com os diários pictóricos, o que vai elevar os custos. Informou que para a realização da pesquisa, foi dado um relógio a cada família, e este é um custo muito barato. No que se refere às bases de dados disponíveis da pesquisa, esclareceu que na utilização dos modelos

de regressão, partimos das pessoas que estão em condições mínimas (agregados em termos probabilidade ou agregado reduzido em termos da duração das atividades). Por fim, esclareceu que algumas pessoas têm a possibilidade de empregar uma trabalhadora doméstica, mas também há recursos não remunerados na própria família. A partir de um patamar mínimo, há uma redução para 85,19% de probabilidade das mulheres efetuarem o trabalho doméstico durante a semana. A redução em termos de tempo não foi significativa nos dados em relação aos homens. A partir desse patamar, cada variável permite observar o que se agrega ou o que se retira.

A Coordenadora de Planejamento e Informação Estratégica da Comissão de Transição para o Conselho para a Igualdade de Gênero/ Equador Alba Pérez Avellaneda destacou a importância da articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil, além dos Institutos de Estatística e da Mulher, lembrando, também, que o tema da simultaneidade é um aspecto importante para as pesquisas de uso do tempo. Apesar da simultaneidade ter sido descartada nas pesquisas anteriores, a oferta de cuidados especiais pelo setor público é uma resposta do Estado às informações que estamos mostrando.

9. DISTINTAS APLICAÇÕES DAS PESQUISAS DE USO DO TEMPO PARA O CAMPO DAS POLÍTICAS

Painel 15 – Importância e motivações do Estado brasileiro para pesquisas de Uso do tempo
Lourdes Bandeira: Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna – SPM/Brasil

O dia e a noite têm 24 horas e isso é irrefutável para homens e para mulheres. No passado, era o tempo da natureza que orientava a população: o nascimento do sol, a chegada da noite, o tempo das marés... Na moderna sociedade capitalista, o tempo toma outras características, estando agora regulado por uma máquina (o relógio) e controlado pelo olho panótico do capital (Foucault, 1984), e por uma nova configu-

ração: o tempo virtual. Diferentemente do passado, atualmente todas as pessoas têm suas vidas marcadas pelo controle, como também por uma maior significância das atividades laborais e culturais. Essas atividades aumentaram nos seus aspectos quantitativos e se diversificaram como resposta às exigências impostas pela tecnologia, os transportes e, dessa forma, pela requerida rapidez das respostas às demandas laborais ou da vida privada, e à fluidez do tempo virtual.

Entre homens e mulheres dos segmentos sociais que dispõem de maiores recursos culturais e econômicos e habitam nas grandes metrópoles, observa-se um acúmulo de atividades laborais que acarreta uma série de outras atividades interligadas, as quais intensificam a jornada de trabalho e, paradoxalmente, reduzem o tempo cotidiano. Ou seja, homens e mulheres mais qualificados dedicam mais tempo às atividades laborais, assim como às atividades externas. Eles acumulam mais trabalho profissional ao mesmo tempo em que praticam esportes, têm atividades culturais, são ativos em organizações associativas, cultivam amizades, e consomem mais lazer. Contudo, restringem o tempo dedicado às atividades ditas “passivas” - como ver televisão e dormir - e fazem inexistente o tempo para as tarefas dos “cuidados” - requeridos pela reprodução, a família, e a esfera privada.

Ao contrário, o tempo dedicado às atividades “passivas” e às tarefas dos “cuidados” adquire grande relevância entre os homens e as mulheres localizados nos segmentos sociais mais populares, com menor poder econômico, limitadíssimas qualificações e menor acesso à cultura. Estes homens e mulheres, que habitam em zonas rurais ou nas periferias das cidades, desfrutam de menor potencial de lazer e tendem a gastar mais tempo em atividades domésticas ou, no máximo, limitadas aos contornos das comunidades onde moram: olhar televisão, escutar rádio, dormir, visitar vizinhos e circular pela comunidade. As mulheres “cuidam” da arrumação da casa, da preparação de alimentos, da lavagem de roupa, bem como das crianças, dos velhos e dos enfermos. Elas também podem assistir a diversos cultos, ter empregos precários em pe-

quenos comércios e fazer trabalhos manuais, como costuras, bordados, enfeites e jardinagem. Já os homens, além de seus empregos incertos, dedicam-se aos pequenos consertos domésticos e tendem a envolver-se em associações, sindicatos ou partidos políticos. Enfim, enquanto os primeiros, os integrantes dos segmentos sócio econômicos mais favorecidos, são voltados para o exterior, os segundos, pertencentes aos segmentos menos favorecidos, vivem um cotidiano de vida que corre mais lentamente, é muito menos diferenciado e mais voltado para o interior da família e da comunidade. E nesse caso as ocupações familiares, sobretudo com relação aos filhos, embora não compartilhadas plenamente, são exercidas com menor rigor e distancia entre os sexos. Portanto, a grosso modo, as diferenças entre esses dois segmentos sociais se manifestam na socialização conjugal, isto é, nas relações entre o casal, na medida em que a divisão sexual do trabalho, profissional e doméstica e das atividades exteriores e interiores os aproximam nos usos do tempo, com exceção do tempo dedicado ao trabalho e às atividades domésticas. Nessa esfera da assimetria entre homem e mulher persiste a regra da responsabilidade da mulher, mesmo que na sociabilidade do casal essa regra se aproxime em muitos outros domínios.

Hoje, como homens e mulheres trabalham, a responsabilidade/assimetria pesa, ainda, bem mais para as mulheres. Porém, para todos e todas cabem as mesmas perguntas: quantas horas por dia as mulheres e os homens trabalham? Quantas horas por dia – mulheres e homens se dedicam às tarefas da casa ou domésticas? Aos cuidados dos filhos, de pessoas idosas ou doentes? Quem responde pelas demandas escolares dos filhos? E pela saúde? Quantas horas são gastas para a compra de alimentos? Quantas horas são dedicadas aos cuidados pessoais e aos exercícios físicos? Quem mais realiza trabalho na comunidade, com práticas de ajuda solidária? A essas perguntas, as pesquisas sobre o uso do tempo buscam respostas, no entanto, quais são as motivações que mobilizam o Estado a demandar por pesquisas sobre os usos do tempo? No caso do Estado brasileiro, este é mo-

tivado a apoiar o desenvolvimento de pesquisas sobre os usos do tempo porque certamente estas trariam informações de grande utilidade para possibilitar a implementação de políticas públicas mais eficazes em relação à equalização do uso do tempo para homens e para mulheres. Isto porque conhecer a diversidade de usos do tempo praticados por homens e mulheres implica necessariamente em conhecer a dinâmica das relações de poder existentes entre os sexos.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE-, PNAD 2008, “as mulheres brasileiras consomem 23,94 horas médias semanais com afazeres domésticos, enquanto o tempo médio para os homens é de 9,7 horas médias semanais. Quando analisada a concentração total do tempo de mulheres e homens, os números são mais alarmantes: 86,9% para elas e 45,9% para eles. No Uruguai, as mulheres dedicam 36 horas por semana a trabalhos não remunerados (além de tarefas domésticas, serviços voluntários, por exemplo), os homens dedicam 16 horas, isto é, menos de 50% do tempo feminino”.

Os estudos internacionais realizados mostram uma permanência inquietante na divisão sexual do trabalho: no campo industrial ainda é recorrente o trabalho manual e repetitivo atribuído, majoritariamente, às mulheres, enquanto que aos homens são destinadas as funções, cuja demanda de capacidade técnica é sempre maior. As mudanças observam-se no aumento da escolaridade feminina e na entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços e nos cuidados, e na adoção das novas tecnologias tanto para os setores produtivos como para a esfera doméstica. Entretanto, cabe destacar que tais mudanças positivas ainda não atingem a grande maioria das brasileiras, com baixa escolaridade e cujos trabalhos são precários e carentes de suporte social e governamental. Assim, pergunta-se em que medida estas variabilidades afetam uma re-configuração da divisão sexual do trabalho e dos usos do tempo?

Derivam-se desta análise algumas questões: Em que medida a divisão sexual do traba-

lho produtivo vem sofrendo alterações? As novas tecnologias contribuem para uma nova divisão sexual do trabalho, no sentido de uma maior inserção masculina no exercício da atividade dos cuidados? Se a divisão do trabalho entre as atividades pesadas, sujas e peníveis já não são mais atribuídas aos homens e as atividades leves e sensíveis às mulheres, em função da adoção de tecnologias e do reordenamento ou reconfiguração dos parques industriais, a persistência da divisão sexual do trabalho doméstico e familiar ainda caberia somente às mulheres? A nova configuração das políticas públicas de transferência de rendas para certos segmentos sociais, tais como bolsa família, BPC, contribui para a criação de tempo livre para as outras atividades mercantis, escolares ou lazer? Políticas públicas que propiciem equipamentos para co-recobrir as atividades da esfera da reprodução social (creches, escolas em tempo integral, salas de aleitamento nos locais de trabalho, além dos mesmos direitos trabalhistas para todas as categorias profissionais, como as empregadas domésticas) contribuem para a diversificação do uso do tempo das mulheres, ampliando sua escolaridade, seu acesso à cultura, ao mercado de trabalho e ao lazer?

Uma das motivações do atual governo brasileiro direcionada ao fomento de políticas públicas voltadas às mulheres e da visibilidade deste campo disciplinar e político no País deveu-se tanto ao movimento feminista, como a mobilização dos movimentos de mulheres e das pesquisadoras feministas. Na esfera do governo tal motivação vem sendo capitaneada pela incisiva atuação da SEPM, com a participação do IBGE, no sentido de promover e garantir a produção de dados estatísticos globais e possíveis de comparação internacional para servirem de suporte à produção de indicadores que visibilizem a condição feminina no Brasil; assim como para o desenho de políticas públicas direcionadas a uma política de igualdade entre os gêneros, uma vez que essa construção social tem uma base material e não unicamente ideológica. O pioneirismo da SEPM responde à demanda social das mulheres, exprimida nas Conferências Nacionais sobre os Direitos das Mulheres e consubstanciados nos I e II PNPM. Seguramen-

te as análises sobre o trabalho reprodutivo e a economia dos cuidados ainda são incipientes e padecem de falta de estatísticas adequadas. Perante tal fato, a SPM e IBGE juntaram-se numa parceria para suprir esta lacuna e desenharam a pesquisa em curso, que esperamos em breve entregar seus resultados à comunidade acadêmica e política nacional. Essa pesquisa deverá orientar, através dos seus indicadores, a promoção de uma política de gênero que possa garantir a construção de outra divisão sexual do trabalho.

Por fim, pode-se sugerir que o Estado, ao fomentar a pesquisa sobre os usos do tempo, acabe por interferir no campo multidisciplinar da categoria trabalho, com um alargamento no próprio conceito de trabalho para que seja pensado como sendo, concomitantemente, uma atividade profissional e doméstica. Isto confere um status ao trabalho doméstico e ao mesmo tempo valora aos trabalhos dos cuidados quando realizados na ótica profissional e não da benevolência. Espera-se, também, que a principal motivação do Estado seja centrada num movimento de deslocamento e de focalização mais amplo, qual seja de que as desigualdades no trabalho (nos salários, nos tempos e usos do trabalho entre homens e mulheres) possam ser movidas à esfera política ao reivindicarem o acesso aos direitos e às condições de igualdade e plena cidadania.

Painel 16 – Tempo e Saúde: notas para pensar o tema
Estela Aquino: Professora e Coordenadora do Programa Integrado em Gênero e Saúde (MUSA) da Universidade Federal da Bahia/Brasil

Tempo é dimensão fundamental nos estudos sobre saúde, sobretudo no que se refere à distribuição temporal de eventos de saúde, à observação da evolução das doenças, desde estágios pré-clínicos ou assintomáticos, e também ao estudo de determinantes de problemas de saúde. O tempo é freqüentemente naturalizado e pensado como tempo cronológico e ahistórico. Contudo, o grande desafio é pensá-lo como tempo social, como um sistema de ordenação da vida social, que vem se modificando ao lon-

go da história e que varia segundo a posição social (gênero, classe social, geração). Tempo é norma, convenção, mensurável (jornadas, dias, meses), mas também experiência, subjetivo e a forma pela qual se percebe as medidas. Nas pesquisas em saúde, o uso do tempo tem sido investigado principalmente em relação ao dedicado ao trabalho, mas também ao não trabalho.

Com a flexibilização do trabalho, a distinção entre trabalho e não trabalho é “borrada” com reaproximação dos tempos e espaços de trabalho e não-trabalho. A incorporação de novas tecnologias de comunicação e informática também modifica os processos de trabalho, a vida cotidiana e a relação com o tempo, aumentando a pressão de tempo e o estresse crônico se torna um importante problema de saúde pública. As longas jornadas de trabalho provocam acidentes de trabalho, desordens musculoesqueléticas, fadiga e distúrbios do sono, hipertensão e DCV, problemas mentais, além do desenvolvimento de hábitos pouco saudáveis (dieta e atividade física) que são fatores de risco para várias doenças (Landsbergis, 2004). Empregos com alta pressão (alta demanda e baixo controle) estão associados a variados efeitos sobre a saúde e ao estresse crônico, incluindo DCV, distúrbios do sono e doenças mentais. Nas análises sobre uso do tempo e saúde, a duração e qualidade do tempo de sono podem ser compreendidas como desfecho (ex. trabalho noturno e por turnos, longas jornadas) e também como antecedentes de problemas de saúde (ex. transtornos mentais e DCV). Por sua vez, o tempo dedicado ao lazer (atividade física/ sedentarismo) está associado à saúde mental, bem estar, obesidade, diabetes e DCV.

A partir dos 1990, investigações se sofisticam incluindo novos objetos e ampliando o referencial teórico com os estudos de gênero. Há uma grande ênfase na situação das mulheres, mas ainda são escassos os estudos que investiguem a relação entre masculinidade, trabalho e saúde. O trabalho reprodutivo ganha visibilidade em diferentes vertentes teórico-conceituais e disciplinares sobre as demandas familiares, controle no lar, carga de trabalho total, interfa-

ce entre trabalho e família e o predomínio de mulheres cuidadoras. Também ocorre uma crescente produção sobre os cuidados de idosos, como a doença de Alzheimer na família e efeitos sobre a saúde em filhas e esposas, o aumento do risco para problemas físicos e emocionais pelo estresse crônico, a limitação da vida privada e da participação laboral e menor espaço para lazer. Contudo, a incorporação do gênero como categoria analítica ainda é incipiente.

Como uma crítica ao androcentrismo da literatura, cabe ressaltar que lazer não é necessariamente tempo livre. As desigualdades de gênero limitam o acesso das mulheres ao lazer e as impedem de desfrutá-lo, especialmente pela falta de tempo. Na escolha de atividades de lazer, as mulheres privilegiam as necessidades dos outros membros da família, principalmente dos filhos (ética do cuidado) e reduzem as próprias expectativas (não se sentem com direito ao lazer). Essas pesquisas podem ter resultados diferentes e simultâneos (ex. promover bem estar e a saúde e reforçar modelos de desigualdades sociais). Além da simples mensuração do tempo, é recomendável qualificar o tipo de atividade, contexto social, grau de auto-determinação ou escolha, e as relações de poder.

O Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto (ELSA) é um que acompanha o estado de saúde de 15 mil mulheres e homens, de 35 a 74 anos, docentes e funcionários de universidades públicas das regiões Nordeste (UFBA), Sudeste (FIOCRUZ, USP, UFMG e UFES) e Sul (UFRGS). É financiado pelo Ministério da Saúde e Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo o primeiro grande estudo deste tipo e porte no Brasil e na América Latina. O estudo conta com uma equipe multidisciplinar e que possibilita realizar uma abordagem interdisciplinar, e também possui uma complexidade do modelo de determinação, com diferentes níveis (molecular, genético, clínico, ambiental, social, cultural) e potencialmente hierarquizáveis. Aborda uma perspectiva de curso de vida a partir do pressuposto de que a saúde de mulheres e homens adultos é modelada por processos biológicos, sociais, psicológicos

e culturais que operam através da vida (infância, adolescência, idade adulta, envelhecimento), com a incorporação de medidas contextuais (por ex, vizinhança) e de indicadores sociais complexos (por ex, capital social). A população de estudo inclui coortes de nascimento de 1934 a 1973 (período de mudanças sociais e culturais muito importantes e rápidas, com grandes diferenças regionais), o que permite efetuar uma comparação entre localidades muito distintas do ponto de vista étnico-racial, social e cultural.

Na linha de base, foram realizadas entrevistas com questionário padronizado, contendo informações sócio-demográficas, trajetória educacional e ocupacional; situação conjugal, composição da família, história reprodutiva; rede social; discriminação; dieta; atividade física; morbidade; uso de medicamentos e de serviços de saúde; práticas preventivas e de detecção precoce de doenças. As medidas e exames consistiam em Função cognitiva; Problemas mentais; Medidas antropométricas, PA; exames laboratoriais; ECG, Ultrassonografia; Ecocardiografia; Retinografia. No seguimento da pesquisa, a coorte está sendo acompanhada anualmente em entrevistas por telefone e, a cada três anos, será chamada para avaliações mais detalhadas. Serão utilizadas bases de dados de saúde para o monitoramento de desfechos de saúde (morte, internação, afastamento do trabalho por motivo de doença).

No contexto laboral, consideram-se a história ocupacional, as características do trabalho e a escala de estresse no trabalho (Karasek). No contexto familiar, incluem tipo de família; situação conjugal e características do/a parceira/o; separação no último ano (entre eventos estressores); número de filhos / idade do mais novo e do mais velho (se moram com o/a entrevistado/a, idade de todos); cuidado de dependentes (crianças, idosos e doentes); e conflitos entre demandas/ responsabilidades do trabalho e da família. A pesquisa também busca identificar a existência de discriminações de gênero, raça, orientação sexual, idade e outras diferentes esferas: trabalho, vizinhança, escola, etc.

As pesquisas de uso do tempo e as polí-

ticas de saúde permitem identificar desigualdades sociais no uso do tempo, no âmbito do trabalho formal e informal, do deslocamento para o trabalho, sono e lazer, das atividades físicas no trabalho profissional e doméstico (lazer), e do acesso e utilização de serviços de saúde. Também conferem visibilidade ao trabalho reprodutivo e não remunerado, que promove o bem estar e a saúde no âmbito familiar.

As mulheres são diretamente afetadas pelas características da oferta de serviços de saúde (Gomez, 200?). Como exemplos concretos, destacam-se as mensagens de saúde que reforçam o papel de cuidadoras como atribuição das mulheres; o horário de funcionamento dos serviços de saúde, que desconsidera inserção das mulheres no mercado de trabalho e as políticas de desinstitucionalização do tratamento de doenças mentais. Nesse sentido, as pesquisas de uso do tempo permitem o diagnóstico de necessidades e demandas por serviços de cuidados de saúde (idosos e pessoas com deficiências que requerem cuidados), propiciam o monitoramento de desigualdades de gênero e impacto de políticas de equidade de gênero em saúde na distribuição dos cuidados entre membros da família, evidenciam o impacto econômico e social para as famílias e principalmente para as mulheres do cuidado no âmbito doméstico e subsidiam o debate crucial para o campo de gênero com relação à qualificação do cuidado (basta ser mulher para cuidar?) e aos espaços de cuidados (instituição de saúde x família).

Painel 17 – As pesquisas de uso do tempo e as políticas de gênero: 15 anos após Beijing

Valéria Esquivel: Pesquisadora Docente – Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina

Uma pergunta recorrente questiona por que as pesquisas sobre uso do tempo ainda não tiveram forte influência nas informações sobre políticas de gênero e outras políticas? A falta de informações desagregadas por sexo sobre a contribuição remunerada e não remunerada das mulheres para a economia que sejam confiáveis, comparáveis e regulares é o principal obstácu-

lo para sustentar políticas públicas baseadas em evidências que sejam sensíveis a gênero (ECO-SOC/CSW 2010: 44.213). Entre os objetivos estratégicos da Plataforma de Beijing, os países devem ter um conhecimento mais abrangente de todas as formas de trabalho e emprego e, para tanto, devem “desenvolver métodos (...) para determinar o valor, em termos quantitativos, de trabalho não remunerado que está fora das contas nacionais, como cuidar de dependentes e preparar alimentos, para uma que seja refletido nas contas satélite ou em outras contas oficiais que podem ser produzidas separadamente, mas que são consistentes com as contas nacionais, com vistas a reconhecer a contribuição econômica das mulheres e tornar visível a distribuição desigual do trabalho não remunerado e remuneração entre homens e mulheres”. Em geral, nos documentos-base da Plataforma de Beijing se argumentava fortemente que medir e valorar a contribuição das mulheres para a economia e sua inclusão no PIB era uma condição necessária (e suficiente) para a igualdade de gênero. A ausência de conexões concretas (em curto prazo) a partir do cálculo do setor domiciliar das contas satélites deu lugar às políticas macroeconômicas de curto prazo na Plataforma de Beijing.

Nesse sentido, vale citar Waring, que afirma ser categoricamente a favor da crença de que a imputação ou a estimativa de um valor não é um passo necessário para o uso mais efetivo das informações de uso do tempo. A imputação tem o efeito de remover o valor da informação bruta e convertê-lo para um valor abstrato em que os detalhes mais importantes para as intervenções de políticas estratégicas se perdem. As imputações abstratas para este trabalho não remunerado não nos ajudam a determinar qual seria a resposta política. Isso poderia ajudar a convencer um Ministério de que deveria haver uma resposta na medida em que a análise do custo-benefício mostra, mesmo com trade-offs, que a intervenção é válida. Mas são as tabulações cruzadas de dados de uso do tempo, completadas com outros materiais, que fornecem a base para uma estratégia de política pública e para o monitoramento e avaliação.

A Plataforma de Beijing estabelece que a medição e avaliação do trabalho não remunerado está relacionada à visibilidade e aos objetivos de reconhecimento, e está enquadrada naquilo que é “cultural” (ou “simbólico”) e, portanto, privada de explicitar princípios de justiça distributiva. A agenda política que sustentou a Plataforma fazia uma clara conexão entre o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres, sua valoração em termos monetários e o pagamento de salários aos trabalhos domésticos. A abordagem global das análises de uso do tempo (que requerem apenas a contagem do tempo despendido por homens e mulheres no trabalho não remunerado) pode ter conspirado contra o desenvolvimento de usos alternativos da informação em que se utilizam dados detalhados de uso do tempo para informar políticas de gênero.

Há uma mudança do conceito de trabalho para o de cuidado (embora trabalho doméstico não deva estar fora desse quadro e possa ser considerado cuidado indireto). É necessário um entendimento mais complexo daquilo que é socialmente e ideologicamente construído como “necessidades”, “responsabilidades” e “cuidados” para superar a ênfase atribuída aos “cuidados com dependentes”. Isso leva a analisar se estas necessidades são atendidas, quem as atende (ou não as atende), e como são capazes de atender a estas necessidades (ou se são penalizados/as pelo fato das necessidades não serem atendidas), considerando a intersecção com outras dimensões, como classe, sexualidade, composição domiciliar, ou a fase no ciclo de vida. A perspectiva dos “custos” dos cuidados deve ser conjugada com a perspectiva de “bem-estar” – sendo relevante levantar as questões: custos de quem e bem-estar de quem, e dessa forma o projeto de contabilidade necessita ser revisto. Por um lado não como um fim em si, mas como meio para entender quem contribui para o bem estar e o desenvolvimento humano, e em que medida e, por outro lado, essas estimativas podem fornecer informações para o desenho de políticas para distribuir as dores e os prazeres do trabalho de uma forma mais igualitária.

É possível ir além da Plataforma de Beijing a partir do engajamento em agendas políticas mais amplas que aquelas que, inicialmente, apoiaram a visibilidade e valorização do trabalho não remunerado. Essas agendas já articularam a reivindicação pela redução e redistribuição do trabalho não remunerado, e abandonaram uma abordagem unívoca para a igualdade de gênero para reconhecer a interseccionalidade da desvantagem com a qual as mulheres se deparam (classe, raça, idade, etnia e diversidade regional), e essas perspectivas estão na agenda dos cuidados e na agenda de desenvolvimento. Para a agenda dos cuidados, a visibilidade do trabalho (cuidado) não remunerado, conseguida através das pesquisas de uso do tempo, está finalmente desvinculada de um propósito de valorização quase exclusivo para tornar-se tanto uma ferramenta de advocacy, que dá voz a grupos de mulheres para articular suas reivindicações, como também um dispositivo de monitoramento, embora se deva ter em mente que as pesquisas de uso do tempo deveriam ser repetidas regularmente. A fim de aumentar o apoio político para cuidadores e aqueles que recebem os cuidados, os cuidados devem sair da esfera privada e se tornar uma questão pública. Um passo importante nessa direção é tornar o trabalho de cuidados mais visível através das estatísticas, bem como dos debates públicos, e para tanto, são necessários indicadores precisos e regulares, como aqueles que são fornecidos pelas pesquisas de uso do tempo, para monitorar a eficácia das políticas de redução e equalização dos encargos de cuidados. Uma advocacy renovada para a coleta de dados de uso do tempo deve, portanto, reformular a coleta de dados de uso do tempo dentro de uma ampla agenda de apoio à redução e redistribuição do trabalho não remunerado em uma estrutura que reconhece tanto as suas contribuições ao bem-estar e os custos para aqueles que a propiciam, ou seja: essa agenda deve ser reformulada no âmbito de uma justiça econômica. As coletas de dados de uso do tempo não devem permanecer ligadas exclusivamente aos objetivos do SNA, mas devem passar a integrar as estatísticas sócio-demográficas.

Painel 18 – O tempo do trabalho das empregadas domésticas

Maria Betânia Ávila: Pesquisadora e Membro da Coordenação Colegiada – SOS Corpo/Pernambuco

A pesquisa traz como tema central o tempo de trabalho das empregadas domésticas e as tensões sobre dominação, exploração e resistência. A categoria das trabalhadoras domésticas é fundamental nesse país, ao corresponder mais de 6.7082.111 trabalhadoras cuja maioria é formada por mulheres negras. Trata-se de uma categoria que vem lutando pela regulamentação do tempo de trabalho, e essa história está diretamente relacionada às questões escravocratas deste país e deste continente. Para a compreensão sobre trabalho doméstico no Brasil, é imprescindível tratar o trabalho doméstico remunerado e o trabalho doméstico não remunerado, pois consiste num elemento ligado diretamente à formação social desse país, permitindo assim uma análise estratégica para compreender as relações sociais de classe, de gênero e de raça.

A singularidade da pesquisa de uso do tempo constitui-se em analisar a questão do trabalho remunerado e não remunerado na esfera do trabalho reprodutivo, quando geralmente os estudos se atentam para as tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo. Essa reflexão parte da definição de divisão sexual do trabalho de Kergoat e com o conceito de vida cotidiana como o lugar da vida em comum, sendo o trabalho uma das dimensões da vida cotidiana que é marcada, na sociedade moderna, pelo trabalho produtivo. Assim, o trabalho reprodutivo está submetido aos ritmos e dinâmicas do trabalho produtivo. O estudo conta com uma metodologia de pesquisa qualitativa, com a percepção do cotidiano para o conhecimento das práticas sociais das quais se pode estabelecer com utilização de dados quantitativos como fontes secundárias.

Partindo de uma abordagem sociológica como conhecimento crítico, o universo da pesquisa abrangeu as trabalhadoras domésticas ligadas ao sindicato (sócias e lideranças) e um pequeno grupo de trabalhadoras não sindicali-

zadas. As técnicas de pesquisa utilizadas foram histórias de vida, entrevistas, grupos de discussão, observação nos locais de residência e de trabalho, pesquisa documental para a compreensão da percepção das próprias trabalhadoras. A vida cotidiana foi o fio condutor a partir do qual se construiu a análise das tensões em torno do tempo e das práticas de trabalho remunerado e não remunerado das empregadas domésticas.

A análise dos resultados da pesquisa revela que há tensões em diferentes níveis em torno do uso do tempo no cotidiano das empregadas domésticas, resultante das contradições das relações de trabalho que geram um movimento entre dominação, exploração e resistência (individual e coletiva). Foi constatado que as jornadas de trabalho (remunerado e não remunerado) das trabalhadoras domésticas são extensivas, intensivas e intermitentes. A extensividade da jornada de trabalho das empregadas domésticas formada pelo trabalho remunerado e não remunerado se caracteriza por sua longa duração que atravessa o dia e se estende até a noite, dada a falta de limite dos trabalhos remunerado e não remunerado. A intensividade é dada pela manutenção do ritmo constante e incessante de trabalho, e ainda dentro de uma relação de disponibilidade permanente por parte dessas trabalhadoras, tanto no espaço remunerado como no não remunerado. A intermitência dessa jornada é dada pela dinâmica entre trabalho gratuito – trabalho remunerado – trabalho gratuito. Agregando os trajetos entre local de moradia e local de trabalho remunerado e não remunerado, o cotidiano das empregadas domésticas pode ser definido como uma sucessão de dias vividos em função do trabalho reprodutivo. O dia a dia é o tempo de trabalho, mas é o tempo da existência das pessoas, o tempo da construção das possibilidades de mudança ou não mudança na vida das pessoas e na vida social. O cansaço e a exaustão são permanentes do dia a dia de trabalho, e é uma forma corporal que toma a sobrecarga do trabalho que vai incidir sobre o lazer, os rendimentos no estudo, e na qualidade da participação política.

A análise das jornadas de trabalho sobre o

tempo das empregadas domésticas revela uma disponibilidade permanente nesse trabalho que é uma dimensão própria da constituição do trabalho doméstico, que é a idéia de servidão como uma disponibilidade permanente para servir os outros. As empregadas domésticas são desapropriadas do uso de seu tempo sob uma forma de uma relação que as coloca à disposição da sua família e da família de suas patroas. Qualquer outra atividade que se realiza no cotidiano se faz a partir da possibilidade de construir horários liberados desse tempo de trabalho, que avança para a noite e também para o final de semana nas suas próprias casas. A análise do tempo de lazer foi feita a partir da perspectiva de Lefebvre, em que o lazer não pode estar dissociado da dinâmica do trabalho produtivo, na medida em que o lazer, tal como construído nas nossas sociedades, faz parte do tempo de reconstituição de cada um(a) para a retomada das energias e possibilidades para a volta do trabalho produtivo. Quando se agrega trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e lazer, o tempo do lazer praticamente desaparece ou então é raro na vida das trabalhadoras domésticas, e o tempo do lazer é também o da simultaneidade entre lazer e cuidados domésticos.

As empregadas domésticas, em principio realizam atividades que são de responsabilidades das mulheres patroas, sendo uma relação entre mulheres que reproduz a divisão sexual do trabalho e a mantém no mesmo lugar. Dentro das contradições dessa relação de classe entre mulheres, há uma apropriação do tempo de mulheres por outras mulheres, mediando inclusive a apropriação do tempo que os homens fazem o trabalho das mulheres. Como o trabalho doméstico é uma demanda sempre renovada e incessante, garantindo, assim, a reprodução da vida humana, o tempo de trabalho da empregada doméstica é expropriado. Quanto mais tempo de trabalho para as empregadas doméstico, mais tempo de trabalho liberado para as patroas.

O tempo do trabalho doméstico se revelou numa difícil apreensão em termos de mensuração de horas precisas. Foi possível mensurar a jornada a partir de outras referências (hora de

acordar, hora de dormir, de sair da casa da patroa, de ir à escola), para estabelecer os limites de horário entre as jornadas de trabalho, pela forma difusa da existência desse trabalho tanto no local de trabalho como em suas próprias casas. O trabalho reprodutivo tem uma outra lógica de temporalidade. Na casa das patroas, depende do tempo de interrupção. E em suas próprias casas, também estão sujeitas à mesma demanda dos trabalhos com os filhos e companheiros. A única possibilidade de apropriação do tempo de trabalho encontrada foi no caso das empregadas que moram sozinhas, no momento em que estão nas suas próprias casas (autonomia na própria auto-reprodução (o tempo que sobrou do tempo de trabalho remunerado).

A pesquisa chegou a apontar jornadas de trabalho de 16 a 17 horas. As formas de resistência individuais não reestruturam a dinâmica do trabalho, mas as tiram da acomodação e ajudam um pouco a organizar o cotidiano, por exemplo: uma forma de resistência é a organização do tempo do trabalho remunerado como linha de produção; não trabalhar em casas em que há crianças, fingir que está dormindo, quando elas moram nas casas das patroas, com horário intermitente. Outra forma de resistência é a luta pela casa própria, uma grande bandeira de luta do sindicato, por determinar certo grau emancipatório. A forma coletiva é a organização das trabalhadoras domésticas, por meio do sindicato. Há uma federação nacional e uma das lutas prioritárias é a regulamentação da jornada de trabalho que, segundo as trabalhadoras domésticas, é uma luta muito difícil que apesar de estar sendo apoiada pelo movimento feminista e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, não recebe apoio de outros setores da sociedade que, em sua maioria, são formados por patroas e patrões.

O tema do trabalho remunerado e não remunerado e o tempo para a organização coletiva é fundamental pelo fato das trabalhadoras se organizarem a partir do trabalho doméstico ter uma dimensão política de grande profundidade, pois elas partem de uma organização de trabalhadoras daquilo que foi considerado como não

trabalho: em primeiro lugar, elas estabelecem o trabalho doméstico como trabalho e se auto-definem como uma categoria de trabalhadoras. A dimensão política consiste em ser sujeito de um trabalho que tem sido majoritariamente considerado como não trabalho, e isso altera a percepção e uma consciência social e crítica. Construir um tempo para lutar politicamente já é constitutivo do próprio sujeito. Esse tempo, essas horas para irem ao sindicato é parte de uma estratégia de construção como sujeito porque elas tem que se liberar desse tempo irregular e sem fronteiras na casa das patroas e nas suas próprias residências. Nesse sentido, as suas estratégias de organização dos sindicatos levam em conta as dificuldades do tempo (ex: horários de assembleias e demais eventos aos domingos, ou após às 16h do sábado).

A questão do tempo do trabalho é estratégica para a organização da categoria das empregadas domésticas, e é uma das dimensões da sua cidadania que está em causa nas suas relações de trabalho e práticas de resistência. O que se coloca a partir dessa pesquisa é a superação das relações de dominação, exploração engendradas no cotidiano pelo trabalho doméstico como elemento central para um projeto de emancipação das mulheres e da sociedade como um todo. Cabe, dessa forma, mencionar uma resposta emblemática de um dos sujeitos da pesquisa ao perguntarmos sobre o uso do tempo para si mesmas: “um tempo pra gente? Esse tempo existe?”.

Bloco de Perguntas – Painéis 15 a 18
Coordenadora da Mesa: Ana Carolina Querino,
representante do UNIFEM Brasil e Cone Sul

A representante do UNIFEM Brasil e Cone Sul e coordenadora da mesa Ana Carolina Querino lembrou a discussão sobre trabalho doméstico remunerado que vem sendo realizada no âmbito da CIT, que pela primeira vez está tratando este tema com vistas à discussão tripartite sobre a adoção de um instrumento normativo internacional (convenção seguida de uma recomendação) que regule o trabalho doméstico, no sentido de afastar cada vez mais essas características de servidão deste trabalho.

A representante da CEPIA/ Brasil Jacqueline Pitangui solicitou esclarecimentos sobre a remuneração média das empregadas domésticas e sobre o tipo de trabalho: se são diaristas, mensalistas, se dormem nos domicílios, etc. Também pediu a exposição de exemplos da incorporação da agenda dos cuidados na perspectiva apresentada pela Sra. Valéria Esquivel. Em seguida, fez referência ao papel perverso e deformador de informações de naturalização de expressões na elaboração de questionários e na coleta de dados censitários, como, por exemplo, a utilização da categoria “ocupação principal”. Nesse sentido, afirmou que essa categoria já foi muito utilizada no próprio IBGE, e perguntou o que isso poderia significar para uma análise de gênero das respostas relacionadas à pergunta de qual seria a ocupação principal nos domicílios. Por fim, lembrou que na década de 1980, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estabeleceu ligações com o IBGE para ampliar os trabalhos junto à PNAD, que permitiu levantar informações sobre violência, com uma desagregação do universo feminino e masculino, fundamental para a questão da violência doméstica.

Referindo-se à apresentação sobre as trabalhadoras domésticas, uma participante não identificada solicitou esclarecimentos de como foi tratada a questão da violência física, sexual ou psicológica no âmbito da pesquisa qualitativa, já que neste tipo de emprego é muito difícil incorporar a temática da violência, quer saber qual o ponto de vista qualitativo por abordá-lo.

Respostas e Comentários da Mesa – Painéis 15 a 18

A Pesquisadora e Membro da Coordenação Colegiada – SOS Corpo/Pernambuco Maria Betânia Ávila esclareceu que no universo da pesquisa havia mensalistas, diaristas e aquelas que moram nas casas das patroas. As mensalistas, em geral, recebiam salário mínimo, mas nem todas, mesmo as trabalhadoras sindicalizadas, possuíam a carteira assinada, e nenhuma das diaristas

tinha a carteira assinada. Estas ganham um pouco mais, mas trabalham mais, pois tem que realizar o serviço que normalmente é realizado em uma semana no tempo de um dia em cada casa e, portanto, são mais vulneráveis. A pesquisa encontrou casos de violência sexual, violência sexual seguida de gravidez e aborto forçado por patrão, considerando que essa dimensão foi tratada apenas como escuta e não como dado a ser analisado.

A Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna – SPM/Brasil Lourdes Bandeira reafirmou que o pioneirismo dessa demanda não reside na SEPMA e evidentemente no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, desde a década de 1980, e a formalização recente dos comitês de gênero e de uso do tempo são um marco nesse processo institucional de luta por direitos das mulheres.

A Professora Associada e Coordenadora do Programa Integrado em Gênero e Saúde (MUSA) – Universidade Federal da Bahia/Brasil Estela Aquino fez referência a um estudo da UFBA na área da saúde no trabalho sobre saúde de empregadas domésticas, em diálogo com a FENATRAD, que trata essa questão do ponto de vista epidemiológico e inovador. Mencionou a grande lacuna existente entre gênero, trabalho e saúde mental, e afirmou que os problemas de saúde mental são umas das principais causas de afastamento do trabalho por motivo de doença. Apontou a necessidade de investimento na perspectiva de rever as formas de organização, geração de sofrimento psíquico, ao invés de tratar os seus efeitos no sentido de tornar os ambientes de trabalho mais saudáveis.

A Pesquisadora Docente – Universidad Nacional de General Sarmiento/Argentina Valéria Esquivel esclareceu que no caso argentino, o conceito de cuidado foi trabalhado num projeto entre UNICEF e UNFPA que buscou observar os cuidados de crianças da primeira infância, os serviços e os tipos e cuidado existentes em distintas famílias. Nesse sentido, argumentou que há um encontro entre essa perspectiva e entre a possibilidade de informar essas agendas de

cuidados. Ressaltou a importância de se fazer uma reflexão sobre o significado de cuidado na medida em que seu conceito é diferenciado para cada uma das esferas da saúde, enfermagem, educação e trabalho doméstico remunerado. Afirmou, como exemplo, que o lugar do cuidado é profissionalizado na educação e na saúde e que se trata de coisas distintas que muitas vezes ultrapassam ou perdem as fronteiras de conceitualização. Ressaltou a importância de observar o que ocorre com as diferentes linguagens que as produções acadêmicas trazem a partir dos olhares de lugares distintos.

Painel 19 – Tempo de Trabalho e Gênero: Conclusões de um Relatório da OIT e as Implicações para os Dados sobre Uso do Tempo

Jon Messenger, Pesquisador Sênior do Programa de Condições de Trabalho e Emprego da OIT/Genebra

A OIT foi originalmente criada em 1919, e atualmente é uma agência especializada do sistema das Nações Unidas (ONU). Ao contrário da maioria das instituições que compõem o sistema da ONU, a OIT é tripartite: governo, sindicatos e federações patronais participam de seu colegiado de decisão. A OIT tem como principal objetivo o trabalho decente para todos, por meio da promoção de oportunidades para homens e mulheres na obtenção de um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, e é responsável pela promulgação das Normas Internacionais do Trabalho. O Preâmbulo da Constituição da OIT aponta as horas de trabalho como uma área focal, e a primeira Convenção da OIT se refere a horas de trabalho (indústria). Desde 1919, a OIT aprovou 39 normas relativas ao tempo de trabalho, e as mais relevantes abordam: jornada de trabalho diária e semanal (8h por dia e 48h por semana); descanso semanal de mínimo 1 dia (24 horas consecutivas); férias anuais de mínimo 3 semanas; trabalho noturno; trabalho a tempo parcial; trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.

Originalmente publicado em inglês como *Working Time Around the World: Trends in*

working hours, laws and policies in a global comparative perspective, o Relatório da OIT sobre a duração do trabalho em todo o mundo é a primeira análise global comparativa sobre normas, políticas e horas trabalhadas habitualmente com enfoque nos países em desenvolvimento e em transição. Possui três fontes de dados: 1) database da OIT sobre Condições de Trabalho com cobertura de mais de 100 países; 2) questionários sobre a distribuição de horas trabalhadas por semana, enviados para as agências nacionais de estatística de todo o mundo; e 3) uma série de estudos em países para fornecer informações mais aprofundadas aos países selecionados (China, Chile, República Tcheca, Hungria, Jamaica, Coreia, Malásia, Ilhas Maurício, México, Peru, Rússia, Senegal, Tunísia).

Durante as últimas cinco décadas, houve uma mudança global para um limite de 40 horas, e a evidência mais recente (2005) mostra que esse limite é o patamar predominante no mundo. Não obstante, existem diferenças regionais significativas como, de um lado, o limite predominante de 48 horas na América Latina e, de outro, a dualidade entre o limite de 48 horas e o de 40 horas na Ásia, considerando, inclusive a inexistência de um marco legal na Índia e no Paquistão.

As principais conclusões do Relatório apontam uma mudança global gradual para um limite de 40 horas na legislação nacional durante as últimas quatro décadas e apesar disso, predomina uma alta incidência de trabalhadores exercendo jornadas extensivas em países em desenvolvimento e em transição. Há, ainda, um expressivo contingente de trabalhadores que realizam jornadas reduzidas em muitos países, especialmente na economia informal. O relatório apontou que existem significativas diferenças de gênero nas jornadas do trabalho remunerado na maioria dos países do mundo. A proporção de trabalhadores em jornadas de trabalho remunerado excessivamente extensas é maior para os homens do que para as mulheres, e a proporção de trabalhadores em jornadas de trabalho remunerado reduzidas é maior para as mulheres do que para os homens. Os homens estão divididos entre aqueles com jor-

nadas de trabalho longas e aqueles com curtas jornadas de trabalho, e estes últimos são mais suscetíveis de estarem subempregados. As mulheres freqüentemente desempenham jornadas reduzidas, particularmente no setor informal, devido à sobrecarga de conciliação do trabalho com os cuidados familiares e outras responsabilidades domésticas (trabalho não remunerado).

Os dados disponíveis sobre horas de trabalho permitem que pesquisadores analisem as horas de trabalho remunerado por gênero na maioria dos países. No entanto, os dados disponíveis sobre tempo de trabalho não possibilitam uma análise das horas de trabalho não remuneradas como, por exemplo, o tempo gasto no trabalho doméstico não remunerado, os cuidados e outras atividades fora da abrangência do SNA, assim como uma análise do total de horas de trabalho, incluindo tanto o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado por gênero (e outras variáveis, como tempo parcial, situação familiar, número de filhos no agregado familiar, etc). Além disso, analisar o tempo das atividades de trabalho remunerado e não remunerado é extremamente importante para a compreensão dos padrões de tempo na sociedade. Sendo bastante válidos, os dados de uso do tempo do trabalho não remunerado são essenciais para a abordagem das questões de gênero e família nas pesquisas. A disponibilidade dessas análises sobre o tempo pode informar as políticas públicas relativas às políticas de emprego, incluindo o trabalho a tempo parcial e outras políticas de conciliação da vida profissional; os cuidados com crianças e ao suporte às pessoas idosas; e o horário de funcionamento das instituições públicas (por exemplo, escolas, serviços de transporte público).

Painel 20 – Impactos da crise econômica sobre a pobreza, o tempo e o trabalho das mulheres
Vivian Milosavljevic, Estatística da Divisão de Assuntos de Gênero – Cepal/Chile

Como principais efeitos da crise econômica, houve uma queda de 1,9% do PIB no ano de 2009 nos países da América Latina e Caribe, e as remessas caíram entre 5% e 10% em nível regio-

nal. Estima-se que haverá um aumento de 9% de pessoas desempregadas e, por consequência, o aumento da pobreza e da indigência. Nesse sentido, prevê-se que o aumento do desemprego será acompanhado por um aumento do emprego no setor informal como uma alternativa de sobrevivência. Existe uma forte relação entre informalidade e pobreza: em 2006, 33,2% dos trabalhadores informais eram pobres (15,9% entre os trabalhadores formais), e a região da ACL não conta com sistemas de seguro-desemprego. O aumento do desemprego reduz os impostos e as contribuições para os sistemas de saúde, e as políticas fiscais anticíclicas (cortes de impostos, aumento dos gastos em infra-estrutura e habitação, apoio aos setores produtivos) deixam menos espaço para um gasto social anticíclico.

A crise trará mais impactos para as mulheres receptoras das remessas e também sobre o desemprego feminino. No caso das mulheres pobres, os riscos são intensificados, e o impacto do desemprego em tempos de crise é maior entre os pobres do que entre os não pobres. Mesmo entre estes últimos, vemos que as mulheres mostram uma diferença de gênero bastante reduzida quando comparada com o a brecha existente entre os pobres. No entanto, existem algumas características próprias dos países da região: na Argentina e entre os pobres, a crise faz com que pela primeira vez o desemprego dos homens seja equiparado ao das mulheres. No Uruguai, a porcentagem de mulheres pobres é alarmante e aumenta ainda mais durante a crise, e o desemprego afeta pobres e não pobres e mulheres e homens, mas as mulheres estão sempre numa situação de desvantagem. No Brasil, o desemprego feminino entre os pobres segue aumentando, mas não na mesma proporção com relação ao sexo masculino.

O abastecimento de água, acesso à rede elétrica, combustível usado para cozinhar, a disponibilidade de serviços de saúde, entre outros, são fatores que impactam a carga de trabalho doméstico das mulheres, principalmente quando são insuficientes ou inexistentes. As necessidades de cuidado com crianças incidem sobre

o tempo que as mulheres podem se dedicar ao trabalho remunerado. As mães com crianças pequenas possuem jornadas de trabalho mais curtas a fim de conciliarem os tempos com a família e o trabalho, e à medida que aumenta o número de filhos em idade pré-escolar, a jornada de trabalho das mulheres diminui, indicando a necessidade de voltar para casa e atender às responsabilidades relacionadas aos cuidados.

Considerando que os países de maior renda apresentam alta correlação com aqueles que possuem mulheres com carteira assinada, a queda do PIB em tempos de crise pode trazer consigo um efeito negativo sobre a porcentagem de mulheres empregadas com contrato formal. Na América Latina, o mercado de trabalho está segmentado horizontalmente, o que significa que há uma concentração de mulheres em pequenos grupos de ocupações definidas como tipicamente femininas. Geralmente, as mulheres trabalham como professoras, enfermeiras, secretárias, datilógrafas, escriturárias, auxiliares de loja e cabeleireiras, entre outros. Além disso, elas estão sobre-representadas em atividades relacionadas ao setor de serviços de baixa qualificação profissional e ao setor informal, em que o serviço doméstico ocupa um lugar preponderante.

Em alguns casos, a abertura comercial criou novas oportunidades de trabalho para as mulheres, como o caso das maquilas da América Central e México. O comércio também trouxe benefícios para as mulheres com maiores níveis de escolaridade e para aquelas dirigidas ao empreendedorismo. Elas poderiam ser consideradas beneficiárias da abertura comercial, mas em outros países como Equador ocorre o oposto com as trabalhadoras do setor agrícola. Embora os setores que inicialmente tiveram que enfrentar a parte mais difícil da crise financeira fossem aqueles ocupados majoritariamente por trabalhadores do sexo masculino (setor de finanças, seguros, imobiliário, construção e fabricação), o fenômeno global afeta, agora, os setores de serviços e o comércio varejista e atacadista que em muitas economias industrializadas estão dominados pelas mulheres, carentes de proteção social.

As estatísticas do trabalho mostram apenas o tempo destinado ao mercado de trabalho e, dessa forma, os homens são vistos com jornadas mais extensas. O tempo destinado a casa permanece invisível nos instrumentos de coleta das estatísticas oficiais. Em todos os países, a jornada de trabalho dos homens é maior que a das mulheres porque só se registra nas pesquisas de emprego apenas o tempo destinado ao mercado de trabalho. Se houvessem dados sobre o tempo gasto em atividades domésticas, ver-se-ia que o total da jornada é maior para as mulheres (dupla jornada e dupla carga global de trabalho). Como uma aproximação do trabalho de tempo parcial, foi considerada jornada parcial o tempo de trabalho remunerado de até 24 horas por semana, observando-se que 16% dos homens trabalham dessa forma, enquanto que as mulheres representam 28% do total na região. Por sua vez, as jornadas mais extensas de trabalho de tempo parcial são mais factíveis para os homens, já que 74% deles se enquadram nesta categoria, e apenas 56% das mulheres ocupadas podem ter acesso às jornadas de tempo parcial.

As Pesquisas de Uso do Tempo na América Latina e Caribe servem para medir o tempo destinado tanto ao trabalho doméstico não remunerado como as jornadas de trabalho remunerado, e assim estimar a carga total de trabalho das pessoas. Existem grandes variações entre os estudos porque não contam com definições cálculos comparáveis entre os diferentes países, e isso basicamente significa que as magnitudes não são calculadas sob os mesmos parâmetros de comparabilidade, principalmente devido à ausência de um classificador de atividades comum (para além das diferenças na definição, unidade de análise, limite de idade, período de referência, cobertura geográfica, etc.). Porém, é importante ressaltar que independentemente da metodologia, todos os resultados apresentam um padrão semelhante com relação ao comportamento de homens e mulheres na distribuição dos tempos e no nível de participação no trabalho remunerado e não remunerado.

Em geral, a tendência ao crescimento de domicílios chefiados por mulheres não se vê al-

terada pela crise, e o que se vê é um aumento sistemático ao longo do tempo nos países da região, com exceção da Argentina, onde se vê uma estagnação. Nesse sentido, a intensidade da pobreza é maior nas famílias chefiadas por mulheres. Em tempos de crise, a renda per capita de famílias pobres diminui. Em três dos países analisados para este efeito (Argentina, Brasil e Chile), essa situação continua sendo mais críticas nos domicílios chefiados por mulheres. A renda per capita das famílias chefiadas por mulheres é muitas vezes menor do que aqueles chefiados por homens e, por conseguinte, fica mais difícil atender as necessidades básicas dos seus membros. Em épocas de crise, na Argentina e no Brasil, a disponibilidade de renda per capita dos domicílios diminui de forma dramática, e a diferença da linha de pobreza aumenta, sendo ainda mais desfavorável para os domicílios chefiados por mulheres. Verifica-se, ainda, que o índice de feminização da pobreza passou de 108 (entre 1994 e 2002) para 115 pontos no ano de 2008.

Painel 21 – Trabalho não-remunerado e metodologias para o cálculo de contas-satélites

Maria Angeles Durán, Professora de Pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais/Espanha

Segundo as projeções da ONU sobre o crescimento populacional mundial (World Population Prospect), a população total da América Latina e Caribe vai se multiplicar em 4,36 neste século, o que nos faz repensar sobre a heterogeneidade da população e, dessa forma, nas diversas demandas de cuidados. Em 1998, foi criada na Espanha a escala de Madri, na qual se atribui uma demanda de cuidados à população em função de sua idade, em que para a média de demandas de cuidados deste grupo há uma unidade de cuidados. Na conferência da CEPAL de 2008, especialistas latino-americanos apresentaram novas escalas, e cada uma delas foi definida por cada país de acordo com a demanda dos cuidados para cada faixa etária. Por sua vez, a escala Santiago consiste na média de todas as informações da região da ALC. Entretanto, a

grande heterogeneidade nas informações afeta o rigor das informações, considerando que cada país projeta uma imagem distinta daquilo que vai se suceder no futuro, sendo necessário realizar pesquisas específicas sobre as demandas de cuidados. Dessa forma, tanto a medição dessa demanda como a forma que é medida são realizadas através das pesquisas de uso do tempo.

Cabe indagar o que acontecerá com os distintos grupos que compõem a população e, portanto, com a demanda de cuidados de crianças, idosas ou da população em idade ativa. Entre 1950 e 2010, a população com menos de 5 anos de idade da América Latina foi multiplicada por 2. Nesse sentido, há duas ferramentas governamentais fundamentais: a criação e a modificação das leis e a partilha dos recursos comuns, que consiste basicamente no pressuposto. Assim, como elaborar as políticas públicas na medida em que por um lado existem leis e, por outro, os pressupostos? A apresentação do Equador mostrou que as pesquisas de uso do tempo podem ter um reflexo em dispositivos legais tão importantes como a própria Constituição, ou, conforme apresentação da OIT, para se adotar políticas, é necessário criar organismos coletivos, como as comissões tripartites, com representantes de trabalhadores, empregadores e do governo.

Um plano de cuidado de pessoas idosas é basicamente uma redistribuição dos recursos que as mulheres dedicam na família da esfera privada à esfera pública, e esses recursos devem ser medidos em dinheiro. Para tal, é preciso saber qual será a demanda dos recursos de cuidado e o seu custo sendo necessário valorar, prever, planificar o tempo que os novos trabalhadores remunerados terão que destinar para substituir aquilo que anteriormente era feito por trabalhadores remunerados.

No entanto, alguns governos têm feito o contrário, dizendo que devem honrar o pressuposto e afirmando que aquilo que vem sendo feito atualmente pelos serviços públicos será levado aos domicílios, e estes pagarão a fatura que, anteriormente, era paga pelos serviços

públicos. Os projetos governamentais muito liberais afirmam que não são os governos que estarão a cargo das políticas públicas, e sim o mercado, e que cada cidadão terá que comprar previamente esses serviços no mercado, ao invés de serem supridos pelas políticas públicas.

No futuro da ALC, as demandas não serão mais as mesmas que as mudanças na população porque a estrutura da população por idade não segue homogênea, e essa transformação se produzirá em grupos distintos. Considerando que a proporção da população de maiores de 80 anos se multiplicou em 12 vezes entre 1950 e 2010, como serão os impactos e os pressupostos da saúde, do transporte, seguridade e pensões? Estima-se que de 2010 até 2050 essa proporção será multiplicada por 4,6. No que se refere à dinâmica das crianças, qual seria a demanda total de cuidados? Para toda ALC, em 1950, as crianças com menos de 5 anos de idade consumiam 30% do total da demanda de cuidados, e em 2050, consumirão apenas 10%. Por sua vez, para o mesmo período de 1950, o total da demanda de cuidados com pessoas com mais de 80 anos de idade não passava de 1%, e em 2050 atingirá mais de 10% do total da demanda. A partir de uma análise mais sociológica, vale perguntar como se estrutura a rede de cuidados de crianças e a rede de cuidados de idosos. Uma criança não é uma pessoa jurídica, e geralmente tem um responsável, que são seus pais biológicos, sobretudo a sua mãe biológica, e é fisicamente controlável. No entanto, se supõe que há uma clara previsão de quando elas deixarão de serem crianças. Já uma pessoa idosa tem personalidade jurídica, pode fazer aquilo que não coincida com o que queremos, pode ter relações desagradáveis com outras pessoas, e pode ou não ser abandonada. O que se quer destacar é que as políticas públicas de atenção a crianças e de atenção a pessoas idosas, não podem ser formuladas e aprovadas com o mesmo critério porque as políticas referentes à infância, em grande parte, devem ser destinadas a quem cuida das crianças. Por sua vez, as políticas de cuidados com as pessoas idosas não tem essa clareza de relação. Uma pessoa de 80 anos pode passar muitos anos sem ver seus filhos e, qual deles se responsabili-

zará pelo seu cuidado? As previsões de quanto irá custar o cuidado com crianças são fáceis de serem feitas, ao contrário daquelas relativas ao cuidado com idosos. Temos que estar preparados, a partir de um modelo de país jovem, como os países da América Latina, para essa transição demográfica que segue acompanhada de uma debilitação das relações inter-geracionais.

No Brasil, entre 1950 e 2010, a população se multiplicou por 3,6, mas as unidades de cuidado só se multiplicaram por 3,3. Isso significa que se a carga do cuidado foi repartida igualmente entre todas as pessoas com idade de 15 a 65 anos, os brasileiros ganharam uma redução de 25% na carga de cuidado neste período, chamado por alguns de “bônus demográfico”. Existe um grande capital novo que não é necessário ser cuidado, ou seja: muitas energias disponíveis para outras coisas. E para o futuro, a carga de cuidados irá aumentar 10%, significando que, se agora foram reduzidos 25%, será necessário poupar 10% do orçamento somente para satisfazer em igualdade de condições (supondo que o cuidado está sendo realizado pela família, como se dava no tempo passado).

Esse assunto está começando a ser tocado nas contas nacionais, o que nos força a saber como os pressupostos públicos e privados serão distribuídos e a quantia de dinheiro que será repassado aos serviços de cuidados. Essa previsão deverá ser feita muitos anos de antecipação para instrumentar políticas fiscais que permitam os governos arcar com os custos das novas mudanças.

Os homens espanhóis morrem bonitos, ricos e felizes. Bonitos porque morrem mais jovens, ricos porque vendem seu tempo, e quando chegam à velhice possuem muito tempo economizado, com suas rendas pós-laborais. E morrem felizes porque têm a habilidade estrutural de casarem-se sempre com mulheres mais jovens, para que no momento em que necessitam de uma imensa quantidade de cuidados, quase todos eles têm uma mulher que lhes cuidará, e isso certamente tem um custo muito maior do que o dos pensionatos e retiros. Já a maior parte das mulheres não terá um homem

para cuidar delas porque eles já estarão mortos.

Como encaminhamento para este Seminário, propõe-se a criação de uma rede latino-americana de elaboração de contas satélites como um poderoso instrumento de renovação da interpretação da economia latino-americana e mundial para integrar os critérios de trabalho remunerado e não remunerado. Independentemente de quaisquer categorizações sobre o conceito de trabalho, não há nada mais conservador do que confundir o mercado com a economia. O mercado é muito importante para a economia, mas a economia é muito maior do que o mercado. Não vamos conseguir nos livrar da economia, mas deveríamos ser capazes de domesticar o mercado porque a economia real do mercado é o trabalho voluntário e o trabalho não remunerado dentro das famílias.

Painel 22 – Produto Interno Bruto e Trabalho Não Remunerado: a experiência brasileira
Hildete Pereira, Coordenadora de Programas e Ações de Educação – SPM/Brasil e Claudio Monteiro
Considera, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense

A pesquisa buscou propor uma mensuração para as atividades realizadas no interior dos domicílios/famílias, ou seja: aqueles que não estão associadas à geração de renda e que são ignorados pela Teoria Econômica. Essa não valoração decorre da discriminação sofrida pelas mulheres, a quem foi delegada a execução dessas atividades. Nesse sentido, a perspectiva feminista sobre a invisibilidade do trabalho da mulher questiona o mito da neutralidade da ciência. As mulheres aparecem como categoria estatística e recebem salários mais baixos, e o trabalho doméstico não remunerado é excluído das estatísticas econômicas porque não pertence ao mundo mercantil. Nenhuma das teorias econômicas volta o olhar para ele, obscurecendo as relações de gênero nos conceitos de produção e reprodução na sociedade capitalista. As contas nacionais, orientadas pelo Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, utilizam o conceito amplo de produção.

São consideradas produtivas todas as operações socialmente organizadas para a obtenção de bens e serviços, sejam eles transacionados ou não no mercado, a partir de fatores de produção obtidos no mercado. Por sua vez, os serviços são divididos em mercantis e não-mercantis. Os serviços mercantis são aqueles cujo objetivo de produção é a venda no mercado por um preço que remunera os serviços dos fatores usados na sua obtenção, e os serviços não-mercantis são aqueles fornecidos à coletividade gratuitamente ou por um preço simbólico. Como serviços não-mercantis incluem-se, ainda, os serviços domésticos remunerados, prestados por trabalhadores autônomos. Seu valor da produção é medido pelo valor das remunerações dos trabalhadores autônomos ocupados nessa atividade. Portanto, exclui-se o serviço doméstico executado por conta própria e sem remuneração. Fica claro, dessa forma, que as contas nacionais medem todos os bens e serviços que envolvem a remuneração dos fatores de produção, fazendo com que prevaleça a identidade na qual o produto é igual à renda. Ou seja: a utilização de fatores de produção no processo de produção gera o equivalente em remunerações ao que o fator de produção contribuiu para adicionar valor ao produto.

O trabalho doméstico, quando exercido por terceiros, possui um valor de serviço não-mercantil equivalente ao valor de sua remuneração. Quando exercido por alguém da própria família ele não é computado nas contas nacionais. Adicionalmente, do ponto de vista do mercado de trabalho, as pessoas que exercem apenas afazeres domésticos – as donas de casa, sequer são consideradas como força de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Curiosamente, se estiverem exercendo mesmo que sem remuneração atividades em um empreendimento familiar, são tratadas como população ocupada. Nesse sentido, por que razão não se dá o mesmo tratamento ao fator de produção trabalho do que ao fator capital? O SNA discute estas questões e justifica por que os afazeres domésticos não devem ser incluídos no cálculo do PIB. Argumenta-se que a produção de bens

agrícolas ou indústrias para uso próprio pode se destinar alternativamente ao mercado, enquanto que os serviços de uso próprio (afazeres domésticos) não têm a mesma qualidade, pois não exprimem a realidade do mercado capitalista. Em contraposição, pode-se argumentar que há também uma grande diferença na disponibilidade de bens e serviços auxiliares mercantis, entre os diversos países, que reduzem o tempo dos afazeres domésticos. Por sua vez, esses bens e serviços mercantis criam valores que são computados no PIB, reduzindo o PIB dos países em que os afazeres domésticos são mais frequentes e realizados pelas próprias famílias. Portanto, caso os afazeres domésticos viessem a serem considerados nas contas nacionais, deveriam ser tratados como produção de serviços não-mercantis, produzidos pelas famílias e por elas integralmente consumidos. Isso implicaria em criar uma atividade produtiva “família” análoga à atividade “administração pública” cujo valor da produção seria medido pelo valor dos serviços domésticos remunerados. Nesse sentido, é importante contabilizar os afazeres domésticos no Brasil e em países menos desenvolvidos por um duplo aspecto: 1) sua quantidade é significativamente maior do que em países mais desenvolvidos (falta de emprego, custo de oportunidade, subestima o PIB) e 2) isso reforçaria a valorização do trabalho da mulher a quem os afazeres domésticos foram historicamente delegados, contribuindo para reduzir a atual discriminação.

A partir de 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE vem permitindo averiguar o número de horas despendido pela população na execução de afazeres domésticos por unidade da federação, classificando-as por gênero e faixa etária. Os afazeres domésticos são exercidos tanto por homens como mulheres embora o número de horas destas seja bem superior ao daqueles em todas as Unidades de Federação do país e em todas as faixas etárias. Os afazeres domésticos são diferentes em termos de tipo, qualidade e valor. Toma-se serviços domésticos em geral como tipo, e o valor médio do horário dos serviços domésticos remunerados é atribuído a cada hora de

todos os afazeres domésticos não remunerados.

As Contas Nacionais utilizam-se largamente de pesquisas não econômicas para medir várias atividades econômicas não mensuradas nas estatísticas econômicas, e entre elas distingue-se a PNAD. Para várias atividades econômicas, esta é a única informação a respeito da produção e, graças a ela, é possível imputar nas contas nacionais valores adicionados que não são registrados pelas estatísticas econômicas do país ou mesmo por registros administrativos. Entre as atividades produtivas mensuradas através da PNAD estão os serviços domésticos remunerados com ou sem carteira de trabalho. O que se propõe é o seu uso para mensurar também os afazeres domésticos não remunerados executados por membros das famílias. Para isso, utilizou-se a remuneração média dos serviços domésticos remunerados, por estado, por hora e multiplicou-se pelo número de horas de afazeres domésticos, por estado, sexo e faixa etária. De acordo com a metodologia aplicada pelo IBGE, para o cálculo das contas nacionais do Brasil, utilizam-se as variações mensais do rendimento médio dos serviços domésticos para medir os serviços domésticos remunerados ao longo do ano, conforme registrado pela Pesquisa Mensal de Emprego e Rendimentos (PME/IBGE). Chega-se, então, ao valor médio anual do rendimento dos serviços domésticos.

A participação dos afazeres domésticos no PIB de cada ano é bastante semelhante. Sua média oscila entre 12% e 10% calculando-se com os valores de setembro, ou quando calculado pela variação anual da PME. Em termos de valor, caso se resolvesse mensurar os afazeres domésticos no PIB brasileiro, significaria acrescentar ao PIB: em 2001 R\$ 148,7 bilhões; em 2002 R\$ 170,2 bilhões; em 2003 R\$ 200,3 bilhões; em 2004 R\$ 225,4 bilhões; Em 2005 R\$ 235,4 bilhões; Em 2006 R\$ 269,6 bilhões; Em 2007 R\$ 320,0 bilhões; e em 2008 R\$ 297,9 bilhões. Em 2008 o PIB seria de R\$ 3.187,6 bilhões e não os R\$ 2.889,7 bilhões que o IBGE anunciou, e o valor gerado pelos afazeres domésticos por parte das mulheres foi em 2008, de 82% e o restante pelos homens. Esses 82% de afazeres domésticos realizados pelas mulheres no ano de

2008 teriam representado 243 bilhões de reais.

Bloco de Perguntas – Painéis 19 a 22

Coordenação da mesa: Lourdes Bandeira/SPM

A Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna da SPM/Brasil e coordenadora da mesa Lourdes Bandeira informou o encaminhamento do Projeto de Lei da Igualdade em dezembro de 2009 para a Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em que um dos elementos fundamentais deste projeto é justamente a conciliação entre trabalho e família. O projeto encontra-se engavetado, explicitando a resistência existente no campo legislativo no tratamento deste assunto.

Se referindo à apresentação sobre os impactos da crise sobre o tempo e o trabalho das mulheres, a representante da CEPIA/ Brasil Jacqueline Pitanguí perguntou se frente ao terremoto recente no Chile, há algum tipo de estudo que contemple a introdução de catástrofes naturais na questão da mensuração do trabalho feminino ou de gênero. Em seguida, indagou qual seria o papel da tecnologia para os cuidados, que implica também em vigiar. Em que medida há um olho eletrônico que poderia substituir a enfermeira?

Retomando a questão da metodologia de valoração do trabalho doméstico, a Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil Neuma Aguiar solicitou esclarecimentos sobre as formas pelas quais se poderiam valorar os serviços que são feitos fora de casa, como comer fora, dormir no hotel, etc. No caso de domicílios que contam com empregadas domésticas, qual seria o valor desse trabalho, tendo em vista que o cálculo desse custo seria diferente, o que iria afetar o cálculo do PIB.

A representante do Instituto Nacional de Geografia e Estatística do México Maria Eugenia Gómez Luna enfatizou que é interessante não perder de vista a convocatória tão emotiva feita para a discussão do cálculo do trabalho não remunerado porque é uma forma de fazer com que as pessoas se sensibilizem sobre o que isso significa para a economia e para a vida das fa-

mílias. Devemos nos esforçar para desenvolver contas satélites para que as pessoas que tomam as decisões considerem a necessidade de atender as demandas com os cuidados. Do ponto de vista metodológico, no que se refere à cobertura do que são os serviços domésticos, estamos insistindo que se separe o que são os afazeres domésticos e os cuidados. De fato, não há preços desses serviços no mercado porque esses serviços estão nos domicílios, mas a alternativa daquilo que não se produz nos domicílios e deve ser comprado no mercado dá oportunidade de equiparar o sentido de cuidado de crianças desempenhados por babás e pelas creches e o cuidado de pessoas doentes, que é equiparado aos serviços de uma cuidadora e, em casos mais graves, de uma enfermeira. Nesse sentido, se poderia refinar o cálculo para ver de maneira discriminada o que ocorre num campo e no outro. Por outro lado, esse caminho permitiria fazer o cálculo tanto para as mulheres como para os homens na medida em que a informação do uso do tempo fornece os elementos das quantidades de tempo que as mulheres têm para investir nos homens. É mesmo quando não tivermos a distinção dos salários de um e outro, forneceria a possibilidade de ser visível numa manifestação monetária.

Respostas e Comentários da Mesa – Painéis 19 a 22

A Coordenadora de Programas e Ações de Educação – SPM/Brasil Hildete Pereira esclareceu que a discussão sobre mensuração que diferencie os valores dos trabalhos domésticos não remunerados desempenhados pelos homens só é possível com uma pesquisa de uso do tempo refinada. O único dados possível de ser observado é que 45% dos homens declaram que realizam os afazeres domésticos, mas não se sabe quais são essas atividades.

O professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense Claudio Monteiro Considera esclareceu que, do ponto de vista metodológico, a comida comprada em um restaurante é um serviço completamente diferente da comida que comemos em casa, e no caso do

serviço da empregada doméstica, este é um serviço que substitui o da dona de casa. Nesse sentido, não há diferença do ponto de vista da mensuração das contas, a classificação de serviços é a mesma, seja executada de uma maneira ou de outra.

A Professora de Pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais/Espanha Maria Angeles Durán fez referencia ao livro intitulado “El año que las mujeres dejaron de ser vivípara”, de sua autoria, em que realiza um estudo sobre a utilização da tecnologia pelas mulheres, como a decisão de fazerem partos cesarianos ou de planejarem a gravidez, o que significa que estão planejando a demanda de cuidados das crianças. A tecnologia define os rumos, e é importante que as mulheres estejam nos órgãos e instituições em que se decide a direção que a tecnologia tomará. Com relação às contas satélites, afirmou que vem trabalhado com mais de 20 critérios diferentes porque há dois problemas: o problema técnico de conhecer o tempo dedicado a cada atividade, não apenas o tempo de trabalho não remunerado, mas também a estrutura do tempo não remunerado por categorias (homens, mulheres, regiões, classes sociais); e os preços dos serviços, cuja definição é política, depende do poder. Se nós aceitamos que o preço do trabalho doméstico é mais desvalorizado em todo o mercado, é porque não temos poder para definir outro valor. Isso significa dizer que o valor do trabalho médio é igual para o homem e para a mulher. Na elaboração da metodologia das contas satélites, teremos que dizer que o preço médio do trabalho doméstico é equivalente ao preço médio do trabalho dos homens, o que traria um aumento do PIB de 10% para 50% a 60%. Além disso, as análises que vêm sendo feitas com as grandes pesquisas do EUROSTAT permitem medir igualmente o trabalho remunerado. É muito difícil medir exatamente todas as atividades, o que demanda muitas discussões sobre esse problema metodológico. Nesse sentido, sugeriu que para a elaboração de contas satélites, é necessário trabalhar com vários modelos, conseguir boas bases de uso do tempo, estipular o valor do custo das metodologias escolhidas, e também receber as críticas que virão. Com boas

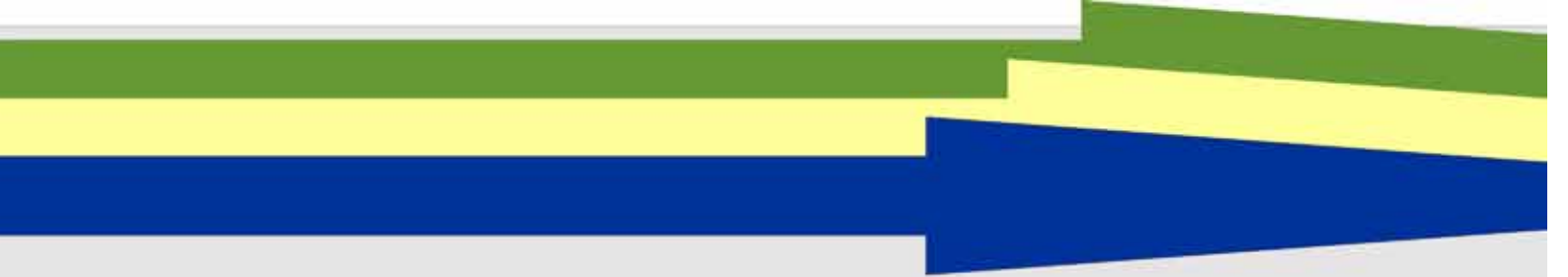
aplicações do uso do tempo, será possível medir a média do trabalho não remunerado de todo o país, tanto das mulheres como dos homens.

O Pesquisador Sênior do Programa de Condições de Trabalho e Emprego – OIT/Genebra Jon Messenger destacou que a urgência na produção dessas informações para a elaboração das políticas públicas.

A representante da Divisão Estatística de Assuntos de Gênero – Cepal/Chile Vivian Milosavljevic esclareceu que não há produções sobre a relação entre gênero e catástrofes naturais, mas referiu-se de um evento realizado neste ano que tratou as catástrofes naturais, como os terremotos e os tsunamis. Esses estudos se centraram nas famílias e na educação, e constataram que na medida em que muitas mulheres deixaram de trabalhar em seus postos de trabalhos habituais, foi necessário obter esse tipo de informações para desenhar estratégias de ações em caso de catástrofes naturais. Ressaltou a importância de se observar a trajetória de vida das mulheres na valoração do trabalho doméstico e de ter o cuidado de não reforçar o estereótipos dos trabalhos reprodutivos desempenhados pelas mulheres nos serviços domésticos, o que faz com que esse trabalho seja desvalorizado.

Coquetel de Encerramento

9. PONTOS DE DESTAQUE DO SEMINÁRIO



Os principais pontos de discussão do II Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo foram:

- As orientações da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) que exorta os países a realizarem pesquisas de uso do tempo com o propósito de inserir o valor do trabalho não remunerado nas contas nacionais.
- O desafio de harmonizar as pesquisas e os dados de maneira que seja possível realizar uma contabilização e uma medição deste trabalho para as contas satélites domiciliares.
- A importância de captar informações de contexto no preenchimento do Diário.
- A importância de separar e valorar os distintos trabalhos com cuidados para a implementação de políticas públicas diferenciadas.
- Necessidade de delinear um novo olhar na definição de trabalho para ser ajustada não apenas à forma pela qual a informação foi levantada no momento da coleta, mas também à forma pela qual essa informação é desagregada para ser transformada em indicadores.
- Importância das atividades de estudo e de leitura para as políticas de educação.
- É necessário estarmos atentos para a coleta das distintas frases utilizadas pelas pessoas na definição das atividades no processo de ordenação e codificação e a importância de codificar atividades como o acompanhamento de pessoas idosas ou doentes no tempo de deslocamento e de espera em um hospital ou consultório médico.
- Necessidade de conceitualização das categorias trabalho remunerado e não remunerado.
- Importância de intensificar do diálogo entre as classificações da CAUTAL e da ICATUS.
- A importância de se considerar os diferentes tempos de populações, como as indígenas e rurais, e a diversidade regional no processo de categorização do tempo.
- O desafio de superar as resistências dos institutos de pesquisa e dos institutos nacionais de estatística para a utilização das pesquisas de uso do tempo e a definição de políticas sociais.
- Os limites de realização das entrevistas apenas com uma pessoa do domicílio e a importância de considerar a segmentação e estratificação sócio-econômica de cada domicílio para conhecer um pouco mais da participação das crianças e dos jovens com os cuidados.
- Os desafios do tamanho da amostra, que não contempla todos os territórios e a diversidade existente em todas as regiões dos países.
- A importância fundamental de captar atividades simultâneas para medir as dimensões dos cuidados.
- Necessidade de um entendimento mais complexo daquilo que é socialmente e ideologica-

mente construído em diferentes linguagens como “necessidades”, “responsabilidades” e “cuidados”.

- Necessidade de distinguir os conceitos afazeres domésticos e cuidados para definir os distintos valores e preços no mercado.
- O desafio de conhecer o tempo dedicado a cada atividade, não apenas do tempo de trabalho não remunerado, mas também a estrutura do tempo desse trabalho não remunerado por categorias (homens, mulheres, regiões, classes sociais).
- Importância de se observar a trajetória de vida das mulheres na valoração do trabalho doméstico e de ter o cuidado de não reforçar o estereótipos dos trabalhos reprodutivos desempenhados por elas.
- Proposta de construir uma rede latino-americana de elaboração de contas satélites como uma forma de sensibilizar para a importância do cálculo do trabalho não remunerado para a economia e para a vida das famílias.

10. RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

BRASIL

Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Cristina Queiroz

Luana Pinheiro

Maria Márcia dos Santos Leporace

Nilcéa Freire

Rodrigo Giacomitti

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ana Lucia Sabóia

Angela Broquá

Antony Firmino

Barbara Cobo

Cintia Agostinho

Cristina Lins

Eduardo Nunes

Elcio Rubens Igrejas Fragoso

Elisa Caillaux

Elizabeth Belo Hypolito

Ennio Mello


Fatmato Ezzahra S Hany

Jaciara Zacharias da Silva

Jailson Mangueira

La Fayette Cortes Neto

Lara Gama



Lea da Conceição dos Santos
Leonardo Athias
Leonardo Santos de Oliveira
Lucia Cunha
Luciana Alves dos Santos
Maira Bonna Lensi
Marcia Quintslr
Maria Lucia França Pontes Vieira
Marília Biangolino Chaves
Monique Santos
Nadia Maria Coelho Rodrigues
Patricia Zamprogno Tavares
Renato de Azevedo Silva
Sidneia Reis Cardoso
Solange Ferreira Pinto
Sonia Albieri
Vandeli dos Santos Guerra
Wanda Rodrigues Coelho
Wasmália Bivar
William Araujo Kratochwill
Zelia Bianchini

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Diretor de Estudos e Políticas Sociais Ipea/ Brasil
Jorge Abrahão
Marcelo Galiza
Maria Abreu
Natália Fontoura
Simone da Silva Figueiredo

Ministério das Cidades (MCid)
Cecília Borges Prudente
Margareth Cardoso Pessoa

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Emilio Suyama

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Claudio Monteiro Considera
Marta Castilho

Universidade de São Paulo (USP)
Vera Soares

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura do Rio de Janeiro (SEDES)
Nívea Patrocínio

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Maria das Graças de Figueiredo Costa
Nelita Frank

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDM/RJ)
Cecília Teixeira Soares

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Camila Yuri Santana Ikuta

Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
Jacqueline Pitangui

Rede Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos
Juçara Portugal Santiago

Cooperativa de Sociólogos Solidários (COOPSOL)
Rosana Kirsch

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
Ana Carolina Querino
Ângela Fontes
Cleiton Lima
Isabel Clavelin
Rebecca Tavares
Shirley Vilela

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Márcia Vasconcelos

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)
Luana Gouveia

Observadores/as
José M. de Freitas Jr.
Lucia Maria A. dos Santos
Marcela Torres Rezende
Nabi Oliveira dos Santos
Vera Lúcia Motta

CABO VERDE

Instituto Caboverdiano para Equidade de Gênero
Maritza Rosabal

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Carlos Alberto Mendes

Consulado Honorário da República do Cabo Verde no Rio de Janeiro
Pedro Antônio dos Santos

PARAGUAI

Secretaria da Mulher
María Victoria Heikel

Ministério da Fazenda/ Paraguai
Claudina Zavattiero

Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos
Alicia Alvarenga

URUGUAI

Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
Lucia Scuro

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Virginia Varela

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
Alejandra Iervolino

EXPOSITORES/AS

Alba Pérez Avellaneda, Comisión de Transición hacia el Consejo de Igualdad de Género
(Ecuador)

Erlinda Go, United Nations Statistics Division (EUA)

Jodi-Anne Brzozowski, General Social Survey – Statistics (Canadá)

Jon Messenger, OIT/Genebra (Suíça)

Kimberly Fisher, Universidade de Oxford (Inglaterra)

Layla Ricroch, INSEE (França)

Maria Angeles Durán, Centro de Ciências Humanas e Sociais (Espanha)

Maria Betânia Ávila, SOS Corpo (Brasil)

María del Carmen Tapia Gemio, INE (Bolívia)

Maria Eugenia Gómez Luna, INEGI (México)

Núbia Pagnota, INE (Uruguai)

Paz López, Unifem (México)

Sandra Ribeiro, Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (Portugal)

Valéria Esquivel, UNGS (Argentina)

Vivian Milosavljevic, CEPAL (Chile)

RELATORIA

Liza Uema (UNIFEM)